

# Margens

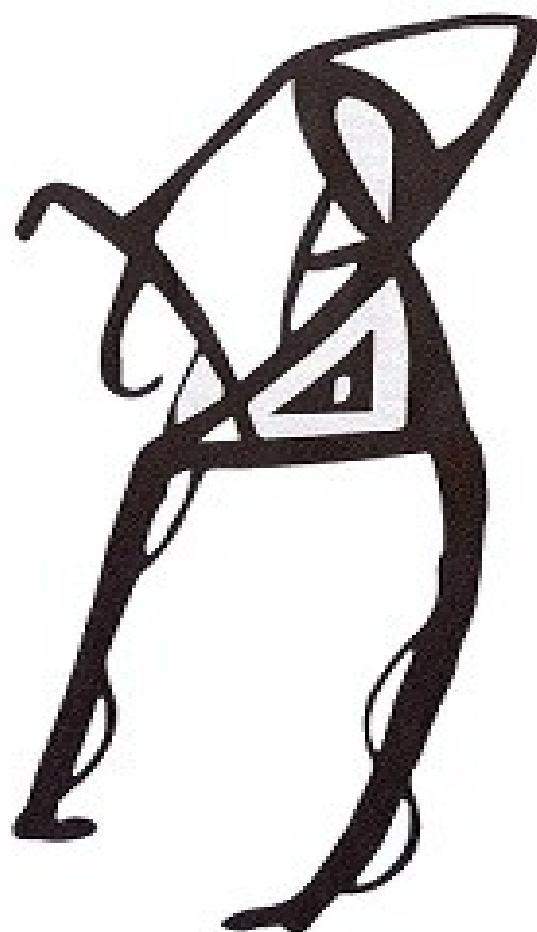
(01) 2004

Revista Interdisciplinar do Núcleo de Pesquisa - CUBT/UFPA

---

## Dossiê Memória & Oralidade

Organizadores:  
A. Otaviano Vieira Jr.  
Damião Bezerra Oliveira  
Adelino Ferrantí



**Abaetetuba - Pará**

## Margens

Revista Interdisciplinar do Núcleo de Pesquisa do Campus Universitário do  
Baixo Tocantins da Universidade Federal do Pará

### Comitê Editorial

Cristina Donza Cancela  
*(Antropologia-UFPA)*  
Jane Felipe Beltrão  
*(Antropologia-UFPA)*  
Rafael Chambonleyron  
*(História-UFPA)*  
Antonio Otaviano Vieira Jr.  
*(História-UFPA)*  
Damião Bezerra Oliveira  
*(Filosofia da Educação-UFPA)*  
Maria Neusa Monteiro  
*(Filosofia da Educação-UFPA)*  
Josnilda Maués  
*(Educação-UFPA)*  
Waldir Ferreira de Abreu  
*(Educação-UFPA)*  
Benilton Cruz  
*(Letras-UFPA)*  
Maria dos Remédios Brito  
*(Filosofia da Educação-UFPA)*  
Mardônio Silva Guedes  
*(História-Arq. Público do Ceará)*  
Kênia Rios  
*(História-UFPA)*

### Universidade Federal do Pará

#### Reitor:

Alex Fiúza de Melo

Coordenador do Campus:

Adelino Ferranti

NPCUBT - Núcleo de Pesquisa do  
Campus Universitário do  
Baixo Tocantins

Tel.: (91) 3751-1131 - Ramal 27

e-mail: npcubt@ufpa.br

Coordenadores:

Antonio Otaviano Vieira Jr.

Damião Bezerra Oliveira

Projeto Gráfico

Luciano Silva e Hamilton Silva

Ilustração da Capa

Roni Cordeiro

Revisão

Luiz F. Branco

Impressão

Gráfica Alves

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) - Biblioteca Central/ UFPA, Belém-PA

Margens/ Revista Interdisciplinar do Núcleo de Pesquisa - CUBT/  
UFPA. - v. 1, n. 1 (jan. 2004) - Abaetetuba, PA: CUBT/  
UFPA, 2004

Semestral.

Organizadores: A. Otaviano Vieira Jr., Damião Bezerra Oliveira e Adelino Ferranti.

Publicado em edições temáticas; v. 1, n. 1: Dossiê Memória & Oralidade.

ISSN - 1806-0560

1. Periódicos brasileiros. I. Universidade Federal do Pará (Campus Universitário do Baixo  
Tocantins)

CDD: 21 ed. 056.9

## APRESENTAÇÃO

---

Embora ainda seja deficiente a produção de pesquisas acadêmicas no Brasil, paulatinamente se criaram centros de excelência que aglutinam a maior parte das verbas públicas e privadas destinadas à produção do conhecimento científico.

Algumas regiões e instituições brasileiras ficam nas MARGENS das agências financiadoras e, ao mesmo tempo, são obliteradas dentro do cenário científico nacional. E a Universidade Federal do Pará tem sido alvo dessa marginalização, que repercute na dificuldade de contratação de professores e na própria qualificação do quadro já existente. A elaboração de projetos de pesquisa, a publicação e a divulgação dos trabalhos desenvolvidos nessa instituição também são signos dessa marginalização.

Mas, se no cenário acadêmico nacional a UFPA muitas vezes é posta nas MARGENS, em nível regional também se perpetua um processo de marginalização. Agora, os excluídos são os *Campi* do interior, que constantemente se ressentem de uma política de incentivo à pesquisa, resultado da falta de verbas da própria UFPA e também de discriminações acadêmicas que insistem em perceber os *Campi* como unidades de menor importância e sem relevância acadêmica. Assim, se a UFPA está nas MARGENS dos financiamentos científicos nacionais, os *Campi* do interior estão nas MARGENS dos incentivos para a produção de pesquisas gestados por esta universidade.

O título da Revista que aqui é apresentada, MARGENS, nasceu justamente da preocupação de denunciar a ausência de uma política mais efetiva para instigar a prática de pesquisa nos *Campi* da UFPA.

Mas, não é apenas uma denúncia: a Revista também é fruto do esforço do Núcleo de Pesquisa do Campus Universitário do Baixo



Tocantins (NPCUBT) de revelar para a comunidade acadêmica parcela de sua produção e do seu incentivo à pesquisa. Para tanto procuramos publicar nosso primeiro número da Revista MARGENS composto essencialmente por atividades relacionadas ao Núcleo de Pesquisa.

São textos que foram gestados a partir de Seminários de Pesquisas organizados pelo NPCUBT, onde professores e alunos desse Campus resumem parcela de suas preocupações investigativas, procurando destacar múltiplas interfaces metodológicas. Outrossim, foram publicados trabalhos de professores de outros Campi. O intercâmbio acadêmico travado entre o NPCUBT com outras instituições de pesquisa resultou em uma rica troca de experiências acadêmicas, dentre as quais a publicação de textos na Revista. Em geral, os textos aqui publicados têm a preocupação com bases epistêmicas da pesquisa, com a importância da memória e da oralidade e com os inúmeros caminhos do trabalho etnográfico.

O NPCUBT nasceu do esforço de incentivar a produção de trabalhos de pesquisa no Campus do Baixo Tocantins, nasceu nas MARGENS, e com o objetivo de consolidar a pesquisa como uma das instâncias privilegiada desse Campus. Nossa Revista é o signo maior de que estamos no caminho certo e que, mesmo nas MARGENS, podemos remar contra a maré.

**Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Junior**  
Coordenador do Núcleo de Pesquisa do Campus  
Universitário do Baixo Tocantins - UFPA

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	05
--------------------	----

### MEMÓRIA E ORALIDADE

Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento Olga Von Simson .....	11
Memória e Invenção Benilton Cruz .....	17
"Cemitério e Natureza": Mitos das Águas Amazônicas... Maria do Socorro Simões .....	25
Memória de Ofício: O <i>Batalho</i> em Abaetetuba Hiléia Lúcia da Silva, João S. Rodrigues, Kézia de Almeida, Lindalva Chagas e Roni Cordeiro .....	31
Um Estudo por Meio da Análise dos Relatos Verbais de Professores sobre suas Dificuldades nas Séries Iniciais em Abaetetuba-PA Georges Alberto Pinheiro .....	41
Modalidade, Norma e Performance em Verequete e Waldemar Henrique Marcos André Cunha .....	51
"Morreu Muita Gente Pobre. Foi uma Tragédia!" Memórias da Cólera no Pará Jane Felipe Beltrão .....	61

### ARTIGOS

De Bordéis e Lares: Um Estudo Sobre Prostituição e Família no Bairro do Jurunas em Belém-PA Luis Junior Saraiva .....	77
Raimundo Nina Rodrigues e a Questão Racial Brasileira no Século XIX Telmo Renato da Silva Araújo .....	87

---

A Pesquisa Teórica nas Investigações Acadêmicas: Questões Teóricas e Metodológicas	
Joyce Otânia Seixas Ribeiro .....	97
A História da Construção do Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política de Atendimento: Reflexões para o Debate	
Wáldir Ferreira de Abreu .....	107
A Crise do Conceito de Episteme	
Damião Bezerra Oliveira .....	117

## MEMÓRIA, CULTURA E PODER NA SOCIEDADE DO ESQUECIMENTO<sup>1</sup>

Olga Rodrigues de Moraes VON SIMSON  
(Professora da Faculdade de Educação e  
Diretora do Centro de Memória da UNICAMP)

*Resumo:* O presente artigo busca discutir os diversos tipos de memória, apontando tensões e possibilidades investigativas. Para tanto, busca relacionar memória, cultura e poder.

Memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, textos etc.).

Existe uma *memória individual* que é aquela guardada por um indivíduo e se refere às suas próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou, isto é, onde esse indivíduo foi socializado.

Há também aquilo que denominamos de *memória coletiva* que é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla. Ela geralmente se expressa naquilo que chamamos de *lugares da memória* que são os memoriais, monumentos, hinos oficiais, quadros e obras literárias e artísticas que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade.

Como contrapartida, ou outro lado da moeda, existem as *memórias subterrâneas ou marginais* que correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma determinada sociedade. Estas memórias geralmente não estão monumentalizadas e nem gravadas em suportes concretos como textos, obras de arte e só se expressam quando conflitos sociais as evocam ou quando os pesquisadores que se utilizam do método *biográfico* ou da *história oral* criam as condições para que elas venham emergir e possam então ser registradas, analisadas e passem a fazer parte da memória coletiva de dada sociedade. Elas

<sup>1</sup> Uma versão ampliada deste texto foi publicada na coletânea *Arquivos Passos e Passos: Tesouros Quase para a História da Educação*, organizada por Luciano Mendes de Faria Filho – Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

geralmente se encontram muito bem guardadas no âmago de famílias ou grupos sociais dominados nos quais são cuidadosamente passados de geração a geração.

Na sociedade ocidental atual, o *ritmo acelerado do trabalho urbano* somado à *facilidade e rapidez dos meios de comunicação* (criados pelos constantes avanços tecnológicos) colocam o homem comum frente a uma quantidade avassaladora de informações. Tais fatos criam para o homem de hoje quase a obrigação de consumir a informação de *forma acrítica*, sem maior *critério seletivo*, perdendo-se, portanto, uma das mais importantes funções da memória humana – a capacidade seletiva – que é o *Poder* de escolher aquilo que deve ser preservado, como lembrança importante e aqueles fatos e vivências que podem e devem ser descartados. A perda do exercício desse *poder de seleção* nas sociedades atuais constitui o fator fundamental para a formação do que os profissionais da informação chamam de *sociedades do esquecimento*.

É verdade que nós não nos lembramos de tudo o que aconteceu ou que nos foi ensinado ao longo de nossa vida. Descartamos a maioria das experiências vivenciadas e só retemos aquelas que possuem significado, isto é, são funcionais para nossa existência futura. Yuri Lotman, um semiólogo falecido na segunda metade dos anos 90 que viveu atrás da Cortina de Ferro (sendo por isso suas obras pouco conhecidas entre nós), já dizia que *cultura é memória*, pois é a cultura de uma sociedade que fornece *os filtros* através dos quais os indivíduos que nela vivem podem exercer o seu *poder de seleção* realizando as escolhas que determinam aquilo que será descartado e aquilo que precisa ser guardado ou retido pela memória porque, sendo operacional, poderá servir como experiência válida ou informação importante para decisões futuras.

Nas *sociedades da memória*, que existiram no passado e ainda subsistem em locais isolados da África, da Oceania e da América do Sul, por exemplo, e nas quais o volume de informação é consideravelmente muito mais restrito, a memória é organizada e retida pelo conjunto de seus membros, os quais se incumbem de transmiti-la às novas gerações cabendo aos mais velhos, devido a sua maior experiência e vivência, o importante papel social de *guardiões da memória* devido a sua maior vivência e experiência. Cabe a eles a função de transmitir às novas gerações de seu grupo social os fatos e vivências que foram retidos como fundamentais para a sobrevivência do grupo.



Esse papel social dos idosos foi sendo gradativamente perdido ao longo da história das sociedades ocidentais, mas muito mais intensamente, na contemporaneidade, quando cada vez mais se diversificam e se sofisticam os suportes para o registro e manutenção da memória (documentos escritos, imprensa, fotografia, vídeo, discos, CDs, DVDs, disquetes etc.). Esse enorme volume de informações fez surgir instituições especialmente voltadas ao trabalho de seleção, coleta, organização, guarda e manutenção adequada e divulgação da memória de grupos sociais ou da sociedade em geral, nessas novas *sociedades do esquecimento*.

Essas instituições realizam, portanto, hoje, de *forma profissional*, uma tarefa social anteriormente exercida pelos idosos. São elas os museus, arquivos, bibliotecas e centros de memória, que de alguma forma e segundo *critérios previamente estabelecidos* realizam o trabalho de coletar, tratar, recuperar, organizar e colocar à disposição da sociedade a memória de uma região específica ou de um grupo social retida em suportes materiais diversos.

Eixos definidos de pesquisa devem orientar esse trabalho para que ele possa ser bem realizado e sua fixação em suportes tecnicamente escolhidos. Os eixos que orientam o trabalho variam de instituição para instituição e representam o âmago do *exercício de poder* pois correspondem aos objetivos do grupo que os criou e dirige.

Hoje, neste novo século, temos vivenciado, acompanhando um movimento geral da sociedade ocidental, uma forte necessidade de lembrar, quase como a outra face da moeda dos processos de mundialização. Quando se vive de maneira tão acelerada a ponto de sermos impedidos até de “sentir o tempo passar”, como se diz popularmente, *projetos envolvendo a memória* possibilitam aos participantes dos mesmos *habitar esse tempo e vivê-lo plenamente*, numa relação que pode ser criativa e transformadora. Nesses projetos os idosos certamente têm novamente um papel social definido e importante.

Ecléa Bosi em *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*<sup>2</sup>, obra precursora no Brasil dos trabalhos científicos que incorporam como fonte de dados para a pesquisa o ato de lembrar, já observava que

<sup>2</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Quatroz, 1979.

a memória não é sonho, mas trabalho. Podemos acrescentar que o ato de lembrar em conjunto, isto é, o ato de compartilhar a memória, é um trabalho que constrói sólidas pontes de relacionamento entre os indivíduos – porque alicerçadas numa bagagem cultural comum – e, talvez por isso, conduza à ação. Portanto, a memória compartilhada é tanto forma de domar o tempo, vivendo-o plenamente, como empuxo que nos leva à ação, constituindo uma estratégia muito valiosa nestes tempos em que tudo é transformado em mercadoria, tudo possui valor de troca. Essa memória compartilhada, enquanto desejo latente do homem pós-moderno, que se realiza numa relação não inserida na lógica de mercado, nos leva a construir redes de relacionamentos nas quais é possível focalizar em conjunto aspectos do passado, envolvendo participantes de diferentes gerações de um mesmo grupo social. Nesse processo são utilizados o que chamamos de “óculos do presente”, para reconstruir vivências e experiências pretéritas, o que nos propicia pensar em bases mais sólidas e realistas nossas futuras ações.

Assim podemos perceber que o trabalho com a memória (no qual os velhos têm papel fundamental) não nos aprisiona no passado, mas nos conduz com muito maior segurança para o enfrentamento dos problemas atuais. Ao permitir a reconstrução de aspectos desse passado recente, o trabalho com a memória também possibilita uma transformação da consciência das pessoas nele envolvidas, direta ou indiretamente, no que concerne à própria documentação histórica, (ampliando essa noção que abarca agora os mais diversos suportes: textos, objetos, imagens fotográficas, músicas, lugares, sabores, cheiros) compreendendo seu valor na vida local, maneiras de recuperá-la e conservá-la. Esse mergulhar conjunto e compartilhado no passado nos faz emergir mais conscientes quanto aos problemas contemporâneos da vida da comunidade estudada e geralmente nos conduz naturalmente a ações conjuntas e politicamente conscientes visando sua superação.

Mas os estudos sobre a memória trazem também uma outra exigência. À semelhança de muitas novas áreas de conhecimento, eles exigem uma abordagem multidisciplinar. Para entender o seu funcionamento é preciso valer-se de subsídios de várias disciplinas realizando uma integração de conceitos elaborados em diferentes áreas do conhecimento.

Assim, como vimos, a memória pode ser, ao mesmo tempo, subjetiva ou individual (porque se refere a experiências únicas vivenciadas ao nível

do indivíduo) mas também social porque é coletiva (pois se baseia na cultura de um agrupamento social e em códigos que são aprendidos nos processos de socialização que se dão no âmago da sociedade). Só a Sociologia nos permite desvendar esses aspectos da memória.

Sabemos também que ela nunca se apresenta de maneira ordenada ou cronológica, pois funciona através de associações livres entre as vivências e fatos do passado. Necessitamos da Psicologia para compreender esse funcionamento da memória.

O processo de registro dos fatos vivenciados e selecionados como importantes ainda é pouco conhecido, sendo objeto de sérias investigações. Sabemos que ele se baseia nas *sinapses* (ligações eletroquímicas) que conectam o vivido experienciado pelos sentidos com a área cerebral onde se dará o registro. Só as *ciências biológicas* nos ajudam a compreender esse aspecto.

Vimos também que antes que o registro se processe um importantíssimo *filtro seletivo* atuará separando o que deve ser retido daquilo que será descartado, filtro esse fornecido pela *cultura* de uma dada sociedade.

São signos da cultura, desvendados pela *semiótica* que nos permitem uma primeira penetração em tal processo que encerra certamente em forte sentido de *poder*.

Para entender como cultura é memória e memória pela cultura permite exercer um poder *que transcende tanto da política como da filosofia*, fechamos assim a necessária multidisciplinaridade exigida pelo objeto memória.

As instituições-memória realizam a produção racional e organizada de uma *memória perdida*, em vez de se constituírem como depositárias de uma *memória vivida*, a qual só pode existir nos grupos sociais que apresentam intensa vivência coletiva e forte identidade cultural.

Para compensar esse caráter racional e organizado que o trabalho com a memória das instituições-memória precisa necessariamente apresentar, caráter esse que as impediria de captar a riqueza cultural dos fatos sociais, pois se trabalha com objetos que os representam, torna-se indispensável não nos voltarmos para simples vestígios ou documentos isolados, mas elaborarmos conjuntos documentais que nos permitam captar a intencionalidade e o simbolismo do corpo social ao registrar seu passado.

Só dessa forma se pode contribuir para a construção da identidade de um corpo social, pois é fornecendo a ele conjuntos documentais racionais e tecnicamente tratados e realizando uma boa divulgação desse material que tais instituições poderão bem realizar seu papel de guardiãs da memória.

Hoje, pela utilização do método biográfico na construção destes ricos conjuntos documentais são muitas as versões captadas, a partir de diferentes atores sociais, o que nos permite relativizar posições, compreender o contexto político-cultural do período e nuanciar com vários tons de cinza um passado que não pode ser reconstruído somente em tons de branco e negro.

#### BIBLIOGRAFIA

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. S. Paulo: T.A. Quatro, 1979.

BRITO, Marilza. *Memória e Cultura: Caso de Memória da Eletricidade no Brasil*. Rio de Janeiro, 1989 (Caderno da Memória da Eletricidade: n.1)

FERREIRA, Jerusa Pires. "Cultura e Memória", *Revista USP*; S. Paulo, n° 24, p.115-120, 1995.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. S. Paulo: Vértice, Rêu dos Tribunais, 1990 (1ª edição 1950).

LACARRIEU, Mônica. "Os dilemas sociais, do patrimônio e as identidades: usos, inflação ou hiperinflação de história". In: *História Oral*, n° 2, junho 1999, S. Paulo, p.135 a 152.

NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. 1. La République. Paris: Gallimard, 1984.

## MEMÓRIA E INVENÇÃO

Benilton CRUZ (Mestre em Teoria Literária,  
professor do Campus Universitário do Baixo Tocantins - UFPA)

**Resumo:** *Propõe analisar a natureza e o “comportamento” da palavra em uma realidade atemporal, a partir da Teogonia, de Hesíodo. Questiona o “papel” mimesístico das Afusas e a transferência dessa responsabilidade para a subjetividade poética. Analisa os procedimentos de criação no mito e no texto. Enfatiza a pesquisa sobre: palavra, mito, cosmogonia, narrativa, poesia, criação, e memória. A leitura, os fichamentos, e o pensamento sobre a imaginação como criação, a partir de Fichte, foram decisivos para este trabalho.*

**Hamlet** Meu pai... como que o vejo aqui, meu pai.  
**Horácio** Onde, senhor?  
**Hamlet** Nos olhos da memória.

SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Ato I, Cena II.

A palavra na cosmogonia recua ao que não pôde ser esquecido: o primeiro sonho, a primeira visão, a primeira imagem, “o paradigma de todo ato humano significativo”.<sup>1</sup> A palavra guarda a primeira forma de sabedoria que uma realidade verbal pôde conter, pois que, pela palavra é possível retornar “à sabedoria

<sup>1</sup> M. Eliade se refere ao mito (cosmogonia) como “paradigma dos atos humanos significativos”: “De uma maneira geral podemos dizer que o mito, tal como ele é vivido pelas sociedades arcaicas, 1) constitui a História dos atos dos Seres Sobrenaturais; 2) que essa História é considerada como absolutamente verdadeira (porque dá respeito às realidades) e sagrada (porque é obra dos Seres Sobrenaturais); 3) que o mito se refere sempre a uma ‘criação’, ele relata como determinado coisa veio à existência, ou como um comportamento, uma instituição, um modo de trabalhar foram fundados; essa é a razão pela qual os mitos constituem os paradigmas de todo o ato humano significativo; 4) que conhecendo o mito, conhece-se a ‘origem’ das coisas e, por consequência, chega-se a destruí-las e a manipulá-las à vontade; não se trata de um conhecimento ‘externo’, ‘abstrato’, mas de um conhecimento que se ‘vive’ ritualmente, seja narrando cerimonialmente o mito, seja efetuando o ritual, ao qual ele serve de justificação; 5) que de uma maneira ou de outra ‘vive-se’ o mito, no sentido de que se é impregnado pelo poder sagrado e exaltante dos eventos rememorados ou reatualizados”. ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*, São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 21-22.

primeira e eterna”<sup>2</sup> nas cosmogonias. A *Poética* de Aristóteles já cogitava, por exemplo, o termo “mito” como o princípio: “o mito é o princípio e [é] como que a alma da tragédia; só depois vêm os caracteres.”<sup>3</sup>; e adiante, confirma: “os mitos devem ter uma extensão bem apreensível pela memória”<sup>4</sup>. Memória para se narrar o que é extensível e para a experiência do passado não ser esquecida, e para o tempo futuro fazer parte da própria realidade do tempo. A memória, na tradição oral, seria “o livro” em que se guarda o que não pode ser esquecido, e memória tem a ver com os segredos do tempo.

*Ao lado dos mitos, o povo guarda a sua antiga sabedoria prática, adquirida pela experiência imemorial de incontáveis gerações e que se compõe de conhecimentos e conselhos profissionais, e de normas morais, concentradas em fórmulas breves, de modo a permitir conservá-las na memória.<sup>5</sup>*

E para a poesia “épica”, termo criado pelo Romantismo, por exemplo, a memória transformou-se em música, ou melhor, na música que os antigos devotavam às Musas em busca da “Grande Memória”<sup>6</sup>, expressão criada pelo grande poeta irlandês W. B. Yeats. Uma “função” da Musa seria salvar do esquecimento as vivências do passado, estas que podem ser, na poesia épica, de alguma forma, ordenadas pela imaginação criativa. Da palavra *Musa* surgiram “música” e “museu”, duas palavras relacionadas à memória.

Guardar os conhecimentos, os conselhos profissionais, as normas morais, como o tesouro da verdade repositados na sempre imprevisível palavra. A palavra é tecida nas narrativas em uma teia nem sempre linear. Linear é o curso. Narrar é o discurso. É assim que o detentor desse discurso conhece os segredos e os destinos da palavra. Ele aprende a errar o curso, a criar entre as brechas da memória. É assim, no exercício da memória, tem a fórmula da obra duradoura.

<sup>2</sup> RIMBAUD, Jean-Arthur. *Uma Trupeada no Inferno & Ilustrações*. 4a. ed., Tradução, introdução e notas de Lúcio Ivo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 71.

<sup>3</sup> ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Edisouro, s.d., p. 35.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>5</sup> JAEGER, Werner. *Grécia: A Formação do Mundo Grego*. 3. ed. Trad. Artur M. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 90.

<sup>6</sup> BORGES, Jorge Luis. *Obras Completas*, São Paulo: Globo, vol II., 1995, p. 271.

Desse modo, é até bom saber que memória tem algo em comum com a invenção. A memória, de acordo com a tradição grega, carrega algo de amplo, “metáforas de infinitude”, no assim entendido estudo de Adélia Bezerra de Menezes, intitulado “Do Poder da Palavra”:

*[...] no panteão grego, a Memória, Mnemosyne, é uma deusa, filha de Urano e de Gaia, irmã de Chronos e de Okeanos – a memória, filha do céu e da terra, irmã do tempo e do oceano: todas, metáforas de infinitude.<sup>7</sup>*

“Sobrinha” de Chronos, a representação titânica do tempo que a tudo devora, e de Okeanos, o pai dos rios e das ninfas oceânicas, Mnemosyne seria a divindade da enumeração vivificadora frente aos perigos da infinitude, frente aos perigos do esquecimento que na cosmogonia grega aparece como um rio, o Lethe, um rio a cruzar a morada dos mortos (o de “letal” esquecimento), o Hades, e de onde “as almas bebiam sua água quando estavam prestes a reencarnarem-se, e por isso esqueciam sua existência anterior”.<sup>8</sup>

*Daí ser Mnemosyne a mãe das Musas e ela mesma Musa da enumeração, aquela que preserva do esquecimento, do Lethe desintegrador, água letal e infecunda. A poesia como a-leitura, como desvendamento e verdade do ser, mostra assim de modo imediato e inequívoco o seu sentido religioso. Há algo de iniciático e toda grande poesia é a revelação de uma verdade oculta.<sup>9</sup>*

A “música” da memória poderia ser a própria narração, ao se unirem vários mitos, as “fórmulas breves”, entre si, para cristalizar, na “epopéia” (sempre lembrando que esse termo surgiu no Romantismo), o invólucro seguro para as “palavras aladas” como vez em outra repete Homero na *Iliada* e na *Odisséia* quando algum

<sup>7</sup> MENESES, Adélia Bezerra de. “Do poder da palavra”. *Revista Brasileira de Letras*, nº 7, p. 117-118.

<sup>8</sup> HADFIELD, Paul. *Dicionário Oxford de Literaturas Clássicas: Grega e Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987, p. 304.

<sup>9</sup> SILVA, Ubira Ferreira da. “Mitologema e Poesia”. *Revista Tróvão Brasileiro*, v.1, n. 1, p. 73.

personagem fala ou participa de um diálogo. Mas, importa conferir a relação memória e invenção como relações de mãe e filha: Calíope, a musa inspiradora da poesia épica, é filha de Mnemosyne, mulher-Titã, personificação da memória, aquela que “revela as ligações obscuras entre o ‘rememorar e o inventar’: a musa inspiradora da invenção poética (Calíope), ela própria, filha da Memória.”<sup>10</sup> Portanto, a mãe-memória, Mnemosyne e a filha-deusa da invenção épica, Calíope, deificam e estreitam a relação memória e invenção, ou seja, memória e invenção fariam parte, na tradição grega, de um mesmo laço familiar quando o assunto é criação poética.

Memória e invenção, ao serem personificadas como mulheres, carregariam, na cosmogonia grega, os poderes da conservação identificados ao comportamento feminino. Mnemosyne é mãe das musas, deusas da literatura e das artes (inclui-se também as ciências) e Calíope, segundo a tradição, é mãe de Orfeu, um dos primeiros poetas pré-homéricos. Ao todo eram nove musas, sendo que na numerologia, o número nove, por ser triplo de três, o número do princípio totalizador, seria o número da perfeição. Assim, na Antiguidade, acreditava-se que a totalidade das artes e das ciências humanas estivessem personificadas nas nove musas.<sup>11</sup> As musas, filhas de Memória e de Zeus, em uma outra versão, eram:

*deusas da literatura e das artes. As sedes originárias de seu culto eram a Píria, perto do monte Olimpos tessálio, e do monte Helicon, na Boiôtia, de onde lhes vêm os epítetos freqüentemente usados de Pírias e Helicônias. Elas eram nove, e na lenda posterior correlacionavam-se com as diferentes artes (enumeradas de diversas maneiras) – p. ex. Calíope (poesia épica), Clío (história), Euterpe (música para flauta), Melpomene (tragédia), Terpsicore (dança), Erato (música para lira), Polímnia (cantos sacros), Urania (astronomia), e Tália (comédia).<sup>12</sup>*

<sup>10</sup> MENESES, *op. cit.*, p. 118.

<sup>11</sup> Cf. *Dicionário de Símbolos*, Hender Lesköen, p. 145.

<sup>12</sup> HARVEY, *op. cit.*, p. 350.



E são, justamente, pelas Musas heliconíades, as Musas deificadas junto ao monte Helicon, na aldeia de Ascra, na Beócia (Boiotia), região continental da Grécia, que um poeta-pastor, em sua humilde aldeia campesina, exorta a força das artes e das ciências da Antiguidade:

*Pelas Musas heliconíades convocamos a cantar  
Elas têm grande e divino o monte Hélicon  
em volta da fonte violácea com pés nauxes  
da água e do altar do beu fonte jilho de Cronos.*

05. *Banharão a teua pele do Permeoso  
ou na fonte do Cavallo ou no Chusco divino  
e interrompendo com os pés fizeram cores  
belos aríetes no ágora de Hélicon.<sup>11</sup>*

É quando Hesíodo transcreve o cantar das musas ao pé do Hélicon sagrado, ao mostrar, segundo um estudo de Donald Schüler, o mito em crise. Isto porque ao ser escrito, o mito, naturalmente, perderia muito do potencial da fala e, portanto, ao se usar a modalidade escrita para a narrativa oral, um teor de linguagem se perderia sem a presença da voz, sem a visibilidade do gesto, sem o *em-canto*, o estar junto ao poeta-cantor, para se encantar com a tessitura do discurso verbal, em todo um processo desencadeado pelas palavras cantadas. As palavras aladas da cosmogonia moldaram-se, então, na palavra escrita, agora uma verbal “estátua” (o texto) vivificada pelo canto, agora uma modalidade da escrita como o texto sagrado, que depositaria uma certa “verdade” porque tornou-se uma escrita, um documento. Isto porque estariam unidos na semelhança a mentira e o fato, e um mundo poético, a partir da *Togonia* de Hesíodo, seria um cantar *com* as Musas e não mais um cantar ouvido *das* Musas. Além do mais, naquela época era possível acreditar que a língua dos deuses era a poesia, como o filósofo Vico, no século XVIII, vai mais tarde estudar.

<sup>11</sup> HESÍODO. *Togonia: A Origem dos Deuses*. São Paulo: Difel, 1991, p. 105.

Assim, com o conhecimento na presença das Musas heliconíades, as artes e as ciências, Hesíodo ensina que, para se adentrar ao “belo canto”, há de se saber a verdade poética, o “saber ser falso”, saber imergir ao fingimento poético. O jogo do “sabemos muitas mentiras dizer símeis aos fatos” seria, talvez, mediado por um jogo entre a memória e a invenção ao se traduzirem como um jogo de ação de discursar agora na escrita. Ocultar e revelar são o jogo, a condição em que importa ao poeta, assim como ao teólogo ou ao sacerdote, a sabedoria de lembrar que a narração é presença da memória, um importante papel na preservação dos ritos nas cerimônias religiosas.

A memória seria uma propriedade de conservar os monumentos atemporais do homem, esses monumentos erguidos sobre a experiência valorizada, e o ato de narrar seria essa prática a atribuir à memória mais liberdade e mais possibilidades criativas, pois o ato de narrar, contar, falar tende ao coletivo como uma espécie de função social a informar, comunicar, divulgar, ensinar partes desse imaginário de um determinado lugar, como lugar de expressão das expectativas e aspirações coletivas, mesmo por uma ótica subjetiva como foi o caso revelação das Musas.

Talvez assim, interessasse mais a Hesíodo o aspecto ativo e inventivo da memória em conjugação com o fenômeno criativo na cosmogonia em passagem ao canto que vai desencadear uma tradição literária. Essa memória tem se mostrado mais criativa do que repetitiva, e se é mais criativa do que repetitiva seria porque memória e invenção dialogariam com a imaginação a ponto de a imaginação ser também uma determinante da “evolução” da narrativa, quando prontifica ao homem uma reformulação do seu fazer e do seu saber. A imaginação pode muito bem ser um prodígio de memória e da invenção, uma “masa” mais humana, a que se tornou irmã próxima da criação, em um sentido dinâmico, com autonomia de ser uma instância originária. Conforme diz um trecho da tese de Rubens Rodrigues Torres Filho sobre a “crítica da imaginação pura” em Johann Gottlieb Fichte:

*A imaginação é criação – espontaneidade e mobilidade – por oposição, não somente à passividade da sensibilidade, mas também ao imobilismo do entendimento. Privilegiá-la em relação a essas duas instâncias, conferindo-lhe um*

*estatuto autônomo, é dar a essa faculdade, até então simples perfil que se delineava entre o conceito vazio e a intuição cega, uma positividade que faz dela a instância originária.*<sup>14</sup>

A imaginação poderia ser essa recapitulação criativa de homem e mundo quando está em jogo a ausência dos sentidos. A invenção deve ter uma ligação com a imaginação, quando se atesta que o poder imaginativo é capaz de criar uma representação mental sem o estímulo sensorial. As combinações de imagens, então, seriam estimuladas por coisas anteriormente percebidas, fato que sugere a imaginação como capacidade reprodutiva e também criativa. A imaginação está presente em todas as atividades humanas e assim ela poderia ser avaliada também como um princípio ordenador, e quanto à narrativa épica de Hesíodo não seria diferente. A imaginação, no mundo da criação plástica ou no reino da criação poética, tem-se, em muitos casos, superior à razão.

É o caso da poesia, no jogo de revelar e ocultar anunciado pelas Musas ao poeta-pastor, por ser tão “rigoroso”, pela sua atitude teológica atribuída aos poetas da Hélade como “falso”, pelo fingimento necessário de toda arte, seria “a permissão de uso” da mesma linguagem dos deuses ao aedo, o poeta-cantor: a poesia. Ele, entretanto, acrescenta a sua própria experiência, tirada do “carvalho e da pedra”, assim escrito na *Tegonia*, ou seja: as vivências pessoais também contam. São parecidas com os mitos. A individualidade do poeta tem algo de épico, uma vez que o discurso que mais cria um efeito mais verídico seria justamente o da primeira pessoa.

A imaginação seria o encontro com a memória, esta a “mãe da sabedoria”. Imaginação e memória teriam algo em comum: o exercício da liberdade a reanimar e possivelmente moldar a memória, a ponto de se poder pensar que uma organização da imaginação seria tão poderosa e eficaz como a ordem do pensamento. Tanto mais poético, se se pudesse arriscar uma conclusão para esta parte, quanto

<sup>14</sup> TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *O Espírito e a Letra: A Crítica da Imaginação para os Poetas*. São Paulo: Ática, 1975. Tese de doutorado na Universidade de São Paulo (1972) em que o autor estuda a função da imaginação como faculdade inspiradora. “Toda a operação do espírito humano parte da imaginação” (Johann Gottlieb Fichte). A imaginação, como força de formação (*Stiftungsorgane*), produziria forma formante em oposição à forma formada, seria a sílva de produtividade dinâmica.

mais próximos estiverem memória e imaginação, um recurso inventivo de poesia. Aí, a palavra poética seria o olho da imaginação a iluminar-se com a luz da memória para se enxergar o mundo exterior e o mundo interior em um equilíbrio de formas. Memória, invenção e imaginação seriam, assim, fundamentos da poesia.

## BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Edicouro, s.d.

\_\_\_\_\_. *Poética*. Tradução, comentários e índices analítico e onomástico de Eudoro de Sousa. São Paulo: Abril Cultural, 1973, (Os Pensadores, IV).

BORGES, Jorge Luis. *Figuras*. Trad. Carlos Nejar. 6. ed., São Paulo: Globo, 1995.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. 2. ed. Trad. Poli Civelli. São Paulo: Perspectiva. (Coleção Debates). 1986.

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica: Grega e Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

HESÍODO. *Teogonia: A Origem dos Deuses*. São Paulo: Iluminaras, 1991.

JAEGER, Werner Wilhelm. *Poética: A Formação do Homero Grego*. 3. ed. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MENESES, Adélia Bezerra de. *Do Poder da Palavra*. *Revista de Males, Campinas*, (7): 115-124, 1987.

NUNES, Carlos Alberto. *Odisséia (em verso)*. São Paulo: Edições de Ouro, 19-.

RIMBAUD, Jean Arthur. *Uma temporada no inferno & Iluminações*. 4. ed. Tradução, introdução e notas de Lício Ivo. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1993.

SILVA, Dora Ferreira da. *Mitologia e Poesia*. *Revista Tróvão Brasileiro*, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, 1962.

TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *O Espírito e a Letra: A crítica da imaginação para os Fênix*. São Paulo: Ática, 1975.

## “CEMITÉRIO E NATUREZA”: MITOS DAS ÁGUAS AMAZÔNICAS...

Maria do Socorro SIMÕES  
(Coordenadora do IFNORP/UFPA)

“A razão não explica os sonhos.”

**Resumo:** *As narrativas populares da Amazônia paraense trazem a marca indissociável da região, simbolizada pela particular presença de um rio e de uma floresta detentoras de parte significativa do encanto desta paisagem. O texto privilegia uma discussão em que a água é o elemento mais impressionante, aliado, em particular ao sentido de morte.*

Filósofo dos meados do século XIX, Saintine, autor de *La mythologie du Rhin, et les coutes de la mère-grand*<sup>1</sup> faz referência à lei das quatro pátrias da morte, relacionada com as matérias elementares. Entre celtas foi comum escavar-se a árvore que servia de esquife ao morto, sendo que podia ser enterrada ou entregue à corrente do rio, encarregado de “conduzi-lo sabe Deus para onde”, segundo palavras de Bachelard.

Também é sabido que determinadas civilizações expunham os seus mortos no cimo de uma árvore para que fossem devorados por aves de rapina. E Saintine comenta o fato de operários holandeses (encarregados de escavar um aterro em Zuydersee) terem encontrado, em grande profundidade, vários troncos de árvores conservados por petrificação, que guardavam restos humanos fossilizados – “evidentemente, era o Reno, o Ganges da Alemanha, que os transportara até ali”<sup>2</sup>, conclui o estudioso. Com Jung aprendemos que assim como a árvore, a água é um símbolo maternal. Quando o morto é colocado no seio da árvore e devolvido ao seio das águas, duplicam-se, de certa maneira, os símbolos de maternidade, ao mesmo tempo que se vive duplamente o mito do sepultamento... do que o pensador conclui: “o morto é devolvido à mãe para ser re-parido”.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Apud, BACHELARD, Gaston. *A Água e os Sonhos*. S. Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 14-15.

<sup>2</sup> *Ibid*.

<sup>3</sup> JUNG, C. G. *Mitologemas et símbolos de la Bíblia*. Paris: Jupiter, 1927, p. 225.

*é desejo do homem que as sombrias águas da morte se transformem nas águas da vida, que a morte e seu frio abraço sejam o regaço materno, exatamente como o mar, embora tragando o sol, torna a pari-lo em suas profundidades...<sup>4</sup>*

Bachelard se pergunta e nos deixa com a mesma interrogação: “Não terá sido a Morte o primeiro Navegador?”<sup>5</sup>

Muito antes que os vivos se confiassem eles próprios às águas, não terão colocado o ataúde no mar, na torrente?... O ataúde, nesta hipótese mitológica, não seria a última barca. Seria a primeira barca. Para alguns sonhadores profundos, a morte seria a primeira “viagem verdadeira”, porque é a única que nos está assegurada. Quem nos assegura a vida?

Portanto, a morte é uma viagem, assegurada, e a viagem é a morte. Partir é sempre morrer um pouco. É Bachelard poetisa: “só se parte bem e corajosamente quando se segue o fluir da água, a corrente do largo rio... Apenas essa morte é fabulosa. Apenas essa partida é uma aventura”<sup>6</sup>

Com exemplo do magnífico verso de Baudelaire: “Ó morte, velho capitão, é tempo! Levantemos âncora!”, Bachelard sintetiza: “para os sonhadores, a água é o movimento novo que nos convida à viagem jamais feita.”

Retomando o antigo mito de Caronte, lembramos que a sua barca é um símbolo que permanecerá indestrutivelmente ligado à desventura do homem. Saintine reconstitui as várias versões do “barqueiro da morte”... desde a antiguidade grega, passando pelos primeiros tempos da Igreja das Gálias, por Dante e Miguel Ângelo, para enfim concluir: “Sem Caronte, não há inferno possível”.

Poetas, pintores, pensadores, homens do povo reencontram todos, em seu sonho de dizer, a imagem de um guia que deve “conduzir-nos na morte”. Sempre que um artista retoma a imagem de Caronte, pensa na morte como numa viagem. Revive os antigos funerais.

Dentre as narrativas que fazem parte do acervo IFNOPAR, uma nos chama atenção pelo que traz de acordado com o que se tem

<sup>4</sup> JUNG, C. G. *Op. cit.*, p. 209

<sup>5</sup> BACHELARD, *op. cit.*, p. 74

<sup>6</sup> *Ibid.*

referido neste texto. É particularmente interessante a maneira como o contador de histórias do Marajó relata a experiência vivida pelos moradores da região, diante de um fato sempre singular. Sendo que esta singularidade se faz em vários sentidos, como convém às narrativas marcadas por encantamento e magia, como referência do viver amazônico. Passemos à narrativa:

#### O tronco

*Em geral, os troncos deslizam na correnteza. Aquele era diferente... e todos ficavam intrigados diante daquele fenômeno:*

*"Por que ele segue o caminho contrário?", perguntavam entre si.*

*Picados anos de observação, o povoamento se deu conta do inusitado: aquele tronco chamava a atenção por fazer por uma percurso contrário à corrente do rio.*

*Ele só aparecia de quando em vez... e isso acontecia quando alguém morria naquelas paragens. Ele era uma espécie de guia dos afogados. Diziam que aquela era a sua missão.*

*Certa feita, alguns homens resolveram desafiar o tronco. Amarraram-no com correntes fortes, próximo à fábrica de gelo. No outro dia, as correntes estavam lá, os cadáveres também, mas ele tinha ido.*

*Ele continua deslizando sobre as águas do rio... sempre contrário à correnteza, sempre que alguém morre afogado. (Informante: Sebastião Pereira da Silva).<sup>7</sup>*

Vivemos nesta paisagem deslumbrante, oscilando entre o azul e o cinza e invencíveis tonalidades de verde, sob o signo de elementos que nos valorizavam enquanto espécie animal, naquilo que temos de mais genuinamente humano da nossa humanidade: terra e água.

Interessa-nos aqui discorrer sobre água... e lembrar que delas emergem em todo esse espaço mágico: figuras, imagens, espectros, homens, mulheres de que e de quem nunca, em sã consciência devemos e nem podemos duvidar. Seres que brotam do imaginário do homem amazônico, que diante de um espaço de dimensões e

<sup>7</sup> IPNOBAP – Acervo de mais de cinco mil narrativas.

aparências tão particulares e fantásticas, não encontram justificativa na sua racionalidade, e, nestas circunstâncias, apela-se, incondicionalmente, para um espaço de criação mental, que se manifesta através de um discurso sinalizado pelo que os semioticistas definiriam como “estatuto veriditório”, porque nenhum homem da Amazônia afirma, em vão, a existência destas figuras encantadas.

O sentido de água encontra-se vinculado a três temas suficientemente discutidos nas literaturas tanto ocidentais quanto orientais. Fonte de vida, meio de purificação e centro de regenerescência. Os três temas, encontrados desde as mais antigas tradições até as mais modernas reflexões, das literárias às psicanalíticas, formam variadas combinações imaginárias e, igualmente, coerentes.

A água, massa indiferenciada, representa o que Chevalier,<sup>8</sup> denomina de “infinidade dos possíveis”, contendo todo o virtual, todo o informal, o germe dos germes, todas as promessas de desenvolvimento e toda ameaça de reabsorção.

Mergulhar nas águas é retornar às origens, carregar-se de novo, num imenso reservatório de energia e nele beber de uma força nova.

Os matizes e as dimensões da simbologia da água são afeitos a quase todas as culturas do mundo ocidental ou oriental. Rig Veda, clama:

*Vós, as Águas, que reconfortais/ trazei-nos a força/ a grandeza/ a alegria/ a visão!...Vós, as Águas, dai sua plenitude ao remédio, a fim de que eu veja por muito o sol!...Vós, ó Águas, levai daqui esta coisa,/ este pecado, qualquer que ele seja que cometi,/ esse que fiz, a quem quer que seja,/ essa jura mentirosa que jurei.<sup>9</sup>*

A água é, portanto, a forma da substância da origem da vida e o elemento de regeneração corporal e espiritual. O símbolo de fertilidade, da pureza, da sabedoria, da graça e da virtude. Fluida, sua tendência é a dissolução, mas homogênea, também, ela é igualmente o símbolo da coesão, da coagulação.

Para a tradição cristã, sobretudo, a água é o símbolo da vida espiritual e do Espírito oferecido por Deus e muitas vezes

<sup>8</sup>CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 15.

<sup>9</sup>Apud, CHEVALIER, *op. cit.*, p.17.



recusado pelo homem... “Aquele que beber da água que eu lhe der nunca terá sede... A água que eu lhe der se tornará fonte a jorrar em vida eterna”.<sup>10</sup>

Desde a Antiguidade a água é tida como símbolo de fecundação da terra e de seus habitantes, podendo inclusive ser considerada como fonte de fecundação da alma: o mar, o rio, lagos, riachos representam o curso da existência humana e as flutuações dos desejos e dos sentimentos mais caros à humanidade.

As narrativas recolhidas pelo projeto IFNOPAP, originárias da memória coletiva, do nosso homem citadino, mas, sobretudo, daquele que vive à beira d'água e não raro “à beira mágoa”, como queria Alvaro de Campos, um dos Pessoa, tais narrativas inserem-se através de tramas e de motivos, que dão conta da nossa Amazônia naquilo que as legitima como um complexo terra/água, a que o IFNOPAP já instituiu chamar, como uma marca das suas buscas e: “entre rios e florestas” de uma Amazônia de dimensões quase descomunais. E, assim sendo, nossas lendas e mitos acabam por se transformar na própria imagem/reflexo cultural da comunidade amazônica que as produz.

Lembramos, a essa altura, Mielietski:

*Nas imagens fantásticas da mitologia estão amplamente refletidos os traços reais do mundo circundante. Nesta representação da realidade pelo mito, existe até mesmo uma especial “plenitude”, porque todas as realidades sociais e naturais que tenham o mínimo de importância devem estar radicadas no mito...<sup>11</sup>*

No que diz respeito às narrativas amazônicas, assistimos pontificar-se repetidamente o pensamento do estudioso russo: é-nos tão difícil estabelecer até onde a realidade, desde quando o mito. Confundem-se comumente as experiências de vida e a ficção amazônicas, e o contador não se dá conta dessas linhas divisórias que tanto importa ao analista.

O fato de ser um espaço com marcas d'água tão abundantes, o acervo do Projeto IFNOPAP tem privilegiado espaço cedido aos mitos da água, com histórias de vida e de morte. Botos, cobras-

<sup>10</sup> S. JOÃO. In: BÍBLIA. S. Paulo, Sociedade Bíblica do Brasil, 1993, p.112.

<sup>11</sup> MIELIETINSKI, E.M. *A Poética do Mito*. Rio de Janeiro: Forense, 1987, p. 196

grandes, iaras, rainhas do mar e outras figuras de menor monta, pontuam as narrativas ora remetendo à gênese da vida, a partir de experiências amorosas que unem humanos e seres encantados, ou mesmo como resultado de união bestial, tão comum por estas plagas; ora referindo a morte, simplesmente como momento extremo, ou seja, como o final assegurado de toda a humanidade, ou ainda como expiação das culpas que "eles não têm"...

Assim, a água com seu encanto, magia e enorme gama de simbolismo permeia as narrativas e transforma o acervo IFNOPAP num grande apelo e celeiro para buscas e insondáveis mergulhos...

#### BIBLIOGRAFIA

---

- BACHELARD, Gaston. *A Água e as Sombra*. S. Paulo: Martins Fontes, 1989.
- CASSIRER, E. *Antropologia Filosófica*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.
- ELIADE, Mircea. *Mito e Literatura*. S. Paulo: Perspectiva, 1978.
- HUIZINGA, J. *Homo Ludens*. Madrid: Alianza Editorial, 1972.
- JUNG, C. G. *Métamorphoses et symboles de la libido*. Paris, Jupiter, 1927.
- LEMINSKI, P. *Metamorfose. Uma viagem pelo imaginário grego*. S. Paulo: Iluminuras, 1994.
- LOUREIRO, J.J. *Cultura Amazônica: Uma abordagem poética*. Belém, CEJUP, 1995.
- MIELIETINSKI, E.M. *A Poética do Mito*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- SHEZER, J. *Verbal art in San Blas. Culture through its discourse*. Cambridge: C.U. Press, 1990.
- SIMÕES, Maria do Socorro & GOLDEI, C. *Sustentem Coma...* Belém: CEJUP, 1995.
- S. JOÃO. *In: BÍBLIA*. S. Paulo, Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

## MEMÓRIA DE OFÍCIO: O BATALHO EM ABAETETUBA

---

Hilécia Lúcia Gama da SILVA,  
João Rosenildo da S. RODRIGUES  
Kézia Sueli Ferreira de ALMEIDA  
Lindalva Soares das CHAGAS  
Roni Macedo CORDEIRO  
(Alunos pesquisadores do NPCUBT)

**Resumo:** *O Núcleo de Pesquisa do Campus Universitário do Baixo Tocantins apresenta como trabalho inicial o estudo de um dos mais singulares ofícios abaetetubenses: o batalho. Buscando registrar suas origens na dinâmica da cidade e das perspectivas emergentes.*

### Introdução

A idéia deste artigo é a de relatar uma das atividades desenvolvidas durante a implantação do Núcleo de Pesquisa do Campus do Baixo Tocantins procurando mostrar as várias nuances de um estudo inicial feito pelos alunos pesquisadores: o estudo do ofício do *batalho*.

A aproximação junto aos *batalhadores*, apesar de algumas exceções, a princípio causou estranheza, o que se revela na fala de um dos *batalhadores*:

*Há muito anos que trabalho aqui, deixando ... seja aluno, seja professor, doutor em cargo, e nunca veio ninguém daí saber da gente. O que interessa p'ra universidade saber da minha história? (A. M.)<sup>1</sup>*

As desconfianças foram muitas, alguns acreditavam que o trabalho tinha relação com algum partido político, além disto, havia uma certa resistência ao gravador. Percebeu-se que era necessário mostrar a pesquisa realizada para a comunidade. Foi assim que foram

---

<sup>1</sup>Batalhador há dez anos na profissão e que trabalha próximo ao Campus.

fotografados os vários pontos de *batalho* e seus *batalhadores* para exposição na praça da matriz do município durante um evento da UFPA<sup>2</sup>, buscando obter maior credibilidade por parte dos informantes.

Esta atividade tem como objetivo revisitar a memória da cidade de Abaetetuba através do olhar, da lembrança e da voz dos *batalhadores*. No esforço de poder construir e registrar várias perspectivas sobre o município é fundamental, na construção de uma memória coletiva, asseverar o direito de lembrar dos mais diferentes agentes sociais. Pois, não se pode compreender a memória da sociedade sem percebê-la na dinâmica das tensões de poder entre variados grupos e classes sociais.<sup>3</sup> A memória se configura em elemento essencial dentro do que chamamos de *identidade*, ou *identidades*, sejam elas individuais ou coletivas; cuja busca é uma das atividades fundamentais do indivíduo nas sociedades de hoje.<sup>4</sup> Como bem sintetiza Ecléa Bosi, *um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais*<sup>5</sup>, é preciso mergulhar na memória para se saber quem se é. Então, para se conhecer a dinâmica social de Abaetetuba se faz fundamental uma aproximação com a memória dos mais diferentes atores sociais.

Outro ponto deve ser ressaltado: lembrar não é reviver, mas é refazer, reconstruir e repensar com idéias de hoje as experiências do passado.<sup>6</sup> Assim, trabalhar com a memória dos *batalhadores* do município é reconstruir o passado da cidade, uma reconstrução marcada pelas especificidades de gênero, de geração, e da própria profissão que ensinou a esses homens a enxergarem a cidade a partir do selim de suas bicicletas.

Assim, o Núcleo de Pesquisa, procurando garantir e valorizar a memória daqueles atores sociais que pouco são ouvidos, busca registrar e discutir as memórias de personagens que vivem à margem da economia formal, do mundo dos letrados e dos direitos políticos institucionais. Como parte desse projeto de valorização das *memórias marginais*, procurou-se trazer alguns taxiclistas para

<sup>2</sup> VII IFNOPAP - Imaginário das Formas Narrativas e Orações Populares da Amazônia Paraense.

<sup>3</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas-SP: LINKAMP, 1990, p. 475.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 476.

<sup>5</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo: Edusp, 1987, p.39.

<sup>6</sup> BOSI, *op. cit.*, p. 17.

lembrarem com a comunidade acadêmica um pouco da dinâmica da história da cidade.

### Origem do Ofício

Situada às margens do rio Maratauíra, ao nordeste do Estado do Pará, Abaetetuba (do tupi-guarani, terra de homens fortes e valentes), limita-se com os municípios de Barcarena, Igarapé-Miri, Moju e Limoeiro do Ajuru<sup>7</sup>. Com uma população de aproximadamente 119.072 habitantes<sup>8</sup>, Abaetetuba tem diversos traços culturais singulares, entre os quais se destacam o artesanato de miriti, construção naval e o *batallho*, objeto de estudo do presente trabalho.

O que salta aos olhos logo que se chega a Abaetetuba é o grande número de bicicletas trafegando em grande número pelas ruas deste município. O visitante mais atento logo perceberá nas paradas de ônibus, nas esquinas ou nas praças, grupos de homens reunidos, com camisas padronizadas, verdes, vermelhas ou amarelas conforme o “ponto”, cada um com sua bicicleta, oferecendo seus serviços, interpellando o visitante – “Ei, Ei, patrão... um real a deixada”. É assim que circulam pelo município os *batallhadores*, responsáveis pelo transporte de pessoas e cargas de todo tipo. A figura peculiar do *batallhador* desperta o interesse, pois nos municípios vizinhos este tipo de atividade não existe. Então como surgiu o *Batallho*?

Os relatos dos *batallhadores* entrevistados nos revelam que este ofício surgiu por volta dos anos 1970 com o fim das antigas agências de bicicletas. Para entendermos o surgimento e a expansão do *batallho* em Abaetetuba faz-se necessário examinarmos a trajetória da economia da cidade, que apresenta vários ciclos.

Até meados do século passado, o cultivo da cana-de-açúcar figurava entre os principais suportes da economia abaetetubense, subsidiando a produção da aguardente, o que rendeu à cidade a alcunha de “Terra da Cachaça”.<sup>9</sup> No entanto, com a diminuição das

<sup>7</sup> MACHADO, Jorge. *Terra de Abaetetuba*. 1986.

<sup>8</sup> GOVERNO FEDERAL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo de 2000.

<sup>9</sup> *Ibid.*

exportações e a vinda de bebidas do Centro-Sul (ocasionando o aumento da concorrência) fez com que tal atividade entrasse em declínio, forçando o deslocamento de centenas de trabalhadores para o centro urbano. O problema da evasão escolar marca a vida destes homens que cedo deixaram a escola para trabalhar:

*Ah! Eu não estudei...esses muitos ano... pra lhe dizê a franqueza eu estudei duas página da cartilha do abc só, porque eu não tinha as condição... (J.N.P.)<sup>10</sup>*

Com baixa escolaridade e frente à estagnação da oferta de empregos formais e à precariedade dos sistemas de transportes na cidade, fez-se necessário o surgimento de alternativas. Neste contexto, no início da década de 1970, é que surgem as agências de bicicletas e, posteriormente, o *batalhador*.

*Na época só existia agência de bicicleta, era lá no comércio, né?...Acho que [éramos] os primeiros, onde a gente foi eu com o Pedro,(...) É em frente do mercado de carne tinha umas bicicletas por ali assim, .... Mas aí depois surgiram umas três agências, ali no ... , ali onde é ... o mercado Vitória, o Figueiredo né? (...) Na saída pela frente na D. Pedro nós tínhamos três agências de bicicleta... Nós não, eu entrei como empregado lá, né? Inclusive do Ari, o pessoal conhece como o Repuxa, aqui em Abaetetuba, ele e o irmão dele, ele foi um dos primeiros a ter essa agência, ele mais dois senhores que tinham agências de bicicleta.(A. B. S.)<sup>11</sup>*

Nas primeiras agências, as pessoas alugavam as bicicletas pelo período de uma hora. Quando a devolução acontecia antes de completar o prazo acordado, os usuários solicitavam ao dono da agência que alguém os levasse até suas respectivas casas – a título de compensação. Este transporte da agência até a casa do cliente era

<sup>10</sup> Batalhador com 44 anos de idade e 13 anos de profissão.

<sup>11</sup> Um dos primeiros a entrar para o ofício em 1971, hoje é dono de um bar.

conhecido como “deixada”. O aluguel de bicicletas na época era bastante rentável já que havia poucas bicicletas circulando na cidade.

Pagavam-se os alugueís por hora e o locador deixava um documento, geralmente a carteira de identidade como garantia de que devolveria a bicicleta. Muitas vezes se alugava a bicicleta para se passear pela cidade, como se pode ver no relato de um *batalhador* que afirma estar no *batalho* desde 1971:

*As pessoas chegavam lá e alugavam para ir passear na cidade, fazer uma viagem né? E na época .... funcionava essas boates em Abacetetuba, as pessoas alugavam bicicletas e devolviam de manhã, só para passear na cidade(P.G.F.)<sup>12</sup>*

A “deixada” nasceu do momento em que retornando para devolução da bicicleta o cliente pedia para ser levado até a sua casa; esta função era destinada aos moleques que ficavam na agência transportando cargas, pois muitas vezes as pessoas queriam apenas transportar mercadorias do centro comercial para a periferia da cidade. Hoje a “deixada” corresponde ao percurso feito com o passageiro:

*...e essa deixada, deixada, deixada mais conhecida como deixada porque a pessoa andava naquela época, digamos assim 45 minutos numa bicicleta, aí chegava, em vez de, p<sup>ra</sup> completar uma hora, – Ah! Me deixa lá em casa, aí a pessoa já, o moleque, no caso eu que trabalhava com o patrão lá, já era cumprimentado a deixar o cara na casa dele, para completar aquele horário, para ele pagar a hora certa de bicicleta, não existia essa deixada propriamente dita agora como existe hoje nas pontas né?(A . B. S.)<sup>13</sup>*

Através das informações é possível perceber que surgem primeiro as agências, depois a “deixada”, mas a palavra “*batalho*” para designar

<sup>12</sup> Batalhador com 40 anos de idade e 33 de profissão, participou da primeira tentativa de se fazer uma associação.

<sup>13</sup> *Idem* nota 11

o ofício surge por volta dos anos 1980 com a implantação de fábricas no município vizinho:

*Olha a batalha, ela não existia, na época que comecei a trabalhar com bicicleta era só aluguel de bicicleta, só existia, não se chamava batalha, chamava-se deixada, onde se mandava compras, mas só em dois pontos que se mandava as compras, no Raposo e no Cruzeiro, e já o nosso era só pra aluguel de bicicleta, mas no decorrer do tempo, não foi, a partir dos anos oitenta surgiu a batalha era justamente quando chegavam os peões do Conde, aí pegava para deixar na casa o passageiro, aí se tornou-se a batalha. (P.G.F.)*

*Eles trabalhavam na obra, eram os pedreiros, carpinteiros, eles vinham de carimuhilo aí desciam lá na praça, e aí... eles, eles é que botaram o apelido de batallador ... (P.G.F.)<sup>14</sup>*

Outro aspecto que chama a atenção é a relação dos batalladores com o trabalho. Observou-se que muitas vezes o batallador não vem trabalhar à tarde por que “O movimento foi bom de manhã... já ganhemo a da bóia...”, em outros momentos se pode constatar os batalladores passando o passageiro para o colega “É que este um ainda não fez nada hoje”. Quando pensamos na lógica do capitalismo que nos impele a competição e a ganhar sempre mais, estes homens nos dão uma lição: parecem trabalhar apenas para ganhar seu quinhão a cada dia e são solidários entre si.

Com base no estudo, se pode dizer que a batalha foi se expandindo em função do declínio de ciclos econômicos na região, dos quais citamos; o ciclo dos engenhos, que corresponde ao momento de grande plantio de cana e fabricação de cachaça, sendo que a cidade ficou muito conhecida pela exportação da cachaça azul. A decadência dos engenhos empurrou o homem do campo para a zona urbana. Mediante a estagnação do mercado de trabalho formal

<sup>14</sup> Nota nata 12



e o baixo grau de escolaridade, fez-se necessário buscar alternativas de sobrevivência. É neste contexto que surge o batalho.

*Todo o, os donos de engenho fecharam as portas, aí a gente se tornou um pouco meio acuado, veio embora pra cá pra Abaetetuba, trazer os filhos também pra se educar mais uma pouco né... aí a gente não teve coma, primeiro emprego assim a gente, surgiu negócio de batalho de bicicleta e fiquemos no batalho de bicicleta e fiquemos no batalho de bicicleta, conseguimos trabalhar numa firma lá no Conde né! Aí fracassou de novo aí a gente tornou voltar pro batalho de bicicleta e tamos aí no batalho.(M.S.G.)<sup>15</sup>*

Conforme os dados foram obtidos nas observações e entrevistas se pode afirmar que este é o ofício para aqueles a quem não resta outra opção, é a solução para os desempregados. Em sua maioria os entrevistados afirmaram que foi por este motivo que entraram neste ofício. Como podemos perceber nesta fala:

*“Olha ... o que me levou a esse trabalho de batalho na realidade foi devido eu ficar desempregado... Eu trabalhei uns dias empregado, depois... sai da firma e não consegui me fichar”(M.M.)<sup>16</sup>*

Muitos já trabalharam empregados como pedreiros ou marceneiros em firmas nos municípios vizinhos. Mas a pouca ou nenhuma escolaridade impede a sua recolocação no mercado de trabalho que se tornou mais exigente:

*A gente corre atrás de emprego mas é muita formalidade pra fichar. Aí a gente fica nessa. Espera, né com que venha... assim um objetivo pra gente fichar pra poder mudar o trabalho, né, do batalho... pra firma (M.M.)<sup>17</sup>*

<sup>15</sup> Batalhador com 44 anos, está na profissão desde 1985.

<sup>16</sup> Batalhador com 28 anos há 3 anos no “batalho”

<sup>17</sup> Idem

Os *batalhadores* são os excluídos da escola e do mercado de trabalho, seguem equilibrando sobre as rodas da bicicleta não só passageiros e cargas, mas também os poucos recursos para a sobrevivência da família.

### Considerações finais

Reafirma-se a posição a respeito da importância de se resgatar através da pesquisa a memória de ofício dos *batalhadores* no município de Abaetetuba, haja vista que estes, desde o surgimento do *batalho* em meados da década de 70 do século XX, vêm se tornando figuras importantes e integrantes do cotidiano da cidade. Essa atividade vem crescendo pois os *batalhadores* sem nenhuma alternativa de trabalho, procuram o *batalho* como fonte de renda. Sabendo disso, buscou-se através do *batalho* a compreensão dos aspectos econômicos, culturais, sociais da cidade, onde o *batalho* se apresenta como uma solução para o desemprego. Logo, a memória de ofício se tornou um instrumento imprescindível para esse resgate, pois a memória de ofício nos possibilita a reconciliação com a nossa cultura e devolve, ao sujeito pesquisado<sup>38</sup>, uma descrição de forma escrita e ordenada que fará com que este possa ter uma nova visão do seu trabalho e da sua inserção na sociedade onde vive.

Além disto, o contato com o “Universo do *Batalho*” possibilitou a melhor compreensão do cotidiano do município. Os relatos dos *batalhadores* podem ser um dos principais guias do nosso olhar sobre o cotidiano e a história do município de Abaetetuba. Através das rodas dessas bicicletas, sentados na garupa forrada e com os pés sobre o “porta-pé”, dispostos para um maior conforto do freguês, pode-se revisitar a história de *Abaceté*, fazer emergir dramas e tramas de uma cidade espremida entre o rio e a necessidade.

<sup>38</sup> Memória de Ofício. Ceres. CEART, Governo do Estado do Ceará, 2000.

## BIBLIOGRAFIA

---

AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta de Moraes, org. *pt. Livros e Abertos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. S.Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

GOVERNO FEDERAL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2000

MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo : Solaris ,1995

PERREIRA, Lígia Maria Leite. *Algumas reflexões sobre histórias de vida biografias e autobiografias*. *HISTÓRIA ORAL, Revista da Associação Brasileira de História Oral*, nº 3, junho de 2000.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. "Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento". *In*: Luciano Mendes de Faria Filho (org.), *Arquivos Fatos e Novas Tecnologias: Questões para a História da Educação*. Campinas -SP: Autores Associados, 2002.

## UM ESTUDO POR MEIO DA ANÁLISE DOS RELATOS VERBAIS DE PROFESSORES SOBRE SUAS DIFICULDADES NAS SÉRIES INICIAIS EM ABAETETUBA-PA.

Georges Alberto Silva PINHEIRO  
(Professor de Psicologia da Educação no Campus Universitário do Baixo Tocantins da Universidade Federal do Pará)

*Resumo:* Trata-se de um projeto de mestrado, originado e derivado do projeto *Desenvolvimento Tocantinense*<sup>1</sup>. O objetivo central era verificar através do método do relato verbal, se os docentes tomam consciência, aprendem e passam a refletir sobre como se apropriam de suas próprias dificuldades acadêmicas e/ou sobre quais estratégias ingerem ou as metodologias que fazem uso no cotidiano escolar nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

### Considerações iniciais:

O método do relato verbal é o instrumento científico indicado para o estudo da consciência, acerca de concepções, resolução de problemas e análise de dificuldades no cotidiano escolar de sujeitos adultos.<sup>2</sup> Neste sentido, procurou-se analisar as concepções dos professores de Ensino Fundamental a respeito das dificuldades em geral no cotidiano escolar; analisando especificamente dificuldades teórico-metodológicas e concepções de alfabetização continuada, objetivando fornecer subsídios e propor sugestões de intervenção educacional, tendo por base as suas próprias carências e dificuldades apontadas, a partir da análise do significado dos seus relatos verbais. **Obteve-se como resultados:** a falta de motivação dos alunos e professores, ambiente escolar desfavorável com estrutura inadequada e falta de material, indefinição de objetivos e métodos, alunos semi

<sup>1</sup> Projeto Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPA, códigos do PROINT 0187/2000, 0270/2001 e, posteriormente Carta Tocantinense código 194/2003.

<sup>2</sup> Cf. referencial teórico e metodologia desenvolvidos por Besh, Yonem e Simão (1995) e YFF99; TALZADES, Elizabeth de SMMhO; Lívia Mathias. *Sobre Análise de Relato Verbal*. Psicologia USP: São Paulo, v. 9, n. 1, p. 303-324, 1998.

ou não alfabetizados, alunos portadores de deficiências físicas, alimentares e necessidades educacionais especiais, causados e apresentando comportamento inadequado, violência familiar e na escola, professores sobrecarregados e mal remunerados, estressados e inseguros teórica e metodologicamente, carentes de capacitação na formação inicial e continuada, principalmente no que diz respeito à alfabetização continuada e aos métodos para sua execução segura.

### **1. Objetivos da pesquisa:**

1. Fazer o levantamento diagnóstico dos tipos de dificuldades relatadas por professores.
2. Analisar as concepções dos professores de Ensino Fundamental a respeito de suas dificuldades em geral, no cotidiano escolar.
3. Analisar especificamente as dificuldades teórico-metodológicas sobre suas concepções de alfabetização continuada nas séries iniciais.

### **2. A Construção da Revisão de Literatura inicial:**

Iniciamos a pesquisa com um estudo para demonstrar primeiramente o conceito de consciência como resultado de um processo em construção, com base na teoria sócio-histórica de Vygotsky, o qual ao longo da exposição de sua abordagem, cita a importância das explicações biológicas evolucionistas sobre o cérebro humano, enquanto resultado ou o ápice de um processo natural filogenético, que dá sustentação material ao posterior desenvolvimento das funções psicológicas superiores; contudo ele passou a privilegiar no seu enfoque, este novo desenvolvimento constituído a partir da ontogênese.<sup>2</sup>

Em seguida buscou-se demonstrar os fundamentos do método do relato verbal, o qual apesar de ter sido originado e fundamentado

<sup>2</sup> Cf. Vygotsky, 1994, p. 80 em *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*, Ícone/Ed. USP, São Paulo, 1994: "Baseado na abordagem materialista dialética da análise da história humana, acredito que o comportamento humano difere qualitativamente do comportamento animal, na mesma extensão em que difere a adaptabilidade e desenvolvimento dos animais. O desenvolvimento psicológico dos homens é parte do desenvolvimento histórico geral de nossa espécie e assim deve ser entendido. A aceitação dessa proposição significa termos de encontrar uma nova metodologia para a experimentação psicológica". Vide ainda: *Teoria e Método na Psicologia*, Martins Fontes, São Paulo, 1999.

inicialmente com base nas contribuições de Skinner acerca do comportamento verbal<sup>4</sup>; apresenta-se hoje, a partir das contribuições da psicologia sócio-histórica, senão como um derivado, mas referenciado no método “desenvolvimento-experimental”, no sentido de que provoca ou cria artificialmente um processo de desenvolvimento psicológico<sup>5</sup> e, que ainda, o mesmo se apóia, ou melhor, é convergente com o método funcional da estimulação dupla<sup>6</sup>. Apóiam-se estas afirmações no texto Sobre Análise do Relato Verbal<sup>7</sup>, o qual nos informa que este referencial de interpretação, envolvendo conjuntamente teóricos da ação social e da mediação semiótica tais como Vygotsky e Weber, está sendo retomado atualmente na literatura internacional, como uma vertente produtiva para se dar conta das complexas relações que envolvem o papel da linguagem nos processos interativos de construção de conhecimento.

### 3. Localizando o Problema:

Vários autores<sup>8</sup> têm nos indicado que a maioria das crianças que chegam ao Ensino Fundamental possuem diferentes domínios do alfabeto, da linguagem, da leitura e da escrita, necessários para prosseguirem seus estudos de acordo com as exigências curriculares das séries iniciais. Sabe-se através de pesquisas semelhantes feitas no cotidiano escolar que os professores egressos das licenciaturas não desenvolvem suficientemente, nos cursos de formação inicial, as competências e as habilidades necessárias para o domínio de classe, não assimilam completamente os conteúdos teóricos e não possuem segurança metodológica e prática para responder às exigências curriculares e dificuldades próprias das séries iniciais. Neste contexto em que se somam as dificuldades estruturais da escola pública e suas políticas educacionais, às dificuldades dos alunos, pode-se encontrar como variável fundamental o desconhecimento dos

<sup>4</sup> Cf. Times, *op. cit.*

<sup>5</sup> Cf. Vygotsky *op. cit.*, p. 81.

<sup>6</sup> Cf. Vygotsky *ibidem*, p. 96), o referido método: “provoca manifestações dos processos cruciais no comportamento das pessoas de todas as idades”.

<sup>7</sup> Cf. Times & Simões *ibidem*, 1981 e 1996) p.312 e 313.

<sup>8</sup> Cf. Bibliografia deste artigo.

métodos de alfabetização ou mesmo uma imperfeita formação em termos dos estágios do desenvolvimento da leitura e da escrita?

Em matéria publicada pela "Folha de S. Paulo", em 27 de novembro de 2000, p. A7, tratando sobre a queda no desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação do Ensino Básico do MEC (SAEB), as autoridades chamadas a prestar contas justificam-se recorrendo aos seguintes argumentos: 1) "A incorporação de um aluno mais carente ao sistema de ensino contribui para a queda na qualidade"; 2) "Os pais deveriam desempenhar um papel mais ativo na educação de seus filhos"; 3) "As escolas têm dificuldades em adotar práticas interativas". Estas desculpas dadas pelas autoridades seguem o modelo vigente de se culpabilizar a vítima pelo fracasso, sem buscar as verdadeiras origens do problema, que estão presentes nas concepções e nos métodos recomendados pelos PCNs<sup>9</sup>.

Os veículos de comunicação têm mostrado recorrentemente um declínio pronunciado e alarmante no desempenho dos alunos do Ensino Fundamental. Estes dados podem ser encontrados nas avaliações do SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico) do MEC e nos resultados do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) no final do ano 2000.<sup>10</sup>

Evidencia-se desse modo a necessidade de pesquisas no cotidiano escolar, envolvendo os próprios professores na sua formação continuada, procurando testar as suas ações.

#### 4. Metodologia:

**4.1 Sujeitos/participantes:** Participaram desta pesquisa treze (13) professores licenciados plenos no Campus Universitário do

<sup>9</sup> Uma descrição mais detalhada sobre como evolui o sistema de representação alfabética poderá ser encontrada nos trabalhos de Alves (1987, p. 48-52), Ferreira (1985, p. 10-14), E. Ferreira e A. Teberosky (1979 e 1981) e Kato (1999), Cf. referencial bibliográfico.

<sup>10</sup> Cf. CAPOVILLA, Alessandra G. S. & CAPOVILLA, Fernando C., *Alfabetização: Método Fônico*. Memnon Ed. Científicas, São Paulo, 2002, p.17-18.

<sup>11</sup> Cf. os Capovilla (idem 2002): Os jovens da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos obtiveram conceitos excelentes, o que os colocaram entre os primeiros do mundo em competência de leitura; em tese, devido ao fato de utilizarem o método fônico para alfabetização a partir da década de 90. Os países que adotam o método misto como a Itália e Alemanha tiveram posições médias, seguidos pelos países que adotam o construtivismo – o método global para alfabetização – como Portugal, México e Brasil, que ficaram nas últimas posições.

Baixo Tocantins egressos dos cursos de Pedagogia e Letras, formados na década de 90 e atuantes no Ensino Fundamental da rede municipal de Abaetetuba. Inicialmente, levantou-se nas escolas que havia em torno de 65 sujeitos potenciais, mas somente 35 responderam ao questionário básico do projeto original, restando destes apenas 13 atuantes no ensino da 1ª à 4ª Série iniciais do Ensino Fundamental: 06 de Pedagogia e 07 de Letras.

**4.2 O ambiente da pesquisa;** após os contatos iniciais, com explicação dos objetivos e metodologia da pesquisa, desenvolveu-se de acordo com as disponibilidades e preferências dos sujeitos: na própria escola, em sala isolada indicada pelo professor; na sua própria residência ou na residência do pesquisador. As entrevistas ocorreram nos meses de março a junho de 2001.

**4.3 A construção de um Método Científico:** Com a crise que se estabeleceu na psicologia nos finais do século XIX; crise esta paradigmática quanto ao objeto de estudo e de seus pressupostos metodológicos, que levou o próprio behaviorismo a sentir a necessidade de ultrapassar os limites das suas descrições reducionistas e mecanicistas das habilidades humanas elementares, e assim procurando passar a uma análise científica das formas mais complexas da atividade superior psíquica humana; surgem segundo Lúria as vias necessárias para superar esta crise, pela primeira vez, através do notável psicólogo soviético LyeV Semiõnovitch Vygotsky (1896-1934), propondo ele uma nova abordagem metodológica.

Assim, segundo Vygotsky<sup>12</sup> a tarefa da psicologia é analisar processos e não objetos ou comportamentos fossilizados, pois é a psicologia do desenvolvimento que fornece a base e a abordagem para esse tipo de análise.

**O procedimento de coletas de dados** consistiu em seguir os seguintes passos: primeiro a entrevista, a qual iniciava-se deixando

<sup>12</sup> Cf. Vygotsky (idem, 1994, p.81): "Assim como Werner estamos defendendo a abordagem do desenvolvimento como um adendo especial à psicologia experimental. Qualquer processo psicológico, seja o desenvolvimento do pensamento ou do comportamento voluntário, é um processo que sofre mudanças a olhos vistos. O desenvolvimento em questão pode limitar-se a poucos segundos somente, ou mesmo frações de segundos (como no caso da percepção normal). Pode também (como no caso dos processos complexos) durar muitos dias e mesmo semanas. Sob certas condições, torna-se possível seguir esse desenvolvimento. ... Nesse método pode ser chamado de método desenvolvimento-experimental, no sentido que provoca ou cria artificialmente um processo de desenvolvimento psicológico.



o sujeito à vontade durante um período de 15 minutos para refletir, organizar suas idéias em torno da pergunta básica, possibilitando-se a este um esboço escrito, um lembrete ou mesmo um pequeno texto de orientação se assim o quisesse. Após o sujeito declarar-se pronto, preparava-se o gravador e repetia-se a pergunta básica e este passava a respondê-la livremente, sendo posteriormente interrompido pelo pesquisador para esclarecer ou retomar aspectos levantados pelo próprio sujeito; em seguida a transcrição das fitas, já concluídas; a categorização e construção dos primeiros cadernos nos meses de dezembro de 2001 a fevereiro de 2002; conclui-se nos meses de março a junho de 2002, os passos seguintes – cadernos de número dois, quadro geral, reunião de grupo e observações em sala .

### 5. Discussão e Considerações Provisórias:

Com relação ao método de alfabetização (pergunta 18 do questionário), 90% dos professores disseram que seguiam os Parâmetros Curriculares Nacionais, adotavam cartilhas e utilizavam diferentes textos. Apenas 8% disseram que começavam a alfabetizar pelo ensino das vogais, depois famílias silábicas e por últimas palavras, frases e textos. Isto sugere inicialmente que a maioria dos professores segue as determinações dos PCNs que apontam o método Global construtivista e textual (sintético, ideovisual, ideográfico ou método “chinês”) para a alfabetização, e ainda, de acordo com o questionário, uma minoria parece que se aproxima do método fônico (clássico ou “analítico” de origem “fenícia”, baseado em decodificação fônica e regras de associações fonêmica)<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Cf. CAPOVILLA, Alessandra G. S. & CAPOVILLA, Fernando C., *Alfabetização: Método Fônico*. Memnon Edições Científicas, São Paulo, (idem, 2002, p.12): O método global pressupõe que a alfabetização deve ser feita diretamente a partir de textos complexos, introduzidos logo no início, antes que a criança tenha aprendido a decodificar e a codificar, não havendo um ensino explícito e sistemático das correspondências grafema-fonema, esperando-se que a criança sucinta perceba tais relações. O método fônico, postula que o som deverá ser introduzido de maneira gradual, conforme a criança venha a adquirir uma boa habilidade de fazer decodificação grafofonêmica fluente, ou seja, depois que receber instruções explícitas e sistemáticas de consciência fonológica e de correspondências entre grafemas e fonemas. Cf. MORTATTI, Maria do Rosário Longo, *Os Sentidos da alfabetização*. UNESP, São Paulo, 2000: observa-se uma contradição com os Capovilla na definição dos métodos analítico e sintético: para esta autora o analítico, começa do “todo” para as “partes”, ou seja do texto, em seguida sentenças, palavras, sílabas e letras. O sintético seria o inverso, começando pela soletração e sílabação tradicionais até chegar ao texto.(sic).

Observou-se na análise e tabulação dos dados (questionário aplicado 04/12/2002), que além das dificuldades relatadas, ressaltou-se ainda que todos os participantes (100%), utilizar-se-iam de alguma maneira o método global, construtivista e/ou textual, o que parece “coerente” com as recomendações oficiais. Apenas 20% dos participantes utilizam exclusivamente o método Global e textual, classificado aqui como PCNs tipo A (S2 e S7). Os demais 80%, utilizariam algum tipo de método misto. Destes 50% parecem utilizar o método misto combinando com o fônico e foram classificados como Eclético tipo C (S11, S09, S01, S08 e S12), devido fazerem referência a começarem a alfabetizar pelas vogais. Por fim, aparecem os que se diziam utilizar o Global, a palavração, sem referência explícita ao fônico ou analítico, mas que sugerem uma abordagem eclética classificada no tipo B, que correspondem a 30% dos professores participantes.

Aqui mais uma vez se observa a necessidade de nossas análises caminharem no sentido de um pensamento propositivo para a construção de uma estratégia de ação e reflexão permanente. Pois, a orientação proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), apesar de não se posicionar claramente em favor de uma ou outra tendência pedagógica de forma explícita, privilegia as duas últimas, mais a influência da psicologia genética, reconhecendo a importância da participação construtiva do aluno e, ao mesmo tempo, da intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdos específicos que favoreçam o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo<sup>14</sup>. Mesmo fazendo a crítica da aplicação do construtivismo à alfabetização, conforme também se argumenta à página 32 do estudo feito por Pinheiro (2002), esse mesmo documento oficial recomenda a aplicação do método ao qual critica.

Segundo Mary Kato<sup>15</sup>: *“a capacidade de simbolização do homem começa por uma representação de primeira ordem – isto é, figuras representando coisas-, para só mais tarde atingir uma etapa em que representa a fala, já em uma simbolização de segunda ordem. No trajeto entre essa primeira fase até a escrita*

<sup>14</sup> CF BRASIL, PCNs, p.38 a 44.

<sup>15</sup> CF KATO, Mary A. *No Mundo da Escrita: Uma perspectiva psicogenética*. Ática: São Paulo, 1999.

alfabética, o homem vai tomando consciência das várias unidades lingüísticas: palavra, sílaba e som.” (p.19).

O professor consciente desse processo deveria naturalmente acompanhar, facilitar e mediar esse desenvolvimento da leitura e da escrita considerado pelos PCNs como predominantemente conceitual. Contudo, as concepções que os professores possuem são construídas a partir de suas experiências e de sua formação inicial e continuada, envolvendo diversas concepções de ensino-aprendizagem que percorrem os currículos e conteúdos recomendados pelo Sistema Educacional Oficial.

No próximo artigo pretendemos aprofundar esta fundamentação teórica e, apresentar um estudo sobre parte do capítulo revisito e ampliado, que foi retirado da dissertação do aqui autor, por sugestão (impositiva) dos orientadores, devido às “críticas ao behaviorismo” e sua aplicação à alfabetização, o que sugere uma discriminação ideológica, ou seja, o uso de um *procedimento abostivo a partir de fônceps pseudo-radicais pós-positivistas: tratar-se-á contudo de um breve levantamento sobre concepções históricas de desenvolvimento e aprendizagem.* (Artigo no prelo).

Neste contexto, acredita-se que a formação do professor, segue uma linha *ecléica*<sup>16</sup>, heterogênea, conflituosa, divergente e irregular, através de diversas abordagens e concepções educacionais presentes na cultura, no espaço acadêmico e no cotidiano escolar, incluindo-se o currículo oficial e o *oculto*.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> O termo *ecléico(a)* está definido como uma mensagem ou mistura, nos termos apontados por Moura (2000), a partir das disputas ideológicas entre os sucessivos e alternados sentidos de alfabetização e seus métodos presentes na tradição pedagógica e educacional brasileira.

<sup>17</sup> O currículo oculto tem sido descrito na literatura pedagógica como sendo as experiências que o professor possui, anteriores à formação, desde sua escolarização inicial até suas experiências de socialização nos estúgios, na observação de seus formadores, na incorporação de valores e práticas adquiridas através de colegas mais experientes. Ou seja, é um repertório de concepções e práticas educacionais que não se apóiam na formação inicial formal ou no currículo oficial das licenciaturas. Está mais próximo da tradição escolar.

## BIBLIOGRAFIA

---

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: introdução aos parâmetros curriculares nacionais de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. REFERENCIAL CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAPOVILLA, Alessandra G. S. & CAPOVILLA, Fernando C., *Alfabetização: Mão Bufo*. Memnon Edições Científicas, São Paulo, 2002.

KATO, Mary A. *No Mundo da Escrita – Uma perspectiva psicolinguística*. Ática; São Paulo, 1999.

CORREIA, Rosa Maria. *Dificuldades no Aprender – Um outro modo de olhar*. PUC/Minas/Mercado de Letras; Campinas, SP, 2001.

CUNHA, Maria Isabel. *O Bom Professor e sua Prática*. Papirus, 1996.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. *Alfabetização e Fracasso Escolar*. EDICON; São Paulo, 1988.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os Sentidos da Alfabetização*. UNESP; São Paulo, 2000.

PATTO, Maria Helena Souza. *A Produção do Fracasso Escolar – Histórias de Submissos e Rebeldes*. Casa do Psicólogo; São Paulo, 2000.

PINHEIRO, Georges Alberto Silva. *Projeto Desencanta Tocantins: Um estudo diagnóstico no cotidiano escolar dos professores licenciados no Baixo Tocantins*, PROINT-0197/2000 e PROINT 270/2001 – UFPA.

SCOZ, Beatriz. *Psicopedagogia e Realidade Escolar – O problema escolar e de aprendizagem*. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1998.

TUNES, Elizabeth & SIMÃO, Livia Mathias. *Sobre Aulhas do Relato Verbal*. Psicologia USP, São Paulo, v. 9, n. 1, p.303-324, 1998.

TUNES, Elizabeth & SIMÃO, Livia Mathias. *Identificação da natureza e origem das dificuldades de alunos de pós-graduação para formularem problemas de pesquisa, através de seus relatos verbais*. Tese de doutorado USP São Paulo, 1981.

VYGOTSKY, L. S. *A Construção do Pensamento e da Linguagem*. Martins Fontes; São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*. Ícone/Ed. USP; São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. *Teoria e Método em Psicologia*. Martins Fontes; São Paulo, 1999.

## MODALIDADE, NORMA E PERFORMANCE EM VEREQUETE E WALDEMAR HENRIQUE

Marcos André Dantas da CUNHA  
(Campus Universitário do Baixo Tocantins - UFPA)

**RESUMO:** *Centramos esta exposição no esclarecimento da problemática abordada na pesquisa em torno da obra dos paraenses Verequete e Waldemar Henrique. Sabretudo, esclarecemos a metodologia utilizada na coleta e organização do corpus selecionado (textos visando o canto). Apresentamos ainda breves considerações da inter-relação entre a modalidade, a norma e a performance considerando as produções estudadas.*

Estudar a obra de dois compositores paraenses exigiu um esforço significativo em coletar textos, principalmente orais, considerando-se principalmente a problemática central que se pretendia investigar. Primeiramente exporemos a problemática da pesquisa, em seguida detalharemos a metodologia e selaremos com breves considerações a respeito do tema em pauta.

### 1 - A problemática investigada

Zumthor, ao refletir acerca da relação entre oralidade e escrita afirma que: "Ao nível dos fatos e na seqüência da história, estes termos aparecem como os extremos de uma série contínua".<sup>1</sup> Este autor, considerando a diversidade de relações possíveis entre escrita e oralidade, propõe a seguinte tipologia:

*– Uma oralidade primária e imediata, ou pura, sem contacto com a "escrita": esta última palavra eu a entendo como todo sistema visual de simbolização exatamente codificada e traduzível em língua;*

<sup>1</sup> ZUMTHOR, Paul, *Investigação da Palavra Escrita*, Trad. Jeruza Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida, São Paulo: Iluminac, 1997, p. 36.

- Uma oralidade coexistente com a escrita e que, segundo esta coexistência pode funcionar de dois modos (...) a oralidade mista procede da existência de uma cultura escrita (no sentido de “possuindo uma escrita”); a oralidade segunda, de uma cultura letrada (na qual toda expressão é marcada pela presença da escrita);
- finalmente uma oralidade mecanicamente mediatizada, logo diferenciada no tempo e/ou no espaço.<sup>2</sup>

Trataremos especificamente dos dois últimos tipos de oralidade. No que diz respeito à oralidade coexistente com a escrita Zumthor diz: “a oralidade mista e segunda se fazem multiplicar em tantas variações quantos os graus existentes na difusão e no uso da escrita: uma infinidade”.<sup>3</sup>

Há uma infinidade de relações possíveis entre escrita e oralidade. A complexidade cultural que caracteriza as sociedades possibilita a existência de uma diversidade de relações entre escrita e oralidade, tanto nos grupos sociais em que há um predomínio da oralidade em convivência com a escrita, como nas sociedades em que há um predomínio da escrita. Por outro lado, a oralidade mediatizada pode coexistir com as duas primeiras.<sup>4</sup>

Desta forma, podemos considerar os textos pertencentes a Verequete e Waldemar Henrique que constituem o *corpus* deste trabalho como oralidade mediatizada, na medida em que os acessamos por meios tecnológicos. Tais textos, porém, podem ser e são muitas vezes “performados” ao vivo, sem intermediação de gravação. Também consideramos os referidos textos como um tipo de oralidade coexistente com a escrita, pois se realizam numa sociedade em que a escrita é presente. Tendo em vista estes tipos de oralidade, como podemos classificar os textos de Verequete e de Waldemar Henrique? Temos uma oralidade segunda nos textos de Waldemar Henrique e uma oralidade mista nos textos de Verequete?

---

<sup>2</sup> ZUMTHOR, op. cit., p. 37.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>4</sup> *Ibid.*

Além disso, será que há, conforme a opinião comum, uma correlação entre as categorias oral/popular e escrito/culto? Será que o menor ou maior domínio da modalidade escrita reflete a tensão existente entre a norma culta e a popular?

Em suma, pretendemos realizar um estudo comparativo da(s) linguagem(ens) usada(s) nas obras de Verequete e de Waldemar Henrique, considerando a interrelação entre a modalidade, a norma e a performance.

## 2 - Matrizes teóricas da pesquisa

### 2.1 A modalidade

Tanto a língua quanto as falas (no sentido de utilizações concretas da língua) podem ser orais ou escritas. Estas duas formas de expressão constituem o que muitos linguistas chamam de modalidade. Lopes diz: "Sirva-nos de exemplo o seguinte cotejo entre as duas modalidades de expressão".<sup>5</sup>

Também Kato ao discutir tais formas de expressão linguística, utiliza o termo *modalidade* questionando: "Até que ponto essas duas modalidades constituem objetos autônomos?".<sup>6</sup>

### 2.2 A norma

A idéia de que haveria uma utilização preferencial, a ser seguida por todos os usuários da língua, motivou os primeiros estudos lingüísticos:

*Entre as motivações que puderam levar à descrição das línguas, acentua-se frequentemente a preocupação de fixar com precisão um bom uso, uma correção, em outras termos, uma NORMA lingüística.*<sup>7</sup>

<sup>5</sup> LOPES, Edward. *Fundamentos de Lingüística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1997, p.33.

<sup>6</sup> KATO, Akury. *No Mundo da Escrita*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1993, p.08.

<sup>7</sup> DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário Enciclopédico da Ciência da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 83.



Teríamos, então, vários usos da língua. Cada uso teria sua norma. Temos, então, várias normas. Entre elas destacamos a norma culta e a popular.

No eixo definido pelos extremos que só existem na teoria, o puro universal e o puro regional, Verequete e Waldemar Henrique se situam cada um num ponto específico que é um aspecto próprio de sua linguagem e de sua arte.

### 2.3 A performance

Jakobson e Benveniste<sup>6</sup> foram entre os primeiros estudiosos que (mesmo sendo conhecidos por concepções estruturalistas) levantaram reflexões acerca da situação de enunciação, ou seja, da importância da compreensão da função da linguagem bem como do ato de dizer e das implicações decorrentes dele, enquanto condição para se descrever o dito.

O estudo da linguagem, considerando o funcionamento desta no ato comunicativo, levará os estudiosos a discutir a *performance*.

Na busca de compreender a performance podemos invocar Zumthor: "A performance é a ação complexa pela qual uma mensagem poética é simultaneamente, aqui e agora, transmitida e percebida".<sup>7</sup>

## 3 - A metodologia da pesquisa

### 3.1 O corpus

O *corpus* selecionado para desenvolver a pesquisa acerca da obra de Verequete e de Waldemar Henrique é constituído de textos em versos, sendo trinta e oito de Verequete e trinta e um de Waldemar Henrique. Os discos de vinil e CDs se constituíram na principal fonte de coleta dos textos, principal mas não única pois, no caso de Waldemar Henrique, também utilizamos partituras impressas com as letras das músicas. Tanto nos discos interpretados por Verequete

<sup>6</sup> Cf. JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. 8ª ed., São Paulo: Cultrix, 1988. BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Trad. de Eduardo Guimarães. *et alii*; Revista técnica de tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

<sup>7</sup> ZUMTHOR, *op. cit.*, p.339.

como nas partituras escritas por Waldemar Henrique, encontramos textos de autoria de outros compositores. Estes não foram selecionados para análise, logo não fazem parte do nosso *corpus*.

Entre os trinta e um textos coletados de Waldemar Henrique, dezessete foram acessados através de discos e catorze a partir de fontes escritas. Aliás, os dezessete textos coletados através da modalidade falada (cantada) também foram acessados, ou seja, cotejados em versão impressa.

### 3.2 Organização do *corpus*

Cada texto do *corpus* é identificado por uma referência composta de uma letra maiúscula (V para Verequete, W para Waldemar Henrique) seguida de um número de ordem; por exemplo: V. 01 para a primeira faixa do lado A, do disco mais antigo da discografia por nós reunida de Verequete.

Na numeração dos textos seguimos, à medida do possível, a cronologia dos discos, bem como a seqüência das faixas em cada um destes. Sobre esta opção devemos fazer algumas observações referentes aos textos de Verequete e Waldemar Henrique:

Sobre os textos de **Verequete**:

Os trinta e oito textos de Verequete foram coletados de oito discos por ele gravados (seis em vinil e dois em CD). Os textos foram numerados, como dissemos, conforme a ordem em que aparecem nos discos.

Os textos que consideramos repetição alteradora<sup>10</sup> não seguiram a ordem que aparecem nos discos. Por exemplo, quando um texto aparece com pequenas modificações num disco de 1975 e já apareceu num disco de 1974, separamos este texto e o atribuímo-lhe uma numeração subsequente ao último texto do último disco.

Para os dois discos que foram gravados em 1974, registra-se em primeiro lugar aquele que não apresenta indicação de volume e em segundo lugar o que leva a menção volume II.

---

<sup>10</sup> Textos que apresentam bastante versos e/ou estrofes em comum, apresentando pequenas alterações de uma gravação para outra.

O disco no qual não encontramos na capa ou rótulo data ou outra menção que pudesse indicar uma cronologia foi transcrito logo após os três mais antigos.

Sobre os textos de **Waldemar Henrique**:

Os textos cantados desse compositor foram coletados em cinco diferentes discos (quatro em vinil e um em CD).

Em dois discos encontramos o mesmo ano de gravação (1976), colocamos em segunda ordem o que foi regravado em 1998. Transcrevemos, a partir dos discos, os textos W.01 até W.17. Os textos que não foram transcritos de gravações (W.18 até W.31) foram numerados pela seqüência cronológica de sua publicação. Há textos cuja data de edição é desconhecida. Estes foram classificados aleatoriamente na seqüência dos demais.

Dentre todos os textos de Verequete e de Waldemar Henrique, selecionamos em cada parte do trabalho um número diferente para análise, em conformidade com os objetivos de cada capítulo, unidade ou sub-unidade. Por realizarmos um trabalho comparativo procuramos estabelecer um equilíbrio entre o número de textos estudados de cada compositor. Precisemos o que chamamos de texto. Seguimos a terminologia proposta por Zumthor:

*A obra é aquilo que é comunicado poeticamente, aqui e neste momento: texto, sonoridade, ritmos, elementos visuais; (...) contempla a totalidade de fatores da performance. O poema é o texto e neste caso, a melodia da obra sem levar em conta outros fatores. O texto (...) a seqüência lingüística percebida auditivamente.<sup>11</sup>*

Assim, poderemos considerar ora o simples texto; ora o poema, ou seja, o texto na sua coexistência (e eventual interferência) com a melodia; ora a obra, ou seja, o texto na sua relação com todas as dimensões da performance, mas em todo caso o elemento central da análise será o texto.

---

<sup>11</sup> ZUMTHOR, *op. cit.*, p. 83.



Onde se lê “siNHO” em vez de “senhor”.

c) Registramos as sílabas acentuadas de três formas:

c.1) Quando não há alteração na grafia da palavra da escrita para a realização oral, seguimos a ortografia oficial.

c.2) Quando há alteração na grafia da palavra, e essa alteração dificulta o reconhecimento da sílaba tônica, marcamos com letra maiúscula a sílaba acentuada: **V01**

boa NOlri siNHO i sinhora  
viEmus di LONgi cheGANdu aqui:

c.3) Nos casos em que há o deslocamento do acento tônico, devido ao canto, ou seja, quando ao se cantar, uma palavra apresenta seu acento deslocado, registramos esta mudança marcando (sobrescrita) a sílaba para a qual a tonicidade se desloca: *carimbó uirapuru: da vila di icaanai: (coro)*

A palavra “uirapuru” apresenta o acento morfológico na última sílaba, na interpretação vocal este acento se desloca para a antepenúltima sílaba.

Quanto aos critérios utilizados para a definição das estrofes, primeiramente delimitamos uma estrofe conforme a unidade semântica verificada entre os versos:

#### **V18**

TEnhu VERsu na cabeça  
qui neim arcia nu MA:  
balança di peSA Oru  
nâu é di pesa meTA:  
balança só pesa Oru  
du ladu qui u Pesu dá  
eu SO COMu VENTu DOldu  
QUANdu dá nu parneRA:

No exemplo acima, os dois primeiros e os dois últimos versos se referem à primeira pessoa (eu). Já o terceiro, o quarto, o quinto e o sexto referem-se à terceira pessoa (a balança). Também consideramos a pausa existente entre a realização de um grupo de

versos e outro, preenchida pela execução instrumental, como um fator delimitador da estrofe: **W07**

nãu mi vereis volta:  
Olhos qui mi visteis ir,  
nãu mi vereis volta:

(26 segundos instrumentais)

ade:us, aMO:, adeus.  
CANtu au ti deIXA:;

O intervalo de vinte e seis segundos entre um grupo de versos e outro se mostrou como um fator delimitador entre os dois grupos de versos acima. Nestes dois grupos também a rima concorreu para delimitação de cada estrofe.

O número de vezes em que uma estrofe se repete foi marcado por meio de um numeral ordinal, seguido da letra x. (vezes), ao lado do primeiro verso da estrofe:

boa NOIti siNH0 i sinh0ra . . . . . 4 x.  
viEmus di LONGi cheGANdu aqui:  
boa NOIti siNH0 i sinh0ra

Ao investigarmos os vários extratos lingüísticos (do aspecto fonético até o semântico-pragmático) que constituem a obra de Verequete e a de Waldemar Henrique percebeu-se não se poder estabelecer uma oposição discreta entre a oralidade segunda e a mista, nem entre a norma culta e a popular, e nem mesmo entre o uso (performance) artístico e o não-artístico da língua.

## BIBLIOGRAFIA

---

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Trad. de Eduardo Guimarães.../et alii; Revisão técnica de tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de Linguística*. Trad. Frederico et alii. São Paulo: Cultrix, 1997.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. 8ª ed.. São Paulo: Cultrix, 1988.

LOPES, Edward. *Fundamentos da Linguística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1997.

KATO, Mary. *No Mundo da Escrita*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à Poesia Oral*. Trad. Jeruza Pires Ferreira e Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida. São Paulo: Hucitec, 1997.

## "MORREU MUITA GENTE POBRE. FOI UMA TRAGÉDIA!" MEMÓRIAS DA CÓLERA NO PARÁ<sup>1</sup>

Jane Felipe BELTRÃO

(Professora do Departamento de Antropologia – Belém/UFPA)

*Resumo:* Durante a recente epidemia de cólera (1991/92), o número de vítimas foi elevado e, embora os enfermos se recuperassem rapidamente, muitas vezes recusavam em deixar o hospital. Longando nos olhos ao passado, descobri que a representação da doença, que parecia presa a antigas estruturas, produzia uma preocupação aparentemente descabida nos dias de hoje, quando o tratamento é rápido e eficaz. Logo começaram a emergir as histórias de outrora, nas quais o narrador, não-protagonista do evento, apresentava imagens terríveis da primeira epidemia de cólera, ocorrida há 144 anos. Ouvir, coletar, cotar e analisar as memórias que saíam do baú de recordações dos coléricos, de seus parentes e de outros protagonistas da recente epidemia. Revoltando o baú, encontrei as chaves que me permitiram pensar da memória à história da cólera que, ainda hoje, atemoriza os parenses. No trabalho, apresento os fios da trama que permitem conhecer, a partir dos protagonistas da epidemia de 1991/92, um flagelo do século XIX.

A pesquisa que dá origem ao trabalho iniciou-se durante a última epidemia de Cólera ocorrida no Brasil, em novembro de 1991, quando o Hospital Universitário João de Barros Barreto – HUJBB, instituição ligada à Universidade Federal do Pará – UFPA e unidade de referência para a epidemia, formulou programa interdisciplinar denominado *A Epidemia de Cólera e a Qualidade Ambiental no Estado do Pará: Estudo Integrado*. Tal iniciativa objetivava compreender o evento em todas as suas nuances para melhor atender aos coléricos. No programa, a autora coordenou os trabalhos referentes à análise social da enfermidade.

<sup>1</sup> Para uma leitura ampliada do assunto, conferir: BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, flagelo de Belém de Goiás-Pará*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1999, mimeo.



Os dados sociais referentes à epidemia alimentavam o programa sobre o comportamento das vítimas, dos parentes dos enfermos e de seus vizinhos, bem como auxiliava a equipe nas tarefas de ação para saúde. O número de vítimas era crescente e, embora os enfermos se recuperassem rapidamente, muitas vezes relutavam em deixar o hospital. Lançando um olhar ao passado descobriu-se que a representação da doença parecia presa a antigas estruturas, produzindo uma preocupação, aparentemente, descabida nos dias de hoje, quando o tratamento é rápido e eficaz. Logo começaram a emergir as histórias de outrora, nas quais o narrador apresentava imagens terríveis da epidemia de cólera ocorrida há mais de um século.

Maria ofereceu uma das chaves para o entendimento do medo que tomava conta dos coléricos e de seus parentes. Revirou o baú das recordações e contou:

*minha avó lembrava, dizia que perto da casa dela, naqueles tempos antigos, um homem morreu. Era conhecido da finada sua mãe. Era a coisa mais feia. Pele todinha enrugada, parecendo maracujá velho, de gaveta, num tinha voz, dos olho só aparecia o branco, tava virado, feio, era bem dizê um morto vivo. Tinha uma sede, muita sede ... baldeava e se esvala muito, mas muito mesmo. Num tinha controle. O corpo dobrava pra frente, parecia macaco, baixava a cabeça, levantava o pé. Num tinha senso. De preto que era, ficou branco. Tinha cólica adoidado, caibra na barriga, nas perna. Ela dizia que foi a tal de Cólera, foi uma tragédia. Como ele, muitas se foram. Morreu muita gente pobre como a gente, o povo gemia, todos choravam e ninguém fazia nada. Era a gente mesmo que acudia, os parente, os vizinhos. Não tinha médico nem hospital. Não tinha prazo, ficava pelo chão, ali sem enterrá ... morria tudo. Era imundo feito chiqueiro, já pensô? É disso que tenho medo! Meu irmão num vai morrê? Nós não tem nada, nem de comê ... Isso num vai repeti?*<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Maria era "dona de doente" internado no Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB). Após a alta do irmão, concedeu entrevista à Jane Felipe Beltrão, em janeiro de 1992. Diz-se dona(a)

O depoimento de Maria não foi o único. Outras histórias foram ouvidas. Na verdade, os depoimentos subsequentes ratificaram nuances e detalhes do depoimento que indicou caminhos.<sup>3</sup> É necessário observar que nenhum dos pacientes, atendidos no HUIBB, apresentou um conjunto de sintomas tão aterrador. A epidemia de 1991, em que pese o descaso das autoridades sanitárias, não teve a mesma repercussão da epidemia de 1855, embora o Pará estivesse sitiado pela falta de recursos.

A memória social dos paraenses, à luz da recente epidemia, fez aflorar preconceitos em relação à doença até então adormecidos. Os doentes também sofreram com o preconceito e viram surgir discussões e, por vezes, conflitos com seus parentes e/ou vizinhos. "A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembranças," como ensina Bosi.<sup>4</sup> Tal fato comprometia o trabalho desenvolvido através de visitas domiciliares realizadas pela equipe do Hospital nas áreas de ocorrência da Cólera. Àquela altura, recorreu-se à literatura sobre o evento passado e procurou-se interrogar o que, naquele passado influenciava o comportamento presente dos coléricos, pois "na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado."<sup>5</sup> E assim, refazendo as relações

---

de *dever* da pessoa que cuida do doente e *deve* por ele no momento aflitivo. No caso estudado, os(as) *dever(a)* *de* *dever* costumavam ser parentes ou vizinhos dos coléricos. O nome da informante é fictício para resguardar a sua identificação, conforme os princípios da ética antropológica. A transcrição do depoimento é fiel à fala da informante. Os erros em relação ao português culto revelam a eloquência do depoimento que assume tom dramático, teatral. É importante asseverar que a cultura popular estabelecida pelo costume, alimentada pela experiência e transmitida através de exemplos, contrasta com a cultura educada, como ensina THOMPSON, E. P. "La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: ¿Lucha de Clases sin Clases? In: *Tradición, Rituales y Convencións de Clase*. Barcelona, Crítica, 1979: 40.

<sup>3</sup> As conversas intermitentes sobre a cólera nos corredores do hospital e nas enfermarias despertava a memória adormecida, nada como momentos de aflição – doença, risco de vida, ameaça de morte – para, como ensina Pedro Nava, despertar: "costumes de avô, respostas de avô, receitas de comidas, crenças, canções, superstições ..." (1999: 9) que duram e são passadas adiante nos palestras que indicam conhecimento de situações similares, as quais temos obrigação de evitar, por força da preservação da dita tradição. Sobre o tema memória e manutenção de tradições, consultar: NAVA, Pedro. *Batê de Ocos*. São Paulo, Anelli Editora/Giordano, 1999.

<sup>4</sup> Cf. BOSI, Eclia. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo, Cia das Letras, 1994: 53.

<sup>5</sup> *Ibid.*, 1993: 55.

estabelecidas entre os sujeitos e as coisas lembradas, a equipe do hospital conseguiu reorientar o seu programa de prevenção à Cólera.

O que a princípio era uma tarefa complementar, tomou corpo e ganhou independência em função da existência de farta documentação sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Pará. Ao analisar os registros descobriu-se que a epidemia de Cólera ocorrida em 1855 foi, sem sombra de dúvida, um dos eventos mais dramáticos do período, constituindo-se em *locus* privilegiado para compreender a sociedade paraense em crise.

O trabalho,<sup>6</sup> ora apresentado, tem por objetivo rever a epidemia de cólera ocorrida em Belém, no século XIX,, incorporando a experiência das gentes ameaçadas, afetadas e mortas pela cólera, cujas lembranças, ainda, produzem medo.

Estudar a Cólera no Grão-Pará é resgatar à História, as gentes<sup>7</sup> que, nos anos 40, 50, 60 do século XIX, ainda cuidando das feridas abertas pela Cabanagem,<sup>8</sup> debateram-se com as diversas epidemias<sup>9</sup> que assolaram a Província.

Apesar da saga vivida pelos paraenses e de sua importância enquanto protagonistas da epidemia de cólera de 1855, sua História foi, sistematicamente, negligenciada, sobretudo pelo obsequioso silêncio das fontes documentais em relação aos protagonistas do evento. Silêncio capaz de produzir armadilhas, pois os escribas prestavam obséquios e eram submissos às autoridades provinciais e imperiais. Portanto, decidir pela inclusão da visão dos protagonistas

<sup>6</sup> Embora nascido do desafio de compreender o universo cultural do paciente atendido pelo HUIJUB durante a epidemia de cólera, não se confundiu com o Estado Integrido II realizado. Registra-se agradecimento à equipe do hospital e, sobretudo, à Dra. Elisa Vianna Sô, diretora da instituição à época, pela oportunidade de trabalho e pelo aprendizado dos tempos de Cólera.

<sup>7</sup> Estudar as gentes do Grão-Pará pode, a princípio indicar homogeneização, mas recorrendo à expressão *coeva*, as gentes, encontra-se referência à pluralidade étnica existente na Província, onde não há gente, mas gentes, várias e diversas. A expressão *as gentes* é associada à diversidade cultural que aponta à desigualdade social, sobretudo no caso de negros escravos ou libertos, índios escravos ou livres e cabanos de todos os matizes. *As gentes* remete à exclusão social existente na Província. A expressão é utilizada nos documentos de época e pela literatura *coeva* para indicar pessoas *de rios*, pobres, portanto gente de carne e osso com costumes, tradições, falares e procedimentos específicos, que serão apresentados ao longo deste exercício acadêmico.

<sup>8</sup> Sobre as dificuldades nos tempos da Cabanagem, conferir RAROL, Domingos Antônio, *Maré Política*. Belém, UFPA, 1970 (1890) especialmente o capítulo XIV, p. 974-1006.

<sup>9</sup> Entre elas Febre Amarela, Varíola, Sarampo e Febres Intermitentes, além da Cólera.

do evento estudado significa buscar suas ações e reações. Tornou-se necessário, para atingir o objetivo, ler as fontes habitualmente utilizadas pelo historiador buscando informações fragmentadas nas entrelinhas dos documentos, fora do *corpus* central do conteúdo explícito, ampliando assim o raio de ação da pesquisa documental.<sup>10</sup> “Trata-se de reunir dados muito dispersos e de esmiuçar o implícito ...,” como ensina Dias.<sup>11</sup>

As lembranças de Maria trazem à tona as dificuldades dos tempos de epidemia, entre elas a Cólera, do tempo que sucedeu, na Província, a Cabanagem. Percorrendo a cronologia dos eventos primeiramente, os paraenses sofreram com os rigores da rebelião cabana durante quatro anos, de 1835 a 1839. A seguir, padeceram sob o tacho da repressão desencadeada pelos vitoriosos, ligados às fileiras imperiais.

Mais tarde, em 1850, quando a Febre Amarela invadiu o Grão-Pará, as lideranças cabanas que sobreviveram “... a queimada da pústula maligna com ferro em brasa,”<sup>12</sup> encontravam-se, ainda, desterradas e a orfandade e a viuvez pelos mortos e desaparecidos eram feridas por cicatrizar. Eram passados dez anos, mas a sede de vingança dos leais partidários do Império não tinha sido suficientemente aplacada.

As vítimas da Cabanagem são incontáveis, Souza Franco informa:

*[a] rebelião do Pará começada em janeiro de 1835 deu lugar a uma quantidade de processos. Dos que pude examinar consta que foram pronunciados 2.085, presos 206, falecidos 504. No número desses últimos só estão incluídos os rebeldes reconciliados e pronunciados. Não se contam entre os primeiros os que estão a simples juramento.*

<sup>10</sup> Sobre a ampliação do raio de ação de historiadores, confira WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Citar: Método, Retórica, Magia e Posicionamento na República Rio-Grandense – 1880/1928*. Campinas, Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, 1997: 10, mimeo. Consultar, ainda, SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Não Trásteiros da Casa – As diferenças sociais no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, 1995: 42-44, mimeo.

<sup>11</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1995, p.14.

<sup>12</sup> Movimentos rebeldes, sediciosos eram tratados como enfermidades a serem extirpadas. A frase utilizada foi cunhada por RAJOL, 1970 (1890), já citada, p. 999-1000.

*Há quem eleva a 4 mil a mortalidade dos desconhecidos e não pronunciados, e ao duplo a dos falecidos nos navios de guerra, nos hospitais e nas prisões no tempo do general Andréia. O número total das remetidas para o Sul aproxima-se de mil.<sup>15</sup>*

Contabilizando os dados, apresentados por Souza Franco, as vítimas somam 15.795 almas;<sup>16</sup> Raiol informa que não é exagero falar em 30 mil homens perdidos pelas forças rebeldes e legais.<sup>17</sup> Incluindo nos cálculos os mortos civis, os números elevam-se consideravelmente, sobretudo porque, segundo Raiol, só escaparam ao “fúror dos malvados”<sup>18</sup> Cametá, Abaeté, Macapá e pequenas povoações do Xingu. Entretanto, a afirmação não significa inexistência de mortes, pois em todos os lugares a defesa de interesses se fez sentir tanto por parte das tropas legais, como pelas tropas rebeldes.<sup>17</sup> Para uma população que não somava 150 mil almas, a depopulação foi um desastre! Some-se à depopulação provocada pelas disputas cabanas, as mortes pela Febre Amarela<sup>18</sup> reinante em 1850. Ainda em 1855, quando chega a Cólera, a Febre Amarela era a segunda causa mortis na Província.

Ao escolher as observações de Raiol sobre a Cabanagem não se procedeu ao acaso, mas premeditadamente. Raiol viveu o período, perdeu parentes e amigos no conflito e escreveu sua obra no calor da hora, ressentido com os acontecimentos. Ninguém melhor do que ele para transmitir a emoção de quem sofreu com as perdas. Assim sendo, as lembranças de Maria e as referências de Raiol,

<sup>15</sup> Cf. SOUZA FRANCO *apud* RAIOL, 1970 (1890), anteriormente referido, Nota 44 p. 1000-1001. Grifos meus. As transcrições são feitas aos documentos. Faz-se ressalva, unicamente, quando a autora introduz algum destaque e/ou esclarecimento.

<sup>16</sup> *Vocabulário coevo*, à época estudada, que significa habitante.

<sup>17</sup> Cf. Raiol, 1970 (1890), já mencionado, p. 1001.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 1001.

<sup>19</sup> Cf. *Proclamação ao Casamento?* reproduzida por RAIOL, 1970 (1890), já referido, Nota 985 p. 983-985.

<sup>20</sup> A população de Belém, à época, somava 16 mil almas, das quais 75% contraíram a moléstia e 5% pereceram em função do evento epidêmico. Sobre o assunto consultar: VIANNA, Arthur. “A Febre Amarela” IN *As Epidemias no Pará*, Belém, UFPA, 1975 (1906). Conferir, também, os Livros de Sepultamento do *Conselho de Saúde* que integram o Fundo da Santa Casa de Misericórdia sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IGHIP), em Belém.

mesmo produzidas em contextos diversos, têm um peso emocional que não se deve desprezar. A emoção indica um contexto de tragédia e, ainda hoje, permeia a memória social dos paraenses.

Não recuperados da guerra, os paraenses enfrentaram sucessivas ondas de epidemia. Evidentemente, na guerra como na peste, os humanos morreram em grandes “carneiradas.”<sup>19</sup> De ambas as tragédias, apenas os ricos tiveram alguma chance de fugir. Durante a revolta Cabana, as elites foram auxiliadas pelas forças internacionais que se posicionavam ao lado das tropas legais. Exemplo disso foi a remoção dos súditos portugueses pela corveta “Eliza”, de bandeira portuguesa, comandada por Izidoro Francisco Guimarães,<sup>20</sup> durante a Cabanagem. A missão de Guimarães saído de Lisboa em 15 de abril de 1835 era:

*... prestar para todos os meios ao meu [do comandante] alcance uma franca, generosa e eficaz proteção á segurança individual, propriedades e commercio dos leões subditos de Sua Majestade Fidelíssima [o rei de Portugal], residentes naquella cidade [Belém] e provincia [Grão-Pará].<sup>21</sup>*

A missão logrou êxito e entrou no Tejo, em 23 de outubro de 1835, levando a bordo os súditos portugueses, até então residentes no Grão-Pará.

Durante as epidemias tanto de Febre Amarela, como de Cólera, inúmeros eram os anúncios encontrados no “Treze de Maio”, comunicando a partida de ricos negociantes e estrangeiros que deixavam a Província. Muito provavelmente isto ocorria em função

<sup>19</sup> Em grande número, como carneiros, genceado, mas sem direito a espumar. Informação colhida nas narrativas orais. Segundo os documentos osseos caracterizam são vagas epidêmicas que atingem locais onde impõe a insalubridade e o peso para o seu comportamento pela intemperança.

<sup>20</sup> Cf. *Memória Histórica sobre os vários assentos de Belém em nome do C.º da Secretaria de Negócios da Marinha e Ultramar à Câmara dos Deputados*, datado de 05.04.1836. Fundo Câmara dos Deputados/Papéis da Comissão da Marinha e Ultramar/Cx. 279 sob a guarda do Arquivo Histórico Parlamentar (AHP), em Lisboa.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 1.

do medo imposto pela mortandade.<sup>22</sup> Contrair cólera, durante a epidemia de 1855, era inquietar-se, era padecer de medo. Perder alguém acometido pela cólera reavivava as marcas impressas na sociedade paraense pelos eventos predecessores, pois as famílias não estavam refeitas das dificuldades impostas pela Cabanagem e pela epidemia de Febre Amarela.

Voltando ao depoimento de Maria e de seus parceiros de infortúnio<sup>23</sup> o medo parece não estar circunscrito às perdas. O registro, a marca das lembranças era a forma de morrer. Morrer ou não de cólera faz diferença! A descrição de Maria parecia, à época, exagerada, mas através das descrições de Marques de Carvalho as tintas utilizadas pela informante tornam-se esmaecidas. Ao observar Jacob, negro africano, de 20 anos de idade, barqueiro, escravo de Nestor Duwal que deu entrada na Enfermaria Nossa Senhora da Conceição, no dia 27 de setembro de 1855, às 10 horas, no Rio de Janeiro, diz o médico:

*[s]eu estado era mortal, algido, pelle encarquilhada, voz sumida, sem pulso, agitação horrivel, sêde devoradora, soltura espontanea de liquido branco quasi inodoro, vergava-se constantemente da cabeça para os pés e vice-versa, algumas vezes dava pulso, parecia querer por-se de pé, olhos virados, sumidos, só se via o branco do globo ocular. Falleceu uma hora da tarde<sup>24</sup>*

<sup>22</sup> Infelizmente, não se dispõe de fontes muito variadas, como aquelas utilizadas por Evans ao estudar Hamburgo. Em seu trabalho Evans dispõe de bilhetes de trem, registros de hospedarias, listas de casas abandonadas entre tantos outros documentos. No caso estudado se dispõe apenas dos anúncios nos jornais da Província. Não se encontrou nenhuma lista de passageiros das embarcações que deixaram o porto de Belém. Cf. EVANS, Richard John. *Doubt in Hamburg: Society and Politics in the Cholera Years, 1830-1910*. Oxford, Clarendon Press, 1987.

<sup>23</sup> Chama-se *parceiro de infirmitas* ou *parceiro de doença* às pessoas que contraem a mesma enfermidade, compartilhando do tratamento e restabelecimento da saúde, e que, geralmente, utilizam o mesmo espaço de convivência. Os doentes hospitalizados, por exemplo, nomeiam o vizinho de leito como parceiros. As referências culturais do mundo do trabalho e da diversão são transferidas ou tornam-se presentes no momento de sofrimento, afinal dividem os mesmos espaços na saúde e na doença, na alegria e na tristeza.

<sup>24</sup> Cf. MARQUES DE CARVALHO, Maximiano de. *Relatório da Cholera Hémorrhagica da Morbua – Clínica de Enfermaria N. S. de Conceição*. Rio de Janeiro, Typ. Imperial, 1856: 25.

Pela descrição depreende-se que a cólera degradava as pessoas tanto por surpreendê-las, como pelos sintomas que, de certa forma, lhes conduzia a uma situação considerada bestial, posto que o colérico perdia o controle sobre si. A cólera atribuía, aos humanos, características animalescas, transformava-os em bestas.

Mesmo que o enfermo não fosse a óbito, os sintomas da cólera eram assustadores. Recorrendo, uma vez mais, a Marques de Carvalho, encontrou-se Antonio, preto africano, escravo de José da Silva Mello, morador da rua da Ajuda, 43, que deu entrada na Enfermaria, no dia 8 de outubro de 1855, às 9 horas:

*... foi atacado violentamente pela cholera, tinha vomitos, colicas e dejeções de materias brancas, arimbras horriveis, algidez extrema, estava sem pulso, voz rouca e sumida, pelle languida, formando grandes dobras com pressão dos dedos, olhos encovados e voltados, o branco para a parte anterior, e outros symptomas de morte; ... Dia 9: ainda vivia, porem moribundo, ... Dia 12: continuavam os symptomas de morte, sem falla, ventre inchado, queixas cerrados, ... até 27 ficou em convalescença, e ás 2 horas teve alta; sahio curado da cholera-morbus com os symptomas mortaes,...*<sup>25</sup>

As descrições de Marques de Carvalho guardam algo em comum com as lembranças de Maria, apesar dos 136 anos que as separam. A descrição de Maria é dramática. A do médico é filtrada por uma formação acadêmica. Caso a autora não tivesse ouvido e transcrito o depoimento, poderia pensar que Maria leu os apontamentos do médico. Os sintomas descritos pelo médico anunciam a presença de um colérico, mas para Maria eles denunciavam a existência de um morto em vida. Para além da leitura dos sintomas de saúde Maria, acometida pelo sofrimento, produz uma rica interpretação cultural da doença. Parece não ser a morte que a assusta, mas a ameaça de repetição de uma tragédia que impõe ao doente uma morte

<sup>25</sup> MARQUES DE CARVALHO, op. cit., 167.



bestializada. O doente parecia um macaco e se encontrava num chiqueiro.

As lembranças da Cólera preservadas pelas narrativas orais apontam para a perda das características humanas dos enfermos. E é, exatamente, a ausência dos atributos humanos que assustava ontem, e ainda assusta hoje. Especialmente porque o alvo da Cólera são os pobres, aqueles que pouco têm para comer que, dificilmente, são socorridos de forma adequada, e que, quando acometidos pela enfermidade, morrem em grande número.

Argumenta-se, a partir do exposto, que o impacto social da Cólera, em Belém, está relacionado às características apresentadas pelos coléricos.

Além das características arroladas, para visualizar as alterações produzidas pela cólera, junte-se a elas o fato de que a decomposição do corpo é tamanha <sup>26</sup>... que uma hora depois de ter sido acometido do mal epidêmico violentamente fica reduzido a dois terços do seu peso, seus músculos reduzem consideravelmente...<sup>26</sup>

Enfermos pela cólera, embora vivos, assemelham-se aos mortos, pois muitos dos sintomas da cólera parecem indícios de morte. “O morto é um ser que estando próximo, está ao mesmo tempo distante;”<sup>27</sup> o colérico não escuta quem está próximo; “... manifesta ainda violentas reações de vida...”<sup>28</sup> O colérico sua, transpira, exala gases e odores fétidos. Por outro lado, como informa Maria, o colérico é um morto em vida. Ele pertence a este mundo, mas não responde aos apelos de seus pares; ele assombra e inibe as manifestações de solidariedade, pois permanece sujo e repulsivo, desqualificado pela impureza.<sup>29</sup>

A seguir, listam-se as características das pessoas acometidas pela enfermidade (Quadro 1) de acordo com as descrições freqüentemente encontradas nos jornais, nos documentos e na literatura coeva aos acontecimentos de 1855.

<sup>26</sup> MARQUES DE CARVALHO, *op. cit.*, p. 13.

<sup>27</sup> CÉ RODRIGUES, José Carlos. *Tubo de Morte*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983: p. 67.

<sup>28</sup> *Ibid.*, 1983: p. 67.

<sup>29</sup> Sobre as noções de pureza e perigo, recorrer a DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. Rio de Janeiro, Perspectiva, 1976.

**QUADRO 1**  
**CARACTERÍSTICAS DE COLÉRICO\***

<b>Área do corpo ou ocorrências</b>	<b>Aparência</b>
Pele	fria, lívida, azulada, arroxeada, pardacenta, enrugada
Sono	inquieta, interrompido por gemidos
Olhos	entreabertos, encovados, cercados por círculo preto, escuro
Ouvidos	moídos, a ponto de "não dar fé de ninguém"
Nariz	frio, entupido, com coriza
Rosto	pálido, amarelado, fisionomia decomposta, espantada, aterrada
Dentes	sangrando
Queixo	cerrado
Boca	fétida, hálito azedo
Garganta	seca, pigarreando, fechada não permitindo engolir
Apetite	sem paladar, com sede
Estômago	sensível, exalando arrotos azedos, provocando vômitos contínuos de comidas, mucosidades e bilis com aparência de água de arroz
Ventre	cólicas, câibras, apresentando solturas avermelhadas ou brancas
Urina	vermelha e expelida às gotas
Regas	suspensas ou aparecidas estemporaneamente
Peito	apresentando dor pericardial
Tronco	com sinais de abatimento e dor de pisadura, apresentando suores frios, convulsionado
Braços	curvados, fletidos pela câibra
Mãos	entorpecidas e frias
Unhas	roxas
Pernas	fletidas com câibras

Como afirma Delumeau, "comumente, a doença tem ritos que unem o paciente ao seu círculo; a morte, ainda mais, obedece a uma liturgia..." (1993: 123).<sup>20</sup> Mas enfermos e mortos durante uma epidemia,

\* Informações retiradas das cartas enviadas ao "Trece de Maio" durante a epidemia, secundadas por MARQUES DE CARVALHO, já referido, 1856; SILVA CASTRO, Francisco da. "Aparências para a História do Cholera-Morbus no Pará em 1855". In: *Journal Geog. Belém, Edingola*, 1981 (1855); e VIANNA, Arthur. "O Cholera-Morbus". In: *As Epidemias no Pará*. Belém, UPPA, 1975 (1906). Os negritos correspondem tanto às características de coléricos com vida, como de pessoas mortos/malvivos.

<sup>20</sup> DELUMEAU, Jean. *História de Afreito no Ocidente – 1300-1800 uma cidade atada*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

sobretudo de cólera, enfrentavam condições insustentáveis de horror. Muitas vezes deixavam de ser cuidados, velados e, até, enterrados.

As epidemias, especialmente de Cólera, no passado e no presente eram/são eventos dramáticos. O evento provoca uma crise, esgarçando demasiadamente o tecido social, pois mata um número considerável de pessoas e, antes de matá-las, retira-lhes as características humanas. Morrer de cólera é sempre dramático, no passado as artes de curar não possuíam ferramentas capazes de debelar a epidemia e, no presente, as políticas públicas são ineficientes, não conseguem impedir a penetração da Cólera, pois não se investe em saneamento básico. Portanto, Maria(s) e José(s) continuam tendo razões para temer a Cólera. Até quando? Não se sabe.

## REFERÊNCIAS

---

### *Fontes manuscritas citadas*

*Arquivo Histórico Parlamentar/Assembleia da República* – Lisboa/Portugal  
Fundo: Câmara dos Deputados  
Papéis da Comissão da Marinha e do Ultramar  
Caixa 278/Documento No. 32/Promoção do Capitão de Mar e Guerra Izidoro Francisco Guimarães.

*Instituto Histórico e Geográfico do Pará* - Belém/Pará/Brasil  
Fundo: Santa Casa da Misericórdia  
Livros de Sepultamento do Cemitério da Soledade: números 5, 6 e 7

### *Fontes impressas citadas*

MARQUES DE CARVALHO, Maximiano de. *Tratamento da Cholera Hémorrhagica de Morbus – Clínica da Enfermaria N. S. da Conceição*. Rio de Janeiro, Typ. Imperial, 1856.

RAYOL, Domingos Antônio. *Motivos Políticos ou História dos Principais Acasos e Incidentes Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém, UFPA, 1970. (1890).

SILVA CASTRO, Francisco. "Apostamentos para a História do Cholera-morbus no Pará em 1855". In: *Família Castro*. Belém, Falingola, 1983 (1855).

## BIBLIOGRAFIA

---

BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, flagelo da Belém do Grão-Pará*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1999, mimeo.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Cia. de Letras, 1995.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente – 1300-1800 uma cidade assada*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

- DOUGLAS, Mary. *Prosa e Perigo*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- EVANS, R. J. *Death in Hamburg: society and the cholera years, 1830-1910*. Oxford, Clarendon Press, 1987.
- NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. São Paulo, Ateliê Editorial/Giordano, 1999.
- RODRIGUES, José Carlos. *Tábua da Morte*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trindades da Casa – As diferentes medicinais no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1995, mimeo.
- THOMPSON, E. P. "La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: ¿ Lucha de Clases sin Clases?" *Iv: Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona, Critica, 1979.
- VIANNA, Arthur. "O Cólera-Mórbus" *IN As Epidemias no Pará*. Belém, UFPA, 1975 (1906).
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar: Medicina, Religião, Magia e Psitirismo na República Rio-Grandense – 1888/1928*. Campinas, Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, 1997, mimeo.

## DE BORDÉIS E LARES: UM ESTUDO SOBRE PROSTITUIÇÃO E FAMÍLIA NO BAIRRO DO JURUNAS EM BELÉM-PARÁ

Luís Junior SARAIVA

(Professor do Campus de Marabá da UFPA, Mestre em Antropologia)

**Resumo:** *A presente pesquisa objetivou abordar a prostituição partindo do privado da vida pública das prostitutas: a família. O trabalho realizou-se no bairro do Jurunas em Belém do Pará, nos locais frequentados por prostitutas. Através do olhar antropológico sobre essa realidade social, a intenção foi descartar esse universo familiar. Aniversários, batizados, fofocas, momentos de sociabilidade e de criação de redes de solidariedade nas quais a família é um referencial importante na vivência cotidiana dessas mulheres que não são apenas "damas da noite," mas mães de família.*

*"... as pessoas pensam que a gente só vive aqui 24 horas, mas nós fazemos outras coisas, temos família, temos filho, mamorado. Eu trabalho na feira também, eu não vivo só do meu corpo, mas as pessoas, elas nunca olham isso."<sup>1</sup>*

*"A relação com o corpo prostituído é uma relação plural. A prostituição é, por definição, "uma história de casal".<sup>2</sup>*

Como retratar as práticas cotidianas existentes em um bairro? Eis uma das tarefas do antropólogo. Nessa empreitada nossa aldeia é o bairro do Jurunas o qual traz uma diversidade humana e cultural,

<sup>1</sup> Anotação de campo registrada no diário em 12.11.2000. Todos os registros nominais são fictícios.  
<sup>2</sup> Cf. LINS, Daniel. "O corpo prostituído". In: *O Dado no Cêpo: Antropologia de Cotidiano*. São Paulo: Ágora/Unicamp, 1999. p. 149

um emaranhado de espaços que formam na definição de Deleuze e Guattari, uma cartografia complexa.<sup>3</sup>

Bairro que tem na escola de samba *Rancho Não Posso me Arrogar*,<sup>4</sup> sua maior expressão carnavalesca e um dos símbolos que compõem a identidade jurunense, mas é também local de fluxo de pessoas que saem e que chegam desembarcando nos inúmeros portos presentes na orla ribeirinha do bairro, pessoas que vão e vêm pelos rios, dos lugares próximos a Belém.

Esse é o bairro o qual agora passo a adentrar na busca de conduzir o leitor pelos vários ambientes aí presentes, com a intenção de apresentar as múltiplas facetas que compõem o mesmo e definem o que significa trabalhar, morar ou mesmo somente passear por um bairro e não por outros, mas, nossa viagem tem um trajeto definido que vai do bordel, onde mulheres trabalham durante a noite jurunense, ao seio da família, espaços que, diferente do que se possa pensar, estão em constante diálogo.

### Do bordel ao lar

Na maioria, os estudos sobre prostituição no Brasil ou mesmo fora dele, abordaram o tema através da relação polícia/médico e as próprias fontes utilizadas como processos criminais e jornais, ajudavam a construir tal visão do assunto o que terminou por conduzir a maioria das pesquisas por esses caminhos, como também termina por aprisionar a prostituta ao ambiente do bordel, excluindo qualquer tipo de contato com o ambiente familiar.

Fonseca, em um artigo pioneiro discute essa falta de estudos que versem sobre a família, pois segundo ela, o estudo de tal temática estará "...ajudando a desgrudar o tema da prostituição do jogo pendular polícia/médico, como também mostrar essas mulheres como membros de redes sociais e universos simbólicos que vão bem

<sup>3</sup> Cf. DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*, vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

<sup>4</sup> Sobre a importância da escola de samba, *Rancho Não Posso me Arrogar*, na construção da identidade jurunense. Cf. RODRIGUES, Carmen Isabel. "A nação jurunense no carnaval das tribos: cultura popular e identidade em Belém". In: *Revista da 1ª Jornada História e Cidade*. Belém: UFPA/NAEA, 2001: p. 34.

além do *mêier*...,”<sup>5</sup> possibilitando desvendar a vida das prostitutas fora dos limites imaginários ou reais, nos quais o tema permaneceu restrito.

Mesmo inquietado com tal fato, meu contato com as prostitutas que trabalham no bairro seguiu o mesmo trajeto de outras pesquisas e iniciou-se pelos bordéis presentes no bairro, mesmo porque no cotidiano do bairro a prostituta é visível a partir do ambiente de trabalho, e nesse caso, foi interessante perceber como as mulheres que eram por mim abordadas, buscavam dar respostas sobre seu cotidiano de trabalho. Portanto, é interessante pensar a relação pesquisador-pesquisadas e como essas últimas tinham uma imagem pré-construída sobre o pesquisador e suas possíveis indagações.

O local escolhido para o início da pesquisa foi os bordéis-bares existentes na orla ribeirinha do bairro do Jurunas, mais especificamente a casa de *show* denominada Dance Days – and Night, conhecida como *Céu*.

*O acesso ao estabelecimento se faz através da entrada que fica de frente para a Bernardo Sayão, por uma escada que é bastante inclinada. Ao chegar à porta, percebi que para ter acesso ao salão de festas, precisava passar pelo guarda que verificava se não havia alguém armado. Na parede se lê a seguinte frase, “proibida a entrada de menor de 18 anos”.<sup>6</sup>*

Mesmo não sendo permitida a entrada de menores de 18 anos no estabelecimento, sua presença era muitas vezes negociada com o policial que, em troca de cerveja ou de determinada quantia em dinheiro, liberava a entrada do menor. No caso das mulheres, não percebi a preocupação com a idade, mesmo porque ao nosso lado havia uma moça que pela aparência deveria ter 16 anos e caminhava tranquilamente pelo estabelecimento sem ter sido abordada pelo guarda. Fato que indica a existência de acordos entre as prostitutas, o dono do local e a vigilância.

<sup>5</sup> Cf. FONSECA, Cláudia. “A dupla carreira da mulher prostituta”. In: *Revista Brasileira Feminista*, v. 4, n.º 1, Rio de Janeiro: IFCN/UEFJ, 1996, p. 8.

<sup>6</sup> Anotação de campo registrada no diário em 29.11.2000.



À frente do Cêu ficam os taxistas à espera de clientes e, pelo que pude perceber, o Cêu é um dos ambientes de realização de festas mais movimentados da área, apesar de carregar um certo estigma, pois quando algumas pessoas, mesmo frequentadoras, se referem ao Cêu, é com um certo desdém, e ainda assim a clientela é bastante diversificada.

*Já por volta da meia-noite, estávamos no Cêu. Minha primeira atitude foi estabelecer-me em um ponto do qual eu pudesse observar todo o estabelecimento ... Logo foi possível perceber que as pessoas que frequentam o ambiente, eram de determinado grupo social específico como: pescadores, estivadores, pessoas que trabalham no Porto do Agui, que fica ao lado do Cêu, prostitutas e não prostitutas, homossexuais e policiais que controlam a segurança. A maneira como os frequentadores se vestem é significativa ... os homens vestem bermuda, drinelo e camiseta ou camisa, em algumas exceções os homens usavam calça jeans e tênis. As mulheres (prostitutas) com saias bastante curtas e de tecidos claros deixando perceber suas roupas íntimas enquanto dançam, ou caminhavam pelo salão. ... As músicas mais tocadas são os bregas, os merengues, sendo que certas músicas são mais solicitadas que outras. A música mais pedida da noite foi "A Feiticeira" ... Por volta das duas horas da madrugada o Cêu já estava no ápice, no que diz respeito à quantidade de pessoas que dançavam e bebiam embaladas pelo ritmo do brega, tendo no reflexo das luzes piscantes e multicores, a impressão que seus corpos se movimentavam num ritmo mais frenético ainda.<sup>7</sup>*

Mesmo sem fumar, carrego uma carteira de cigarros e logo começam os primeiros pedidos, mas há também o pedido para acender o cigarro o que, na verdade, é a forma que algumas mulheres encontram para "forçar" a aproximação. E dessa forma, consigo o

<sup>7</sup> Anotação de campo registrada no diário em 29.11.2000.

primeiro contato com uma mulher chamada Carmem, que pediu para acender o seu cigarro e acabou conversando comigo e se tornando uma importante interlocutora.

Mas não podemos ser ingênuos em pensar que o pesquisador poderá passar despercebido junto ao grupo. E isso ficou claro para mim logo no primeiro contato com Carmem, no *Cêu*, naquela noite. Em dado momento, ela se vira para mim e diz que logo percebeu que eu não era dali. É curiosa tal afirmação se pensarmos o contexto em que se deu; eu cheguei travestido de modo semelhante aos moradores e frequentadores daquela área, no intuito de obter os dados, mas não funcionou, "fui descoberto por uma nativa."

Não precisávamos nos travestir para interagir com o grupo, não parece, portanto, muito simpático para o "nativo," que um "de fora" tente se tornar ou parecer "nativo," o importante mesmo é compreender o que os "nativos" estão fazendo.<sup>3</sup>

No local observei que unida ao cigarro está a cerveja, objeto de socialização entre as pessoas, pois todas, sem exceção, bebem, o que de alguma forma, as une em torno de uma mesa. A cerveja também funciona como um estimulante para os mais tímidos, que após alguns copos começam a criar coragem para chamar as mulheres, ou estas últimas a chamar os homens para dançar.

A dança é o momento de contato público entre os corpos, e depois da música, o casal poderá chegar a um acordo e se dirigir a um dos quartos que ficam ao final do salão, quartos que percebi serem utilizados por prostitutas no decorrer da noite.

A dança, regada a muito *brega*, é o forte do local. Alguns homens passam grande parte da noite apenas dançando e bebendo, sendo que muitos dos clientes da casa pedem para que a música, a qual é o sucesso do momento, seja repetida várias vezes. Uma das músicas que chamou minha atenção foi o *brega* "A Feiticeira" que chegou a tocar quinze vezes durante a noite. Pensando um pouco no contexto, percebo que ele faz sentido, pois a feiticeira da música é o modelo de mulher fatal, que seduz com um simples olhar e deixa os homens enfeitiçados. Um imaginário que acaba por agradar tanto aos homens

<sup>3</sup> Sobre a discussão, consultar GUBERTZ, Clifford. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 88.

que buscam essa *femme fatale*, como as mulheres que se identificam com a mulher sedutora que encanta qualquer homem.

Outro ambiente significativo são os bares que funcionam ao lado do Cêu, no chamado *Bairro*. Estes permanecem funcionando o dia todo com música, garantindo de certa forma a clientela do Cêu, pois permitem a presença de pessoas no local. São cerca de sete bares; alguns possuem mesas de bilhar e mini aparelhagem de som, atraindo clientela diariamente.

A prostituição no Jurunas já existia antes que eu lá chegasse e continuará a existir depois que eu termine de realizar a pesquisa. Essa parece ser uma realidade importante para que Geertz nos chama atenção, para pensar sobre o fazer antropológico. A sociedade estudada existe antes que venha qualquer pesquisador até ela, pois ela é composta dos mais diversos simbolismos e significados. Os sujeitos que a compõem já estavam lá, têm sua própria cosmologia, seu modo de pensar a realidade e seu grupo social.

Assim, o pesquisador tem de saber lidar com os significados que as pessoas atribuem a coisas próprias do seu grupo, as quais frequentemente diferem das definições de categorias elaboradas pelo pesquisador, estando assim o pesquisador no meio da discussão e elaboração dos trabalhos entre o empírico e o acadêmico.

Como afirma Geertz, “[o] que é importante é descobrir que diabos eles acham que estão fazendo,”<sup>9</sup> e não procurar se tornar como um deles, até porque o estrangeiro não será nunca um nativo devido aos processos de socialização diferenciados.

Em uma das noites, fui surpreendido com o convite para o aniversário de Lurdes, convite que vinha acompanhado da seguinte advertência: “... é coisa simples, não vai reparar.”<sup>10</sup> Naquele momento, mesmo ainda sem saber, já não tinha só uma interlocutora que me daria respostas, mas uma amiga que se mostrava sempre pronta a me ajudar.

No outro dia, lá estava eu, de presente em mãos em busca da casa de Lurdes. Só depois de muitos desencontros cheguei até o

<sup>9</sup> Cf. GEERTZ, Clifford, *op. cit.* p. 69.

<sup>10</sup> Anotação registrada no caderno de campo em 20/05/2001.

local. A casa, ou melhor, o quarto onde moram Lurdes e a amiga Marta, fica na Vila da Maria José, local assim chamado devido ser esse o nome da proprietária dos quartos, o que dificultou a procura, mesmo porque essa vila não existe no mapa e o nome só é conhecido pela vizinhança. Ao entrar na vila, a única lembrança que vinha em minha mente era a cidade de Zenóbia, descrita por Ítalo Calvino, a qual "... embora situada em terreno seco, ergue-se sobre altíssimas palafitas, e as casas são de bambu e de zinco, com muitos balcões e varandas, postos em diferentes alturas, ... ligadas por escadas de madeira e passarelas suspensas."<sup>11</sup> Os quartos alugados onde moram Lurdes e sua amiga Marta, ficam suspensos e são ligados uns aos outros por passarelas de madeira, as quais tem-se sempre a sensação de que a qualquer momento vão desabar, assim como as paredes que, meio inclinadas, dão a mesma impressão.

O quarto, apesar de pequeno, comportava nesse dia oito pessoas, entre amigos e amigas de Lurdes que bebiam cerveja e festejavam com brindes e gargalhadas que chegavam a incomodar os moradores do quarto ao lado, mas depois, vim a saber que era o próprio irmão de Lurdes.

Pude constatar então como Lurdes estava inserida dentro de redes de relações que estavam além das suas relações com clientes ou amigas de trabalho, e que envolviam amigos e familiares. Percebi que o momento agora era de desvendar esses outros aspectos da vida de mulheres como Lurdes, um cotidiano que em momentos como o da festa de aniversário deixavam de ser invisíveis para se tornar objetos de análise e reflexões sobre vidas humanas.

### **Em Cena: as famílias de prostitutas**

É o momento de adentrar os espaços recônditos dos lares e conhecer o cotidiano de mulheres que transitam da esfera pública da atividade como prostituta à esfera privada da família. E como primeiro ponto podemos destacar a noção de família como algo sagrado, uma das simbologias que criam fronteiras espaciais e fazem

<sup>11</sup> Cf. CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 36.

com que algumas mulheres busquem manter separado o espaço de trabalho do espaço familiar.

No que se refere à família, pode constatar a presença de vários modelos que são atualizados cotidianamente, sendo interessante destacar o modo como esses modelos vão sendo adaptados à realidade particular de cada mulher.

Se, por um lado, elas falam em casar e ter um marido que as sustentem, por outro não querem abrir mão da sua "liberdade," entendida aqui como a perda do seu espaço de mando. Não posso esquecer que algumas já foram casadas e sempre associam esse momento a tarefas cotidianas enfadonhas e repetitivas. Relato muito parecido com o das prostitutas que trabalham como empregadas domésticas, as quais associam a figura do marido à figura do patrão. Bem diferente é a associação simbólica do patrão, para a mulher que está na prática da prostituição, pois nesse caso o patrão é sempre aquele que faz todos os gostos da prostituta e muitas vezes ainda é vítima de golpe.

A própria perspectiva da prostituição praticada no Jurunas, reforça a presença feminina e dá pouca importância para a participação masculina; isso também era verificado nas décadas de 60 e 70 na zona central, onde não tinha destaque a figura do cafetão. Mas, no Jurunas essa figura simplesmente não existe, e pude constatar que mesmo no *Locomotiva* e no *Lapiuka* (boates de prostituição), como também na Zona Central, essa figura não se faz presente.

A participação feminina atravessa as redes de relações, pois são as mulheres que ajudam as mulheres, e apesar de em alguns casos haver a ajuda masculina, há maior cobrança por parte dos homens, um fator que termina causando desvalorização da contribuição masculina, seja de parentes ou não.

Espero, por fim, ter lançado luz sobre uma realidade que por muito tempo esteve limitada pela luz *nôwi* das boates fechadas. As mulheres que se deixaram etnografar, não são damas da noite, *femmes fatales*, são mulheres de carne e osso, que amanhecem de ressaca após uma longa noite no Céu, que gargalham junto aos amigos(as), comemorando seu aniversário, choram a morte de uma amiga ou, ainda, se solidarizam em torno de uma gravidez nem sempre

desejada, e por vezes, vivem a imagem da *femme fatale*, quando assim for conveniente.

Lúcia, Maria, Carmem, Marta, personagens que compõem este grande espetáculo, no qual muitas vezes tive que sair da platéia e assumir a postura de ator, com direito até mesmo ao improviso. Pois em muitos momentos fui chamado a participar de acontecimentos cotidianos ocorridos no decorrer da pesquisa.

A cortina se fecha, mas o espetáculo não termina, nos bastidores de cada família os cenários são remontados, ganham novas formas. Não há um modelo, mas vários, que são apropriados de diferentes formas.

Os arranjos familiares das prostitutas não estão congelados em imagens imutáveis, pelo contrário, a própria atividade como prostituta contribui para as mudanças. Utilizando mais uma vez a metáfora do teatro, a família das prostitutas com seus atores sociais, mesmo encenando o mesmo espetáculo, o espetáculo jamais é o mesmo, pois cada ator tem a possibilidade do improviso, o que elimina qualquer possibilidade de encerrar o espetáculo em um único modelo.

## BIBLIOGRAFIA

---

- CAIVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*, vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- FONSECA, Claudia. "A dupla carreira da mulher prostituta" *In: Revista Estudos Feministas*, v. 4, n° 1. Rio de Janeiro: IFCG/UFRJ, 1996: p. 7-32.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1998: p. 85-107
- LINS, Daniel. "O corpo prostituído" *In: O Dado no Olho: Micropolíticas do Quênto*. São Paulo: Annablume, 1999: p. 149-151.
- RODRIGUES, Carmem Izabel. "A nação jurumense no carnaval das tribos: cultura popular e identidade em Belém" *In: Revista da 1ª Jornada História e Cidade*. Belém: UFFA/NAEA, 2001: p. 34-36.

---

## RAIMUNDO NINA RODRIGUES E A QUESTÃO RACIAL BRASILEIRA NO SÉCULO XIX\*

---

Telmo Renato da Silva ARAÚJO

(Professor do Campus Universitário do Baixo Tocantins, Mestre em História)

**Resumo:** *O artigo aqui apresentado busca traçar um breve histórico do pensamento racial no século XIX, particularmente os trabalhos de Nina Rodrigues.*

No Brasil, a proclamação da República e o fim da escravidão foram fatos de extrema importância na escolha de temas raciais entre os intelectuais que trabalhavam a construção nacional. Viam-se diante da busca de formas para estruturação do Estado e de construção dos aparatos necessários para seu funcionamento. Pensava-se a economia, a política e a sociedade articuladas em torno de projetos nacionais.

As discussões sobre o futuro da nação tiveram como ponto importante a questão das raças, em que os principais temas em questão estavam relacionados com a “indolência” dos mestiços, com a “inferioridade” racial do negro e a “degenerescência” do mulato. Esses temas tornaram-se argumentos constantes no final do século XIX, para tentar explicar o entrave que se constituía para o tão sonhado “progresso” da nação.

Em 1889, dois grupos discutiam as formas e os caminhos para consolidação do Estado nacional brasileiro. De um lado uma oligarquia cafeeicultora, setor economicamente dominante, que progressivamente melhorava suas fazendas com o incremento de novas técnicas agrícolas e que, com o fim da escravidão, buscava alternativas para a mão-de-obra agrícola. Do outro, uma burguesia urbana, ávida por “progresso” e “modernização”, vinculada ao

---

\*Artigo elaborado a partir da dissertação de Mestrado intitulada “O pensamento racial em Nina Rodrigues e Fernando Cabre”, orientada pelo Prof. Dr. Horácio Gutiérrez e com o apoio financeiro da CAPES.



fortalecimento do Estado; enquadram-se neste, os liberais e os intelectuais da época.<sup>1</sup>

Os primeiros mantiveram sua postura oligárquica, unindo com mais força a questão política e econômica, deixando em muitos casos a questão racial para ser pensada pelos “homens de ciência”<sup>2</sup> da época. Em finais do século XIX, no contexto nacional brasileiro esses homens de ciência realizavam discussões acerca da questão racial, principalmente as propostas de imigração branca européia, o direcionamento da saúde pública para o controle das ditas doenças tropicais, a higienização da sociedade e a eugenia para o branqueamento da nação.

A compressão da realidade nacional, de sua história, traçadas pela elite intelectual após a proclamação da República, estava muitas vezes influenciada pela interpretação positivista biologizante que fazia uma analogia entre meio (aspectos geográficos) e raça (aspectos biológicos).

As discussões sobre a insalubridade dos climas tropicais e apatia do povo surgiram, neste período, nos trabalhos de Silvio Romero sobre mestiçagem e branqueamento da nação. Ao mesmo tempo Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, trabalhava as vicissitudes do homem do sertão e seus problemas com o meio ambiente. Mais tarde Nina Rodrigues abarcaria em seus estudos, a questão do homem brasileiro em grupo e suas manifestações sociais; saindo um pouco do determinismo geográfico e introduzindo aspectos da psicologia coletiva.

Nos projetos para a construção nacional estava um conjunto de fatores necessários para dar um sentido à nação desejada, isto é, uma nação “branca” com costumes e modelos tipicamente europeus. Para isso, era necessária uma certa homogeneização da nação. Intelectuais como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e posteriormente Oliveira Vianna, buscavam criar um senso de nacionalidade, respaldado na unidade étnica.

<sup>1</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho da. *Onde Negro, Onde Branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>2</sup> Essa caracterização foi elaborada por Lilia Moritz Seixas em *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Política racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Tal pressuposto possuía um entrave, que não permitia ser trabalhado por esses intelectuais sem um devido preconceito: a diversidade sociocultural, demarcada pelas diferenças étnicas. Buscar uma unidade demandava buscar uma homogeneidade; dessa forma a Europa tornava-se um exemplo, visto que era considerada como homogênea e caracterizada pela preponderância branca.

Em São Paulo, centro agrícola de plantação de café, a imigração teve seu início em 1840, em meio às pressões inglesas ao tráfico negreiro. Com o intuito de demonstrar que o imigrante poderia ser bem aproveitado como trabalhador livre nas lavouras, tomava ênfase no Brasil o tema do "imigrante ideal".<sup>3</sup> Este seria o agente introdutor dos atributos necessários para acelerar a "evolução" social, para se chegar à "civilização" e ao "progresso".

No Brasil, em 1879, surgiam as discussões sobre os *coolies* chineses que através da *Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos*, eram tidos por uns como o *perigo amarelo* e por outros como habilidosos e competentes.

É interessante ressaltar que tanto os defensores quanto os críticos da imigração chinesa, ambos se apóiam em argumentos baseados na inferioridade desse povo. Para os adversários, os chineses não eram bons, representavam o *perigo amarelo* para o Brasil; para os defensores, os chineses também não eram bons, mas, de acordo com seu projeto, iriam ficar só transitariamente no país.<sup>4</sup>

Convergentes às discussões sobre imigração estavam as propostas de higienização e controle social. Com o crescimento acentuado da cidade do Rio de Janeiro e o surto epidêmico de febre amarela, que solapou a cidade no início do século XX, as propostas de higiene e prevenção de doenças tornaram-se assuntos persistentes nos meios científicos. Se, por um lado, a nação tinha que possuir saúde, por outro precisava ter sobre si um maior controle.

<sup>3</sup> Sobre a "imigração ideal" e suas diretrizes ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Osão Negro, Mão Branca: O negro na imigração do café – Século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 50-68.

<sup>4</sup> PITRUCCI, ELI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930). *Estudos Sociais e Agrários*, n. 7, p. 132, 1996.

Dessa maneira, os projetos de um maior controle sobre a sociedade tinham como base a proposta de maior eficácia das leis penais, que dessem sentido às normas impostas pela sociedade e ao mesmo tempo disciplinar índios, mestiços, mulatos e negros. Esses formavam a grande massa popular que, aos olhos de alguns intelectuais racistas do início do século XX, caracterizavam a “barbárie” brasileira. Assim a

*política de saúde, seja lá o que isso tenha significado na época, era a política de saneamento da cidade, para protegê-la da invasão dos bárbaros. E os intrusos deveriam ser segregados, já que eram indispensáveis para o trabalho manual, incompatível com o parasitismo das classes ociosas.<sup>5</sup>*

A medicina como vemos, toma dois sentidos: o de curar e controlar a sociedade.

O médico era o condutor das convicções científicas que articulavam aspectos da biologia com os da sociologia. Ele era ao mesmo tempo um estudioso do corpo e da sociedade, um cientista e pesquisador. Os médicos formavam, na segunda metade do século XIX, o grupo que discutia com relevância a questão racial, protagonizando um mosaico de concepções racistas e preconceituosas sobre os grupos sociais marginalizados. Seu respaldo foi a ciência positivista, determinista e evolucionista, em alta na Europa neste período.

Seus estudos e trabalhos tiveram, no século XIX, como núcleo duas instituições de grande importância na difusão de estudos acerca da questão racial, a *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* e a *Faculdade de Medicina da Bahia*, ambas criadas em 1832.

A primeira destacava-se por seus trabalhos sobre as causas das doenças – endemias e epidemias – e a segunda articulava trabalhos sobre alienação, delinqüência e criminalidade. Também se diferenciavam pela linha teórica que empregavam em suas pesquisas.

<sup>5</sup> BARROS, Pedro Motta de. *Avorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana*. *Magisteria: História, Ciência, Saúde*, São Paulo, v. IV, n. 3, p. 439, (out. 1997 – fev. 1998).

Enquanto a do Rio de Janeiro seguia a linha francesa, a da Bahia seguia a alemã.

Na Bahia é a raça, ou melhor, o cruzamento racial que explica a criminalidade, a loucura, a degeneração. Já para os médicos cariocas, o simples convívio das diferentes raças que imigraram para o país, com suas diferentes constituições físicas, é que seria o maior responsável pelas doenças, a causa de seu surgimento e o obstáculo à “perfectibilidade” biológica.<sup>6</sup>

A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com seus estudos sobre a febre amarela, iniciou na saúde pública brasileira a concepção de profilaxia, isto é, uma medicina preventiva contra as enfermidades. Isso se deve principalmente aos trabalhos de Oswaldo Cruz e sua equipe de médicos. Por outro lado, a Faculdade de Medicina da Bahia enveredava seus estudos para uma medicina experimental, direcionada para as patologias coletivas, aos cuidados de Raimundo Nina Rodrigues.

Vinculadas a estas duas instituições estavam os meios de divulgação científica de maior importância no Brasil, no final do século XIX: a “Gazeta Médica da Bahia”, criada em 1866 e “Brasil Médico” do Rio de Janeiro, criado em 1887. Nelas definem-se e delimitam-se as propostas para curar um Brasil doente e enfermo. Temas como criminalidade, degenerescência e doenças tropicais, eram sempre correlatos com a questão racial<sup>7</sup>. Esses dois periódicos foram os de maior representatividade no circuito médico-científico da época.

Na “Brasil Médico”, os temas de maior importância estavam relacionados com a higiene pública e com modelos de combate a epidemias e endemias – são enormes as doenças que se propagavam no Brasil neste período, entre elas a febre amarela, varíola, tuberculose, beribéri, malária. Na “Brasil Médico” eram divulgadas campanhas de saneamento e educação sanitária em apoio à insalubridade do clima tropical.

No discurso sobre a erradicação das doenças e na crença em uma medicina preventiva é que se revela a grande importância que

<sup>6</sup> SCHWARCZ, op. cit., p. 191.

<sup>7</sup> ALVES & MADEL, *Terceiro Luz. Medicina e Ordem Pública Brasileira: Políticas e Instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

tomavam os médicos sanitaristas do Rio de Janeiro. Tal importância respaldava medidas autoritárias. É o caso de Oswaldo Cruz em 1904, que confluía na conhecida Revolta da Vacina.<sup>8</sup>

Na "Gazeta Medica da Bahia", primeiro periódico médico do Brasil, os temas de maiores relevâncias estavam relacionados à loucura, alienação e degenerescência das raças. Temas que tomaram com o intelectual e antropólogo criminal Raimundo Nina Rodrigues, um sentido mais abrangente quando da sua luta para a profissionalização do perito em medicina legal. Em seu postulado, as análises retiradas das autópsias – novidade no Brasil – eram correlacionadas com as teorias da degenerescência do mestiço e da inferioridade dos negros. Diferentemente do "Brasil Medico", este meio de divulgação científico promoveu trabalhos sobre antropologia criminal e medicina experimental, articulando os estudos sobre mestiçagem e doença mental.

Raimundo Nina Rodrigues nasceu no Maranhão em 4 de dezembro de 1862. Em 1882 mudou-se para a Bahia onde ingressou no curso de Medicina. Tirou o doutorado no Rio de Janeiro em 1888. Seu primeiro artigo é de 1886, escrito no Maranhão, com o título "A morfêa em Anajatuba".

Em 1894 escreveu seu principal livro intitulado *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, que o fazia ser o primeiro a enveredar nos estudos de medicina legal no Brasil. Nele discutia e criticava as leis penais, defendendo uma diferenciação em sua implementação pelo fato das raças negra, índia e mestiça não terem a capacidade de serem responsabilizadas de seus atos. É a criminalidade e a imputabilidade por uma ótica evolucionista, tanto social quanto biológica.

Nina Rodrigues associava a questão racial ao quadro mais abrangente do progresso da humanidade, estabelecendo uma dicotomia racial, em superiores e inferiores. Dizia:

---

<sup>8</sup> Cf. SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: Mentes Ilustradas em Corpo Rebelde*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

*O desenvolvimento e a cultura mental permitem seguramente às raças superiores apreciarem e julgarem as phases por que vai passando a consciencia do direito e do dever nas raças inferiores, e lhes permitem mesmo traçar a marcha que o desenvolvimento dessa consciencia seguirá no seu aperfeiçoamento gradual.<sup>9</sup>*

Afirmava que no contato direto entre as “raças superiores” e “inferiores”, e frente à afluência social, a raça superior venceria. Esse contato seria conduzido pela história que aperfeiçoaria gradualmente as atividades psíquicas, morais e intelectuais das raças ditas inferiores. Via a história como um agente do tempo que moldaria as vicissitudes da cultura, tendo como base primordial a cultura branca européia.

Nina Rodrigues escreveu em 1896, diversos artigos para a “Revista Brasileira” relacionados com estudos etnográficos do fetichismo dos negros baianos que abarcavam assuntos como teologia, liturgia e cerimônias religiosas. Mais tarde, em 1901, esses artigos formariam a coletânea *O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos*. Esses estudos demonstram não apenas a influência do empirismo científico em seus trabalhos, mas também, traçavam um novo curso para a antropologia brasileira, o da etnografia. Bom frisar que, apesar da importância dos trabalhos de Nina Rodrigues na constituição dos primeiros estudos sobre o negro em território nacional, sua vertente foi constantemente trabalhar a antropologia para determinar as peculiaridades culturais com o intuito de demonstrar a inferioridade racial.

Nina Rodrigues escreveu artigos tanto na “Gazeta Medica da Bahia” quanto no “Brasil Medico”. Muitos desses artigos discutiam a questão criminal em que questionava a igualdade na implementação da lei penal – as “raças inferiores” não possuem capacidade para guiarem-se livremente. Com essa afirmação argumentava contra o livre-arbítrio e pedia uma reformulação das leis penais. Reivindicava também uma maior autonomia à medicina legal, bem como reforçava o vínculo com os bacharéis do Direito.

<sup>9</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Petrópolis: Editora Progresso, 1974, p.84.

Uma série de artigos publicados na “Brasil Medico”, em 1890, demonstrava claramente o viés seguido por Nina Rodrigues. Escreveu inúmeros artigos sobre a psicologia das multidões, relacionando casos de manifestações de loucura e fanatismo, como o dos seguidores de Antônio Conselheiro em Belo Monte (Canudos). É o momento do uso da medicina legal e da psicologia social através das análises psicológicas das raças e das autópsias como arcabouço científico para as afirmações racistas. Buscava nas dissecações cadavéricas, encontrar detalhes que comprovassem a inferioridade das raças. Alguns desses artigos formaram a coletânea *As Colectividades Anormais*.

A imprensa médica brasileira teve um papel fundamental ao divulgar e manter intercâmbios científicos entre os diferentes grupos nacionais e internacionais. Contribuiu para o confronto de opiniões e de eixos teóricos discutidos na época. Particularmente, as revistas: “Brasil Medico” e “Gazeta Medica da Bahia”, que tiveram uma repercussão considerável no cenário científico nacional.

Contudo, foi nas reuniões para a elaboração da “Gazeta Medica da Bahia” que curiosamente aparece um grupo de intelectuais médicos que por volta de 1860 destacava-se por enveredar pesquisas sobre as denominadas “doenças tropicais”. Esses regiam trabalhos e pesquisas, muitas vezes autônomos, acerca das doenças que atingiam as camadas populares. Bem mais orientados, científica e tecnicamente, que o grupo carioca, convencionou-se chamá-los de *Escola Tropicalista Bahiana*.

Foi nessa *Escola* que os trabalhos de Nina Rodrigues começaram a ter uma maior divulgação e muitas de suas colocações e alinhamentos teóricos consolidaram o viés de uma medicina voltada para a autópsia, para a psiquiatria e para os estudos anatômicos patológicos. Os rumos que seguiram os discursos dos membros da *Escola* inauguraram no Brasil “uma era de utilização do saber científico como instrumento de controle social das “classes inferiores”, sob a legitimação ideológica da teoria científicista do racismo”.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> BARRIOS, *op. cit.*, p. 450.

Para Pedro Motta de Barros, foi a partir dessa tendência, de abrir cadáveres para procurar neles substrato necessário da inferioridade racial, que a *Escola Tropicalista Baiana* teve seu final:

*(...) no caso da medicina tropicalista baiana, seu esgotamento correspondeu à substituição do trabalho com cadáveres para o tratamento clínico de doentes pelo trabalho com cadáveres para o controle social de "raças inferiores", mediante o desenvolvimento de novas ciências, a medicina legal e a antropologia criminal.<sup>11</sup>*

Em 1901, Nina Rodrigues publica seu estudo mais importante de psiquiatria, *O Alienado no Direito Civil Brasileiro*. O momento da publicação deste livro foi marcado pela reivindicação de novos espaços para a medicina. Espaços estes cada vez mais próximos dos mecanismos de controle social, junto às diretrizes da lei penal.

Com as influências, principalmente das teorias sobre o criminoso nato de Cesare Lombroso, do determinismo de Herbert Spencer e do evolucionismo de Charles Darwin, Nina Rodrigues enveredava-se também no ramo da antropologia. Os trabalhos de Nina Rodrigues sobre os negros da Bahia são considerados o marco inicial de um estudo sistemático sobre as manifestações culturais dos africanos e seus descendentes no Brasil. A sua obra de maior relevância acerca deste tema é *Os Africanos no Brasil*, obra póstuma, publicada em 1933.

Nina Rodrigues morreu em Paris a 17 de julho de 1906 e muito da divulgação de sua obra, deveu-se aos seus discípulos que com esforço e dedicação publicaram várias delas. Todavia, apegado à ciência positivista, é caracterizado como um dos maiores racistas brasileiros do final do século XIX. A influência de Nina Rodrigues no Brasil foi de tal forma significativa, que após sua morte seus discípulos formaram uma Escola denominada Nina Rodrigues. Entre seus membros estão Afrânio Peixoto, Homero Pires e Arthur Ramos.<sup>12</sup>

Os trabalhos de pesquisa e as reflexões raciais de Nina Rodrigues são reflexos da culminação das teorias européias na América, nos

<sup>11</sup> BARROS, pp. 65, p. 449.

<sup>12</sup> A Escola Nina Rodrigues e a atuação de seus discípulos, foram analisadas por: Mariza Corrêa, *Arquivo da Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. São Paulo: São Francisco/ BAPSE, 1992, p. 15-6.



finais do século XIX e representaram as principais propostas para o processo de consolidação e estrutura do Estado, no que se refere à participação da grande massa étnica na sociedade.

Contudo, os novos contornos que a antropologia e sociologia tomaram na primeira metade do século XX para se entender grupos culturalmente diferenciados, foram determinantes para a mudança no discurso racial. Passou-se a valorizar mais as peculiaridades culturais que as premissas biologizantes tão enfatizadas anteriormente pelos cientistas raciais. Nina Rodrigues não consegue pegar estas mudanças. Assim, é considerado como o principal intelectual racista brasileiro de finais do século XIX. Seus discípulos é que procuraram dirimir algumas concepções equivocadas do mestre maranhense.

#### BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Afeto Branco: O ugo no inaugurário das ides – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARROS, Pedro Motta de. Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana. *Manguinhos: História, Ciência, Saúde*, São Paulo, v. IV, n. 3, p. 411-459, nov. 1997 – fev. 1998.

CORRÊA, Mariza. *As Ruínas da Liberdade: A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. São Paulo: São Francisco/FAPESP, 1992.

LUZ, Madel Terezinha. *Medicina e Ordem Política Brasileira: Políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. *As Instituições Médicas no Brasil: Instituições e estratégias de hegemonia*. Rio de Janeiro: Graal, 3ª edição (1ª edição: 1979), 1986.

PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930). *Ensaio, Sociedade e Agricultura*, n. 7, p. 134-149, 1996.

RAMOS, Artur (org.). *As Comunidades Anemias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Bahia: Editora Progresso, 1894.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espírito das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

## A PESQUISA TEÓRICA NAS INVESTIGAÇÕES ACADÊMICAS: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS<sup>1</sup>

Joyce Otília Seixas RIBEIRO  
(Mestre em Educação, Professora do Campus  
Universitário do Baixo Tocantins - UFPA)

**Resumo:** *O estudo objetiva mostrar a trilha metodológica da pesquisa que resultou na dissertação de mestrado intitulada *Teorização Curricular Crítica e Pós-Modernismo: elementos para o currículo como política cultural*. A partir das inquietações iniciais que desenharam o problema da pesquisa, este artigo busca tecer as relações entre problema-decisão metodológica. Visa, sobretudo, evidenciar a relevância da pesquisa exploratória para um processo de investigação, bem como seus aspectos teórico-metodológicos.*

### Considerações iniciais

Para discutir os aspectos metodológicos da pesquisa realizada, é necessário partir de uma retomada, ainda que parcial, das inquietações que deram origem ao problema de investigação. Sem a pretensão de retomar exaustivamente a questão, tento tecer a relação entre o problema de pesquisa e a decisão metodológica, para, em seguida, tratar dos aspectos teóricos referentes à tipologia da pesquisa, neste caso, a pesquisa exploratória, bem como os procedimentos de coleta de dados a ela inerentes.

### 1. As inquietações primeiras

A dissertação de mestrado intitulada *Teorização Curricular Crítica e Pós-Modernismo: Elementos para o currículo como política cultural* é resultado de um longo processo de construção permeado de inquietações. Insatisfeita com o projeto de investigação inicial

<sup>1</sup> Este artigo é parte da Dissertação de Mestrado intitulada *Teorização Curricular Crítica e Pós-Modernismo: Elementos para o currículo como política cultural*. Centro de Educação - UFPA, 2001.

propus-me a reelaborá-lo. E assim foi. Neste processo de reconstrução alguns projetos foram contestados devido à ausência de um objeto claramente explicitado, pois ora enfocava o discurso pedagógico, ora a *práxis* pedagógica, ora a reforma educacional brasileira. Todos os argumentos eram construídos no interior de profundas mudanças, mas algo parecia não se mostrar.

Ao revisar a literatura para a reelaboração do projeto entrei em contato com o debate sobre o pós-modernismo no campo educacional. O termo despertou minha atenção por estar associado a uma crise, a crise da teorização curricular crítica. Este primeiro contato se deu por intermédio da leitura do texto de Moreira e acabou por trazer mais inquietações, perplexidades, para não dizer pânico. Neste momento inicial, o foco de minhas atenções era a compreensão da crise. A revisão da literatura converge para as explicações a seguir. De acordo com Moreira, a diversificação teórica e temática instalada a partir da inclusão de novos aportes (pós-modernismo, pós-estruturalismo, entre outros) gera a crise da teorização curricular crítica na medida em que ainda não trouxe contribuições efetivas para a construção de práticas docentes emancipatórias. O momento é de incertezas, dúvidas, ambigüidades e de uma multiplicidade de caminhos, o que pode vir a acarretar contradições teóricas e práticas. A argumentação de Moreira é de que a teorização curricular crítica se encontra em crise por não conseguir dar respostas efetivas para a melhoria da qualidade do ensino, por possuir um discurso abstrato e por ter questionada a sua utilidade para as reflexões educacionais e curriculares, em razão de sua incapacidade de enfrentar a complexidade do real. Devido a estas "limitações", a teorização curricular crítica vem sendo duramente criticada, sendo questionados os seus princípios, logo, a sua validade.<sup>2</sup>

Apesar das críticas, os/as teóricos/as vinculados/as à tradição crítica têm procurado saídas para a crise e, para tanto, vêm buscando contribuições em outras teorizações, entre as quais aquelas oriundas do próprio pós-modernismo, causador da crise.

<sup>2</sup> MOREIRA, Antonio. *A Crise da Teoria Curricular Crítica*. In: COSTA, Maria V. (org.) *O Currículo nos Livros de Contemporânea*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

## A PESQUISA TEÓRICA NAS INVESTIGAÇÕES ACADÊMICAS: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS<sup>1</sup>

Joyce Otília Seixas RIBEIRO  
(Mestre em Educação, Professora do Campus  
Universitário do Baixo Tocantins - UFPA)

**Resumo:** *O estudo objetiva mostrar a trilha metodológica da pesquisa que resultou na dissertação de mestrado intitulada *Teorização Curricular Crítica e Pós-Modernismo: elementos para o currículo como política cultural*. A partir das inquietações iniciais que desenharam o problema da pesquisa, este artigo busca tecer as relações entre problema-decisão metodológica. Visa, sobretudo, evidenciar a relevância da pesquisa exploratória para um processo de investigação, bem como seus aspectos teórico-metodológicos.*

### Considerações iniciais

Para discutir os aspectos metodológicos da pesquisa realizada, é necessário partir de uma retomada, ainda que parcial, das inquietações que deram origem ao problema de investigação. Sem a pretensão de retomar exaustivamente a questão, tento tecer a relação entre o problema de pesquisa e a decisão metodológica, para, em seguida, tratar dos aspectos teóricos referentes à tipologia da pesquisa, neste caso, a pesquisa exploratória, bem como os procedimentos de coleta de dados a ela inerentes.

### 1. As inquietações primeiras

A dissertação de mestrado intitulada *Teorização Curricular Crítica e Pós-Modernismo: Elementos para o currículo como política cultural* é resultado de um longo processo de construção permeado de inquietações. Insatisfeita com o projeto de investigação inicial

<sup>1</sup> Este artigo é parte da Dissertação de Mestrado intitulada *Teorização Curricular Crítica e Pós-Modernismo: Elementos para o currículo como política cultural*. Centro de Educação - UFPA, 2001.

propus-me a reelaborá-lo. E assim foi. Neste processo de reconstrução alguns projetos foram contestados devido à ausência de um objeto claramente explicitado, pois ora enfocava o discurso pedagógico, ora a *práxis* pedagógica, ora a reforma educacional brasileira. Todos os argumentos eram construídos no interior de profundas mudanças, mas algo parecia não se mostrar.

Ao revisar a literatura para a reelaboração do projeto entrei em contato com o debate sobre o pós-modernismo no campo educacional. O termo despertou minha atenção por estar associado a uma crise, a crise da teorização curricular crítica. Este primeiro contato se deu por intermédio da leitura do texto de Moreira e acabou por trazer mais inquietações, perplexidades, para não dizer pânico. Neste momento inicial, o foco de minhas atenções era a compreensão da crise. A revisão da literatura converge para as explicações a seguir. De acordo com Moreira, a diversificação teórica e temática instalada a partir da inclusão de novos aportes (pós-modernismo, pós-estruturalismo, entre outros) gera a crise da teorização curricular crítica na medida em que ainda não trouxe contribuições efetivas para a construção de práticas docentes emancipatórias. O momento é de incertezas, dúvidas, ambigüidades e de uma multiplicidade de caminhos, o que pode vir a acarretar contradições teóricas e práticas. A argumentação de Moreira é de que a teorização curricular crítica se encontra em crise por não conseguir dar respostas efetivas para a melhoria da qualidade do ensino, por possuir um discurso abstrato e por ter questionada a sua utilidade para as reflexões educacionais e curriculares, em razão de sua incapacidade de enfrentar a complexidade do real. Devido a estas "limitações", a teorização curricular crítica vem sendo duramente criticada, sendo questionados os seus princípios, logo, a sua validade.<sup>2</sup>

Apesar das críticas, os/as teóricos/as vinculados/as à tradição crítica têm procurado saídas para a crise e, para tanto, vêm buscando contribuições em outras teorizações, entre as quais aquelas oriundas do próprio pós-modernismo, causador da crise.

<sup>2</sup> MOREIRA, Antonio. *A Crise da Teoria Curricular Crítica*. In: COSTA, Maria V. (org.) *O Currículo nos Livros de Contemporânea*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

## 2. O Problema

Como afirmei acima, a despeito das severas críticas ao pós-modernismo, educadores e educadoras radicais aproximam-se cada vez mais desta discussão, tentando investigar acerca da existência desse novo ambiente denominado de pós-modernidade e da relevância desta discussão para a avaliação da tradição iluminista no campo curricular. Esta afirmação pode ser comprovada uma vez que recentemente, mais precisamente a partir dos anos 90, parte da comunidade educacional crítica começou a dialogar com alguns elementos do pós-modernismo com o intuito de repensar a relação entre escola, cultura, linguagem e poder.<sup>3</sup>

É difícil vislumbrar onde o pós-modernismo possa convergir com a teorização curricular crítica fundamentada em princípios neomarxistas. O currículo, aqui, é considerado como inserido em um todo social, não sendo admitidas análises descontextualizadas historicamente. O currículo não é inocente e neutro; ao contrário, está imbricado em relações de poder entre a escola e a sociedade, constituindo-se, portanto, de uma dimensão política. O desafio posto para a teorização curricular crítica é subsidiar através da teoria e da prática crítica uma ação transformadora. A dúvida se manifesta no momento em que o diálogo com o pós-modernismo gera a crise, por não trazer contribuições para uma prática docente emancipatória. Apesar de Giroux e McLaren aceitarem o diálogo fica o impasse: como sustentar a desconfiança nas metanarrativas em um campo tradicionalmente prescritivo e orientado preponderantemente por esquemas gerais de pensamento? Como lidar com a idéia de um sujeito múltiplo, descentrado, em um campo orientado pela filosofia

<sup>3</sup> GIRoux, Henry. *O Pós-Modernismo e o Diálogo de Crítica Educacional*. In: SILVA, Tomaz T. *Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. MCLAREN, Peter. *Pós-Modernismo, Pós-Colonialismo e Pedagogia*. In: SILVA, Tomaz T. *Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. APPLE, Michael W. & OLIVER, Anita. *Teal para o Direito: A crítica ao e a formação de movimentos contestadores*. In: BAUDRILLARD, Jean. *A Sedução do Maléfico*. São Paulo: Ubu, 1994. SILVA, Tomaz T. *Teoria Crítica e Educação: Um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. MOREIRA, Antonio E. B. *Crítica, Utopia e Pós-Modernidade*. In: MOREIRA, Antonio E. B. (org.). *Críticas: Questões em aberto*. Campinas: Papirus, 1997. DOLL, Jr. William E. *Críticas: Uma perspectiva pós-moderna*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

da consciência?<sup>1</sup> Como admitir a possibilidade de que não há um fim crítico e redentor a seguir em um campo movido pela teleologia de um destino final libertador?

A inquietação, assim, toma corpo em um problema teórico que se delinea a partir das interrogações acima descritas e remetem a algumas questões que se constituíram em motor desta pesquisa, já que não ficou evidente como se equaciona a tensão entre os princípios da teorização curricular crítica e do pós-modernismo. Este estudo, então, foi movido por algumas indagações: o que é o pós-modernismo? Como é efetuado o diálogo da teorização curricular crítica com o pós-modernismo? Quais as possíveis contribuições do pós-modernismo para o campo e a prática curriculares?

Acreditando que professoras e professores precisam participar deste debate, a intenção deste trabalho foi de aproximá-los de temas e categorias provenientes dos novos aportes teóricos que adentram neste campo. Assim, esta pesquisa tentou contribuir para o avanço da ciência, mais especificamente para o conhecimento no campo curricular, através de uma incursão pelo pós-modernismo, um desafio aceito com um misto de coragem e temor. Considerando a importância deste estudo, e a partir das questões postas, assinalo, então, os objetivos desta investigação: a) Incursionar criticamente em algumas concepções do pós-modernismo; b) Examinar alguns elementos do diálogo da teorização curricular crítica com o pós-modernismo; c) Apontar uma possível contribuição do pós-modernismo para o campo e a prática curriculares; d) Analisar o Tema Transversal Pluralidade Cultural dos Parâmetros Curriculares Nacionais a partir das contribuições do pós-modernismo; e) Anunciar as possibilidades de um currículo antidiscriminatório.

Como se pode notar, está claro que o problema da pesquisa constitui-se em um problema teórico, não havendo, portanto, necessidade de contato com a realidade. Resta, então, anunciar a decisão acerca dos procedimentos metodológicos que melhor atendem às exigências desta investigação.

<sup>1</sup> Cf. SILVA, Tomaz T. *Meusões, Glogner e Clava: Os fantasmas da pedagogia crítica*. In: SILVA, Tomaz T. (org.). *Pedagogia dos Meusões: Os prazeres e os perigos da condição de jornalista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. a, p. 14-15.

### 3. A Decisão Metodológica

Nenhuma decisão metodológica é possível de ser tomada *a priori*, pois a metodologia de pesquisa não possui autonomia a ponto de ser selecionada antes mesmo da formulação do problema a ser investigado. A formulação do problema indica o caminho a ser percorrido para a apreensão do objeto de pesquisa. Dito de outra forma, a decisão metodológica é decorrência do problema formulado.

A pesquisa científica pode ser realizada tanto na realidade como em documentos escritos.<sup>5</sup> Neste caso, o problema a ser investigado possui uma natureza teórico-crítica não demandando, portanto, pesquisa empírica. Assim sendo, a decisão metodológica foi pela pesquisa exploratória.

*Sem dúvida alguma, muitas pesquisas de natureza qualitativa não precisam apoiar-se na informação estatística. Isto não significa dizer que sejam especulativas. Elas têm um tipo de objetividade e de validade conceitual (...) que contribuem decisivamente para o desenvolvimento do pensamento científico.*<sup>6</sup>

Para Trivinõs, os “(...) estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema”, além de contribuir na análise do referencial teórico possibilitando o domínio de uma determinada teoria. É comum imaginar que um estudo exploratório constitui-se em uma tarefa simples de ser cumprida. Contrariamente, uma pesquisa exploratória precisa atentar para os rigores de um trabalho científico.<sup>7</sup>

Assim, alguns problemas de pesquisa devido sua especificidade, exigem um procedimento investigativo diferente, sendo que algumas vezes não vão além da documentação e da reflexão. A reflexão assume um papel fundamental em um estudo exploratório, caso contrário a

<sup>5</sup> SALVADOR, Ângelo D. *Metodologia e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica*. 11ª. Ed., rev. e ampl. - Porto Alegre: Sulina, 1986.

<sup>6</sup> TRIVINÕS, Angélica N.S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987, p.118.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p.119.



pesquisa pode facilmente transformar-se em compilação. É imperioso assim, proceder a um exaustivo processo de reflexão e crítica.<sup>8</sup>

Diferente da pesquisa bibliográfica que utiliza fontes primárias, a pesquisa exploratória "(...) se utiliza de *subsídios*, literatura corrente ou obras de autores modernos",<sup>9</sup> ou seja, informações já publicadas a partir das fontes ou mesmo traduções, o que a faz ser denominada de estudo recapitulativo. Sendo parte integrante desta modalidade de investigação, a revisão da literatura pretende colocar o/a investigador/a a par do que já foi pesquisado sobre a temática. Nesta investigação a revisão da literatura é teórica, pois o problema tem sua origem em uma determinada teorização, o pós-modernismo. Cabe assim, analisar as propriedades da teoria de interesse, buscando a apropriação de suas categorias fundamentais. O material relevante para o desenvolvimento desta investigação foi localizado em livros, revistas científicas, teses e dissertações, bem como nas publicações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd. Localizado o material essencial necessário para o estudo, procedi a uma seleção com o intuito de definir o que realmente era importante de ser relido. Após esta seleção, a releitura do material foi efetuada, para em seguida partir para a documentação.

Existem várias formas de documentação, mas a preferência foi pela documentação bibliográfica que é realizada a partir das fontes sobre a temática sendo as informações anotadas em fichas de documentação.<sup>10</sup> As referidas fichas disponibilizam os elementos relevantes sobre o assunto, organizados em um acervo que constitui o suporte da pesquisa, facilitando a busca e o manuseio das informações obtidas. Como esta é uma investigação teórico-crítica a ser realizada através da documentação bibliográfica, o referencial teórico depende "(...) da documentação e da crítica à documentação apurada".<sup>11</sup> A revisão crítica de uma teorização é um aspecto de essencial importância para um processo de investigação e produção

<sup>8</sup> SALOMON, Idelcio V. *Como Fazer uma Monografia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

<sup>9</sup> SALVADORI, *op. cit.*, p.11

<sup>10</sup> SEVERINO, Antonio J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 21ª. Ed., rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2000.

<sup>11</sup> SALOMON, *op. cit.*, p.183.

científica, para a produção de novos saberes que possam ser capazes de contribuir para o desenvolvimento teórico-metodológico de uma determinada área, neste caso, o campo curricular.

Na pesquisa educacional, o conhecimento tem sido atualmente produzido predominantemente a partir da abordagem qualitativa sem, no entanto, desprezar as contribuições de abordagens quantitativas. Neste caso, sendo uma pesquisa qualitativa que busca apreender seu objeto através da análise crítica, considera que o conhecimento "(...) é uma construção que se faz a partir de outros conhecimentos sobre os quais se exerce a apreensão, a crítica e a dúvida".<sup>12</sup> O conhecimento, portanto, é construído após inúmeras tentativas e mais, a partir de vários pontos de vista, de várias teorias. Uma única teoria não é suficiente para que seja possível apreender o objeto, o que pode resultar em um conhecimento distorcido do real. Na teoria marxista, o conhecimento é sempre aproximado, apesar de, naquele momento, refletir a realidade. O conhecimento é fruto do diálogo com conhecimentos acumulados, já produzidos. O/A pesquisador/a constrói seu objeto de pesquisa em consonância com uma determinada construção teórica, de acordo com os princípios e pressupostos de uma dada teoria, e é neste ponto que está o caráter interessado da produção de conhecimento. O conhecimento não é neutro, despojado de interesses, intenções, compromissos éticos e políticos; logo, é sempre produzido comprometidamente. Por se constituir como pesquisa teórica, esta investigação não é neutra, mas construída historicamente, pois "(...) as teorias são historicamente construídas, [e] expressam interesses de classe"<sup>13</sup>, de gênero, de "raça"/etnia, na medida em que resultam de opções relativas à prática social.

Considero, juntamente com Apple<sup>14</sup>, os riscos de um trabalho teórico, e um destes riscos é o de não ser entendido por aqueles/as a

<sup>12</sup> MINAYO, Maria C. S. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em Saúde*. São Paulo: Cortez, 1992, p.88.

<sup>13</sup> MINAYO, *idem*, 92.

<sup>14</sup> APPLE, Michael W. *O que os Pós-Modernistas Esqueceram: capital cultural e conhecimento global*. In: GENTILI, Paulo. & SILVA, Tomaz T. (orgs.). *Neoliberalismo, Qualificação Total e Educação: Experiências*. Petrópolis: Vozes, 1994.

quem se destina, ou seja, professores/as e alunos/as, devido ser demasiado abstrato e com linguagem hermética. Reconheço ainda, que a complexidade e a sofisticação teórica do pós-modernismo inclui inúmeros termos e categorias pouco familiares, mas próprios da condição pós-moderna e das muitas teorizações que a compõem, não se constituindo em mero modismo acadêmico, mas parte integrante do debate complexo que se tem estabelecido. O esforço empreendido enquanto docente/pesquisadora é de encarar os rumores desta nova condição, na tentativa de traduzi-los e, assim, contribuir para o debate.

Acredito, assim, que o trabalho teórico-crítico tem sua importância, aliás, toda <sup>15</sup>“(...) prática educativa está carregada de teoria e tem conseqüências políticas”.<sup>15</sup> Pode parecer que a teoria esteja distanciada da prática, entretanto, ela traz em seu interior a visão de quem a constrói. A teoria nunca fala por si própria.

Cada descrição está ideologicamente carregada, codificada intertextualmente, a contextos interpretativos maiores. Nada que possa ser observado ou citado é ideologicamente neutro ou inocente. Nenhum pensamento, idéia ou teoria é transparente, autônomo, solto no espaço (...) Idéias são sempre, e necessariamente, ligadas à interesses sociais específicos e codificados, em particular, nas suas relações com o poder e interligadas às configurações do poder/conhecimento.<sup>16</sup>

O engajamento teórico merece ser considerado um esforço urgente e de fundamental importância, se efetuado como parte integrante de um projeto de transformação social. Parte do trabalho de reconceitualização da teoria está sendo realizado no interior deste novo campo, repleto de possibilidades políticas, chamado de condição pós-moderna.<sup>17</sup>

Os resultados desta investigação se encontram distribuídos em três capítulos, onde procuro responder às indagações iniciais.

<sup>15</sup> APPLE, *op. cit.*, 197.

<sup>16</sup> MCLAREN, *op. cit.*, p.07.

<sup>17</sup> MCLAREN, *ibid.*, p.07.

## Considerações finais

Como é possível notar, nenhuma decisão metodológica é definida *a priori*, pois esta se encontra intimamente ligada à definição do problema de pesquisa. Neste caso, já que o problema constituiu-se como teórico, a decisão metodológica foi pela pesquisa exploratória devido aos motivos acima mencionados. Ressalto que a pesquisa teórica tem sua significância em todo e qualquer processo de investigação e que, o fato de fundamentar-se em teorias, não a exime do rigor científico e nem dilui sua validade acadêmica.

## BIBLIOGRAFIA

---

APPLE, Michael W. *O que os Pós-Modernistas Esqueceram: Capital cultural e reconhecimento global*. In: GENTILI, Pablo, & SILVA, Tomaz T. (orgs.), *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Vícios ocultos*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DOLL JR, William E. *Curriculo: Uma perspectiva pós-moderna*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GIROUX, Henry. *O Pós-Moderno e o Discurso da Crítica Educacional*. In: SILVA, Tomaz T. *Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 7ª. ed., São Paulo: Loyola, 1992.

MCLAREN, Peter. *Pós-Modernismo, Pós-Colonialismo e Pedagogia*. In: SILVA, Tomaz T. *Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

\_\_\_\_\_. *Multiculturalismo Crítico*. São Paulo: Cortez, 1997.

MINAYO, Maria C. S. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em Saúde*. São Paulo: Cortez, 1992.

MOREIRA, Antonio F. B. *Curriculo, Utopia e Pós-Modernidade*. In: MOREIRA, Antonio F. B. (org.), *Curriculo: Questões atuais*. Campinas: Papirus, 1997.

MACHUCA, Antonio F. B. *A Crise da Teoria Curricular Crítica*. In: COSTA, Mariza V. (org.) *O Currículo nos Limites do Cosmopolitismo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

NALUMON, Délcio V. *Como Fazer uma Monografia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SAVADOR, Ângelo D. *Metodologia e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica*. 11ª. Ed., rev. e ampl. - Porto Alegre, Sulina, 1986.

SEVERINO, Antonio J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 21ª. Ed., rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Tomaz T. *Teoria Cultural e Educação: Um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Tomaz T. *Montuno, Cibogues e Claret: os fantasmas da pedagogia crítica*. In: SILVA, Tomaz T. (org.). *Pedagogia dos Montunos: Os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000b.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

## A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A POLÍTICA DE ATENDIMENTO: REFLEXÕES PARA O DEBATE

---

Wáldir Ferreira de ABREU

(Professor da Universidade Federal do Pará – UFPA  
e da Universidade da Amazônia – UNAMA, Mestre em Educação)

*Resumo:* O artigo trata sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente fazendo um breve histórico sobre o mesmo. É um artigo que procura provocar nos leitores o interesse em voltar a discutir o ECA. Finaliza falando das políticas de atendimento estabelecidas pelo Estatuto e da redução da maioridade penal.

### Introdução

As pesquisas publicadas pelas ONGs que trabalham com crianças e adolescentes têm mostrado que é comum encontrarmos crianças sendo violentadas em toda parte do Brasil. O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA / EMAÚS/PA, publicou em 2001, que o número de ocorrências sobre a violência contra a criança e o adolescente aumentou significativamente na última década do século XX.

Os educadores de rua e os técnicos que trabalham com crianças que vivem nas ruas, dizem que apesar dos treze anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a realidade – no que diz respeito à situação das crianças que se encontram sob risco – praticamente ainda é a mesma de décadas atrás. Isso significa dizer que o ECA não gerou práticas sociais que consigam resolver a situação das crianças que se encontram na rua, conforme, muitas vezes, é expresso nos discursos dos governantes e das pessoas que trabalham em defesa pelos direitos das crianças e dos adolescentes.

O artigo trata sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e das políticas demandadas pelo Estado brasileiro para o atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social; faz

também um breve histórico sobre a construção do Estatuto, assim como, procura mostrar a caminhada que foi feita até se chegar a promulgação do mesmo. É um artigo que procura provocar nos leitores o interesse em voltar a discutir o ECA e suas políticas de atendimento a este segmento social.

### **O Estatuto da Criança e do Adolescente entra em cena**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei que ora vigora e determina as políticas de atendimento às crianças e adolescentes de rua, se constituiu a partir da organização da sociedade civil e da formação de uma grande rede de movimentos sociais na luta pelos direitos das crianças e adolescentes desassistidos.

O ECA não é o resultado da vontade pessoal das autoridades brasileiras, mas o anseio do conjunto das instituições que sempre fizeram os movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e que *controversaram a ordem* na luta pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes em consequência da falta de políticas que viessem atender de fato os *meninos e meninas de rua*.

A história da luta pelo ECA está diretamente ligada ao conjunto de instituições criadas pela Igreja Católica e pela sociedade civil, como: a República de Emaús - Belém / PA, Pastoral do Menor / São Paulo e o Projeto Nacional de Alternativas e Atendimentos Comunitários a Meninos e Meninas de Rua.

A "Pastoral do Menor" – criada em 1979, por iniciativa do arcebispo da cidade de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arnas, conjuntamente com a República do Pequeno Vendedor de Belém do Pará, coordenada pelo padre Bruno Sechi, assim como, o Projeto Nacional de Alternativas e Atendimentos Comunitários a Meninos e Meninas de Rua – foram as protagonistas na articulação e mobilização para criação de uma nova ordem de atendimento às crianças e adolescentes, que privilegiava dois eixos: os preventivos, com os Centros Educacionais Comunitários e Creches Comunitárias e os curativos, que iniciaram um efetivo trabalho sócio-educacional junto à infância e adolescência nas ruas, com uma nova pedagogia – a Pedagogia Social de Rua:

*O menino deixa de ser visto como feixe de carências e passa a ser percebido como sujeito de sua história e da história do povo, como um feixe de possibilidades abertas para o futuro. Agora se pergunta o que ele é, e o que ele sabe, o que ele traz, e do que ele é capaz.<sup>1</sup>*

Para Graciani<sup>2</sup> essa mobilização desemboca mais tarde - em 1985 - na criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que além de propiciar a congregação de Educadores Sociais de Rua, tinha a perspectiva de animar os processos organizativos das crianças e adolescente de e na rua, por meio de encontros locais, regionais e nacionais.

Baseado nesta nova pedagogia é que em 1986 realiza-se em Brasília o Primeiro Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, com a finalidade de discutir a problemática dos meninos e das meninas de rua de todo o Brasil.

Tanto a mobilização da Pastoral do Menor e da República do Pequeno Vendedor, quanto do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua favoreceram a criação de um amplo movimento social em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, que resultou na articulação para criação do artigo 227 da Constituição Brasileira, bem como a elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente, em 1990, cuja doutrina de proteção e atendimento integral norteia a sua proposta emancipadora.

### **Um Breve Histórico sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**

Graciani<sup>3</sup> diz, em linhas gerais, que podemos perceber três momentos cruciais na definição das políticas públicas referentes à criança e ao adolescente brasileiros: num primeiro momento, o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM) predominantemente funcionalista, pois seu atendimento tinha como finalidade apenas o

<sup>1</sup> Paulo Freire & Educadores de Rua. Brasília: 1985, p. 19 (grifado).

<sup>2</sup> GRACIANI, Maria Daílla. Educação popular como alternativa para os meninos de rua. In: *Dálio de Azevedo Jr.*, Petrópolis: Vozes, 1995.

<sup>3</sup> GRACIANI, M.E., *op. cit.*



confinamento de adolescentes considerados perigosos pela sociedade, passa pela ditadura até a transição democrática, pautada pela idéia de marginalidade social e carência física, psíquica e social. Nesta óptica a criança é incapaz de agir, sentir e pensar. Em um outro momento, a idéia de Menor, estigmatizado pela então FUNABEM, firmou histórica e estruturalmente essa concepção baseada na categoria da família e comunidade que abandonava seus filhos, além de imprimir um caráter compensatório, com políticas sociais genéricas bloqueadoras da possível delinqüência. Seu intuito educativo era a recuperação para a vida social integrada, seu modelo de tratamento se caracterizava por ser assistencialista, paternalista e correccional, baseado na manutenção da ordem. Finalmente, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) veio para propiciar a mudança da Política de Bem-Estar do Menor, estabelecendo como diretrizes: a articulação de políticas básicas e das políticas assistenciais, além de programas e serviços de proteção especial de garantia de direitos, contrapondo-se à doutrina da situação irregular, e como conquista da luta dos movimentos de defesa da criança e do adolescente em todo o país.

Segundo Costa,<sup>4</sup> até o surgimento do ECA – em 1990 – todas as legislações menoristas latino-americanas, inclusive as brasileiras, eram baseadas na doutrina da situação irregular<sup>5</sup>. Assim foi com os Códigos de Menores existentes em toda América Latina. Hoje, com o ECA, a tendência é da doutrina de proteção integral<sup>6</sup>. A primeira manifesta a negação formal e substancial da criança e do adolescente e a segunda respeita-os como sujeitos de direitos.

<sup>4</sup> COSTA, Antônio Carlos Gomes. *De Menor a Cidadão*. Brasília: Editora do Senado, 1985.

<sup>5</sup> A doutrina da situação irregular consistia em não considerar as crianças pobres como sujeitos de direitos, por isso a lei é indiferente a elas.

<sup>6</sup> Ao contrário da doutrina da situação irregular, a doutrina da proteção integral considera todas as crianças como sujeitos de direitos, independentemente de sua condição social, tratando-as como cidadãs, respeitando sua condição especial de sujeito em desenvolvimento, que precisa de proteção especial.

*Paradoxalmente, no aresso das técnicas de dominação e submissão, que se manifestam em negação da condição de sujeito de Direito, se constrói a estratégia oposta de formação da cidadania para a maioria marginalizada de nossa infância latino-americana.<sup>7</sup>*

Uma reflexão mais séria sobre o tema da legislação da infância-adolescência em nível brasileiro pode ser trazida no balanço entre relações das condições materiais e as condições jurídicas da infância, que revela dois tipos de infância: uma minoria, com as necessidades básicas amplamente satisfeitas (crianças e adolescentes), e outra, que é a maioria, com necessidades básicas total ou parcialmente insatisfeitas (denominados menores).

A legislação baseada na situação irregular permite demonstrar que, para a primeira categoria (crianças e adolescentes), as leis são indiferentes. No entanto, para a segunda categoria (menores), as leis condicionam a sua existência desde o nascimento, com controle social específico, baseado na subestimação estigmatizadora do vínculo entre as condições materiais e as condições jurídicas de infância.<sup>8</sup> Para Mendez<sup>7</sup> a doutrina da situação irregular parece ser acompanhada de contradições e discrepâncias de classe social, devido, de um lado, à falta de definições claras e significativas sobre situação irregular – posta na doutrina jurídica que tem pouco de jurídico, porém, muito de doutrinário e, por outro lado, devido ao fato de que sua missão consiste, na realidade, em legitimar regras e sujeitos vulneráveis que, por essa razão, são chamados de situação irregular: abandonados, vítimas de violência, de abusos sexuais ou maus-tratos, além dos supostos “infratores” da lei penal – quando pertencentes aos setores mais fragilizados da sociedade, constituindo-se, pois, em clientes potenciais dessa definição. Ao longo da vigência dessa legislação esse papel representou, no contexto social neoliberal, uma

<sup>7</sup> R. MENDEZ, *Infância C. Dos Negligados aos Direitos* – Série Direitos da Criança 4, São Paulo: Malheiros Editora, 1991, p. 200.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

política de ajuste e de controle social, propiciando a ilusão de que algo estava sendo feito em favor dos menores.

*A década de 1980 pode ser considerada histórica, por duas razões fundamentais: a primeira, a gradual e difícil redemocratização política do país, e a segunda, a discussão, elaboração e aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, que de certa forma, propiciou um impacto significativo real, não só para o Brasil, mas principalmente para América Latina. Essa Convenção realizou-se em 1986 na Cidade de Beuge - região do Caribe - e teve como agenda a discussão da construção de diretrizes, a nível mundial, para elaboração de Leis minoristas nos países de Terceiro Mundo, onde ficasse garantido as regras mínimas para a Justiça de Menores.<sup>9</sup>*

A partir desta Convenção Internacional dos Direitos da Criança foi possível a inovação da lei que passou a estar corporificada na Doutrina das Nações Unidas de Proteção Integral à Infância, composta pela Convenção Internacional das Nações Unidas dos Direitos da Criança, substituindo a Doutrina da Situação Irregular pela Doutrina da Proteção Integral, com essência de reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito pleno de direitos.

As políticas públicas passaram a incorporar as novas exigências da Doutrina da Proteção Integral, incluindo em seus parâmetros o princípio constitucional de que nenhum cidadão poderá ser detido a não ser em flagrante delito, com ordem escrita e assinada pela autoridade competente, acabando com isso com os recolhimento de menores para os internatos públicos sem a prévia autorização judicial. *A sociedade e os grupos de defesa e luta pelos direitos da criança e dos adolescentes tiveram de estudar e aprender com fundamentação rigorosa as novas medidas legais adotadas<sup>10</sup>.*

<sup>9</sup> GRACIANI, *op. cit.*, p. 268.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 270.

Os órgãos de assistência à infância foram obrigados a rever suas diretrizes, pois tiveram que incorporar a nova política de atendimento, criando os conselhos dos direitos e os conselhos tutelares. Isso provocou modificações das políticas públicas nacionais, que até hoje estão em processo de implantação. Somam-se aos Conselhos os Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, em nível local, estadual e nacional, que articulam as forças vivas organizadas da sociedade civil, além dos inúmeros Centros de Defesa dos Direitos da Infância, que hoje já se constituem em uma rede em nível nacional e internacional, em que todos apregoam e tentam executar ações tendo como prioridade absoluta à criança.

É de se crer que essa mudança fundamental no mundo jurídico – da Doutrina da Situação Irregular à Doutrina de Proteção Integral da Infância – seja apenas um passo na direção da realização da defesa e do aprofundamento das últimas conquistas jurídico-políticas, constituindo-se em uma etapa histórica para a maioria das condições de vida da Infância e da Adolescência brasileira.

### **A Nova Política de Atendimento à Infância e à Adolescência**

A visão de atendimento integral à criança e ao adolescente, estabelecida no ECA, define que o atendimento deverá ser feito por *um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme estabelece o artigo 86.*

Graciani<sup>11</sup> diz que as modalidades de intervenções previstas na linha de atendimento se configuram em políticas públicas-sociais básicas, de assistência social, de proteção especial e de garantia de direitos. Elas se dirigem a destinatários específicos, com exceção da primeira que é mais abrangente e para todos, “isto é, direitos de todos e dever do Estado”. Ou seja, engloba todo o universo das crianças e adolescentes. Por exemplo, as crianças não podem ser privadas de educação e saúde, além de terem direito à cultura,

---

<sup>11</sup> GRACIANI, M. E., *op. cit.*

recreação, esporte, lazer e profissionalização, como proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado.

Continua a autora afirmando que no que se refere à política de assistência social, ela se dirige a destinatários específicos, como diz a lei: *“a aqueles que delas necessitam”, pessoas ou grupos que se encontram em situação permanente ou temporária de privação econômica.*

No caso do Brasil, grande parte de sua população encontra-se nesta situação, principalmente as crianças e adolescentes cujos pais ganham menos de um salário mínimo ou até um salário mínimo mensal. De modo similar, as políticas de proteção especial também não se destinam às crianças e adolescentes em seu todo, mas às que se encontram em situações particularmente difíceis ou em situação de risco pessoal ou social tão-somente. São aquelas expostas a fatores que ameacem efetivamente sua integridade física, psicológica ou moral, causados por qualquer agente social (família, instituição, Estado).

*Essas políticas dirigem sua ação para as crianças ou adolescentes vítimas do abandono ou do tráfico, as que fazem da rua o seu espaço de viver e de moradia, as vítimas do trabalho abusivo e explorador, os envolvidos no uso e/ou tráfico de drogas, as adolescentes prostituídas e em conflito com a lei, em razão de cometimento de um “ato infracional”<sup>12</sup>*

Por último, as políticas que atuam no âmbito das garantias de direitos individuais e coletivos da população infanto-juvenil. Seus principais protagonistas são: o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Magistratura e a Segurança Pública, que devem em nome do Estado atuar para garantir, assegurar e manter o respeito aos direitos e, se necessário, punir os que os transgridem.

Entre todas as políticas de atendimento criadas pelo ECA, a criação dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, descentralizaram o poder da Justiça

<sup>12</sup> GRACIANI, op. cit., p. 272

para infância e democratizaram a elaboração das políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes, pois estes órgãos foram constituídos com representantes dos movimentos que sempre lutaram em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Tanto os Conselhos dos Direitos como os Conselhos Tutelares passaram a fazer parte do cotidiano da sociedade nos diversos municípios brasileiros, tornando a criança mais próxima da comunidade da qual ela faz parte, como determina o artigo 227 da constituição brasileira;

*É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Art. 227 – Constituição Brasileira de 1998).*

Mas, apesar de toda conquista para a elaboração do ECA, o que se percebe é que essa nova lei, que nos parece tão perfeita, apresenta por trás de si elementos das políticas neoliberais para o atendimento das camadas sociais menos privilegiadas pelo sistema social capitalista em que se vive, isto é, ela passa a responsabilidade de atendimento à criança e ao adolescentes para os organismos da sociedade civil, como as ONGs e demais entidades filantrópicas ligadas à Igreja. É por essas questões e também por falta de investimentos em políticas sociais consistentes que até agora – após treze anos de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – a realidade parece não ter mudado muito para as criança e para os adolescentes marginalizados do Brasil.

A discussão agora no Brasil é a possibilidade da redução da maioria penal, pois, a cada fato isolado, ou crime cometido por adolescente, é um tema que volta à tona, porém não podemos decidir uma questão tão importante e de relevância jurídico-social impulsionados pela emoção, haja vista que a marginalidade do adolescente no Brasil é uma questão muito mais social do que jurídica.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Waldir Ferreira de. *O Programa Terre des Hommes e o Menino de Rua em Fortaleza*. Programa Terre des Hommes – Fortaleza /CE, 1984, mimeo.

\_\_\_\_\_. *O Estado da Criança e do Adolescente e as Políticas de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua do Estado Neoliberal Brasileiro*. Dissertação de Mestrado / Centro de Educação - UFPA, 2002, mimeo.

CEDECA – EMAÚS. *Violência contra Crianças e Adolescentes na Região Metropolitana de Belém*. Belém: Banco de Dados / CEDECA, 2000.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. *De Menor a Cidadão*. Brasília: Editora do Senado, 1985.

\_\_\_\_\_. *O Estado da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil*. São Paulo: LTr, 1994.

\_\_\_\_\_ & MENDEZ, Emílio G. *Das Necessidades aos Direitos - Série Direitos da Criança 4*. São Paulo: Malheiros Editora, 1994.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - 1988. Cap.VII. Da família, da criança, do adolescente e do idoso.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei 8.069/1990.

GRACIANI, Maria Estela. Educação popular como alternativa para os meninos de rua. In: *Ruação de Apucarã II*. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. *Psicologia Social de Rua*. São Paulo: Cortez, 1997.

PAULO FREIRE & EDUCADORES DE RUA. Uma Abordagem Crítica. Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua, Brasília, mimeo, 1985.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Trajetória da luta em defesa da criança e do adolescente no Brasil. Coleção: publicações e divulgação do movimento, Série 3, número 1, 1995.

## A CRISE DO CONCEITO DE EPISTEME

---

Damião Bezerra OLIVEIRA  
(Prof. de Filosofia da Educação do CUBT/UFPA).

**Resumo:** O artigo irá mapear algumas características do conceito de episteme, base da compreensão de ciência ocidental, assim como destacará elementos importantes que revelam a longa crise desse mesmo conceito que ainda persiste na atualidade, suscitando uma série de indagações diante das incertezas e indeterminações presentes sobre o que pode ser considerado científico.

### O Conceito de Episteme

O termo *Ciência* deriva do grego *Episteme*, através da versão latina *Scientia*. Possui tradução em importantes línguas modernas, como o inglês (*Science*), francês (*Science*), alemão (*Wissenschaft*) e o italiano (*Scienza*)<sup>1</sup>.

Quando os antigos falavam de *episteme* e *scientia*, tinham em mente uma espécie muito especial de conhecimento, que deveria ser marcada por critérios rigorosos, garantidores de validade. Tratava-se de um tipo de saber ao qual era contraposta, a mera e frágil *doxa* do homem comum.

O tipo de garantia de validade contida no conceito acima não podia ser relativa, pois se assim fosse, o conhecimento estaria sempre a depender de algo anterior a ele, seu fundamento primeiro. Ora, como seria logicamente admissível possuir a completa garantia de algo, sem antes encontrar o seu fundamento primeiro? Caso se partisse de qualquer ponto que não o fundante para outro da mesma natureza derivada, cair-se-ia *ad infinitum* numa eterna deriva, na qual jamais se atingiria um porto seguro, o único a merecer a denominação de *episteme*.

Dois termos são centrais para a compreensão do conceito de saber epistêmico, quais sejam: validade e demonstração. Essas se

---

<sup>1</sup> Cf. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



complementam, são faces de uma mesma questão extremamente difícil de resolver. Tentemos, pois, esclarecê-la.

Quando se afirma que um conhecimento é válido, é preciso deslindar a extensão dessa validade. Para quem é válido? E também: Como se pode saber com segurança que tal validade sustenta-se?

Os antigos defensores da *episteme* diziam que ou o conhecimento possui validade para todos os seres inteligentes; homens, deuses e anjos, etc., ou não poderá reivindicar um *status* maior do que o de ser uma simples opinião.

Assim, o saber teria que ser *Universal*, isto é, a extensão de sua validade não se limitaria a qualquer temporalidade. Não importa quando viveram ou quando viverão os entes cognoscentes, é preciso que um conhecimento enquanto epistêmico possa ser compreendido e conseqüentemente levar os seus enunciados à aceitação por todos. Igualmente um tal conhecimento não se limitaria aos espaços ou circunstâncias: em qualquer que seja o lugar que vivam os entes cognoscentes e não importa em que circunstância, os enunciados verdadeiros deveriam ser reconhecidos.

Não se legitimaria qualquer interferência na constituição de enunciados verdadeiros, de acidentes, como: a origem racial, étnica, o tipo de opção sexual, o fato de ser biologicamente homem ou mulher, ou pertença a determinado grupo ou classe social.

*Episteme* é, pois, unicamente o conhecimento que é *Universal*. Além disso, um tal saber precisa de uma outra marca indispensável: a *necessidade*. Uma vez estabelecido, não poderia deixar lugar para que qualquer conjunto de enunciados alternativos aparecesse como possível, em qualquer tempo ou espaço pensável. A *episteme* fala daquilo que é *assim mesmo*, por não poder ser diferente.

Tudo isso pode ser resumido com a idéia de que a *episteme* é um tipo de conhecimento universal e necessário, isto é, uma forma de saber cuja validade não varia nem com as mudanças do espaço, nem do tempo ou com as variações que o mundo social, cultural e psicológico sofre.

Essas são as condições que precisam ser preenchidas para que se possa falar, a rigor, da existência de um saber. No entanto, não seria suficiente apenas postular tais condições, mas antes é dever de quem

se pretende sábio ou *aristista* mostrar que realmente aquilo que afirma merece o crédito de todos. De modo que mais uma exigência se apresenta para que se fale de conhecimento epistêmico, qual seja, a da *demonstrabilidade*.

Desse modo, o saber epistêmico é aquele que consegue demonstrar a sua universalidade e necessidade. Qualquer saber que não possa ser demonstrado será enquadrado na condição de *opinião*.

O que é demonstrar? Pode-se dizer que é um procedimento racional diante do qual qualquer ente dotado de razão será constrangido a anuir ao que está sendo afirmado ou negado como verdade. É o tipo de argumento para o qual inexistente contra-argumentação razoável, e a insistência em resistir a ela, só levaria o contraditor a absurdos e paradoxos dignos de riso e escárnio.

Demonstrar é deixar os adversários de uma idéia sem qualquer outra saída da perspectiva racional. Frente a uma demonstração, só restaria aos caprichosamente contrários à verdade apresentada, os paradoxos e absurdos metafóricos, as figuras de linguagem, que podem despertar paixões irracionais, mas nunca se constituírem em uma contra-argumentação válida.

A alteridade da *epistêmê* é o mito, a poesia, a opinião comum cotidiana circulante de quem afirma ou nega tão somente por *ouvir dizer*. Num tal domínio *epiurativo* o que conta é a argumentação sofisticada que explora as diversificadas paixões<sup>2</sup> para criar uma comoção psicológica que leva a determinadas ações no campo da vida produtiva e prática.

Aristóteles<sup>3</sup> criou todo um instrumental lógico-linguístico e o colocou a serviço da demonstração da verdade, pois achava que a linguagem enquanto representação possível, mas não necessária do pensamento, ofereceria aos que jogam com as emoções e paixões de um auditório, a possibilidade de apresentar como *verdade demonstrada* enunciados que são portadores de um forte apelo psicológico para a anuência, em virtude de certos interesses eventuais, particulares e irracionais.

<sup>2</sup> Cf. ARISTÓTELES. *Retórica da Júbilo*. São Paulo: Martin Fontes, 2000.

<sup>3</sup> Cf. ARISTÓTELES. *Categories*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

Desse modo, seria possível falsa e ilusoriamente tornar epistêmico o que é apenas eventual e particular. No entanto, aceita-se o saber opinativo como legítimo, apenas em relação àqueles objetos que não permitem o estabelecimento de rigorosas, sistemáticas e necessárias relações de causa e efeito. Ainda assim, não se admite que se tome como aceitáveis enunciados que contradigam nesse domínio, princípios e verdades demonstradas.

Assim, todo conhecimento opinativo que se refere aos acidentes, precisa está subordinado à *episteme*, entendida enquanto conhecimento da essência necessária ou substância, que ocupa posição privilegiada na hierarquia e classificação dos conhecimentos.

Nota-se que as outras formas de conhecimento não são negadas, mas relativizadas e postas, por isso, numa relação de subordinação. As opiniões não se sustentam por si mesmas e possuem um alcance apenas prático e produtivo, mas não propriamente teórico<sup>4</sup>.

Como é preciso tomar as decisões na cidade para que ela continue a existir, como é preciso garantir a sobrevivência, então é preciso aceitar certas opiniões comuns. Aceita-se com um certo dogmatismo pragmático, o conhecimento técnico e mesmo prático nesses domínios de existência.

Pode-se dizer, pois, que a idéia de ciência como *episteme* possui uma grande vitalidade dentro da história do pensamento, na medida em que atravessou a Idade Média e alcançou até mesmo os tempos modernos, ainda que venha sofrendo modificações advindas das especificidades históricas.

Acrescente-se ainda ao já posto, que a idéia de *demonstrabilidade* e *dedutibilidade* da *episteme*, encontra-se na base do importante modelo de ciência como conhecimento rigoroso, consubstanciado de modo claro, nos *Elementos de Euclides*, e alcançará a modernidade, na medida em que vários pensadores dessa época irão eleger a Aritmética e a Geometria enquanto modelo de cientificidade.

<sup>4</sup> Cf. KONDEB, Leandro. *O Futuro da Filosofia da Política: O pensamento de Marx no Século XXI*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 97-128, onde o autor estabelece uma discussão histórica e contextual a respeito da construção e deslocamentos do sentido de teórico, produtivo e prático.

## A Crise do Conceito

Embora a Filosofia tenha passado à história como *amor e busca da sabedoria*, do saber<sup>5</sup>, ele acabará por desenvolver em alguns filósofos o desejo de posse do absoluto, do fundamento, de atingimento da ciência como sistema perfeito, irretocável e completo. Tal pretensão epistêmica semelhante irá alimentar de modo emblemático, o fazer de um filósofo como Hegel quando afirma na sua *Fenomenologia do Espírito*<sup>6</sup> ter como objetivo em relação à Filosofia, romper com o seu sentido etimológico de “amor à sabedoria”, para finalmente adquirir o sentido de um saber completo e revelador da verdade como totalidade e dessa, por sua vez, como verdade.

A ciência moderna irá provocar importantes variações no sentido do que se pode chamar *episteme*. O elemento contemplativo e desinteressado contidos na compreensão do conceito, irá ceder lugar a uma postura mais pragmática e experimentalista, presente tanto num racionalista como Descartes<sup>7</sup> quando num empirista como Francis Bacon<sup>8</sup>.

Continua-se a acreditar que para se ter um conhecimento realmente merecedor desse nome, fazia-se necessário apontar um fundamento garantidor, fosse esse encontrável na razão ou na intuição sensível.

A matemática mantém, da perspectiva fundamentadora, o seu *status* de modelo privilegiado de rigor e clareza do conhecimento sistemático, em consonância com o clássico paradigma euclidiano. Aposta-se em algo de axiômático e primeiro que serviria de ponto de partida seguro<sup>9</sup> e garantia de todos os enunciados científicos.

<sup>5</sup> Cf. VERNANT, Jean-Pierre. *Os Origens do Pensamento Grego*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989, p. 54-57.

<sup>6</sup> HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. 3ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 21-62.

<sup>7</sup> Cf. DESCARTES, René. *Discurso do Método Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

<sup>8</sup> Cf. BACON, Francis. *Novum Organum*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

<sup>9</sup> Cf. ALBERT, Hans. *Tratado de Razão Crítica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. Nessa obra o autor recrimina a busca de fundamentos seguros pelo dogmatismo nela contida, bem como pelas dilemas que suscita. Fala do trilema de Münchhausen em que se enredam os que querem apontar um fundamento: ou caem num regresso infinito, ou num círculo lógico ou resolvem de modo arbitrário interromper o procedimento de fundamentação em um ponto que apenas se toma como primário.

A crise do conceito de *episteme*, instalar-se-á com o enfraquecimento da confiança nesses pressupostos paradigmáticos consagrados por uma longa tradição, especialmente moderna.

A Matemática e a Física, irão perder a condição de modelos definitivos de saber acabados, quando do surgimento de Geometrias não-euclidianas e de físicas não-newtonianas que começarão a abalar os pilares da certeza<sup>10</sup>, sintetizados em quatro princípios: da ordem, da separação, da redução e da absolutidade da lógica dedutiva-identitária.

Haverá, portanto, revisões importantes no conceito de ciência, de método, causalidade, relação sujeito/objeto e verdade. Já não se admitirá a idéia de *episteme*, de que haja algum tipo de conhecimento enquanto um sistema de enunciados demonstrados, verificados e, portanto, imune às suspeitas. A Ciência passa a ser compreendida a partir da sua história, portanto, a partir da sucessão temporal.

Os enunciados, de não importa que áreas do conhecimento, passam a depender de determinados referenciais, e a anuência a determinados saberes não se efetua em função de uma força constrangedora irresistível, mas passa a depender de uma certa *derisão*, onde a vontade não possui mais as garantias de uma racionalidade fundada em uma evidência primeira.

Toda uma epistemologia contemporânea buscará recuperar o sentido do saber enquanto uma espécie de *amor à sabedoria*, na medida em que já não se admite a existência de uma ciência como sistema fechado, absoluto, fundamentado em qualquer demonstração definitiva.

Ganham relevo os autores que minimizam a posição de centralidade do discurso científico e da idéia de ciência como *episteme*, em nome do que fora desprezado e colocado à margem.

Vive-se, já faz algum tempo, um período de *retorno do reprimido*: uma série de experiências que componham o elenco dos saberes de senso comum, mostram-se merecedores da atenção respeitosa de pesquisadores. Capra<sup>11</sup>, por exemplo, procura estabelecer liames entre a física contemporânea e o misticismo religioso, recuperando

<sup>10</sup> MORIN, Edgar; Le MORINI, Jean-Louis. *A Investigação da Complexidade*. 2ª. Ed. São Paulo: Pinópolis, 2000.

<sup>11</sup> FRIEDH, Capra. *O Tao da Física: Um paralelo entre Física Moderna e Misticismo Oriental*. São Paulo: Cultrix, 1999. HALL, O. *Dois de Abstração: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Esotérica*. São Paulo: Cultrix, 1995.

a importância heurística das narrativas míticas enquanto portadoras de um tipo de verdade científica, revelada através de experiências intuitivas.

Minimiza-se também o prestígio da Lógica Formal<sup>12</sup>, de metodologias consagradas pela ciência moderna, na expressão geral de recusa ao cartesianismo e ao positivismo. Granger<sup>13</sup> destaca a existência atitudes negativas com relação à razão, como consequência da crise da visão positivista da ciência e da sua classificação e hierarquização dos saberes.

Com o enfraquecimento da *épisteme*, antiga e moderna, aquilo que os positivistas tinham como menor, passa a recuperar valor: a dimensão religiosa e mística, a magia, o mito, os valores vitais e instintivos, os elementos inconscientes, singulares e mutáveis.

Há uma espécie de inversão dos valores intelectuais e cognoscentes, e tudo aquilo que a ontologia, a lógica e a teoria do conhecimento de inspiração epistêmica tomaram sempre como centrais é severamente questionado, resultando na abertura de novas perspectivas para um novo fazer científico.

### Considerações finais

O que aqui se fez foi apenas uma provocação para se discutir o tema, tendo em vista a complexidade do assunto, a extensão da bibliografia existente e a intensidade dos confrontos teóricos.

Se for certo que ninguém mais sustenta um conceito forte de um saber epistêmico, muitos tentam salvar componentes essenciais da *épisteme*, fazendo o mínimo de concessão aos críticos mais radicais da razão clássica e moderna.

A discussão exposta, tendo em vista o espaço desse artigo, contorna diversas questões importantes. É inegável a crise da noção de *épisteme*, mas caberia perguntar: os críticos estão numa posição

<sup>12</sup> MORIN & Le MOIGNE, *op. cit.*, p. 45-137. Os autores evidenciam os limites dos paradigmas fundados na lógica formal, mas reconhecem a impossibilidade de proscriuir dela na organização e expressão do pensamento. A lógica precisa ser superada no sentido dialético e não simplesmente negada.

<sup>13</sup> Cf. GRANGER, Gilles-Gaston. *A Razão*. Lisboa: Edições 70, s.d., p. 9-43.

confortáveis? Não estarão, eles também, em constante crise? E se estão, essa seria uma condição normal das novas propostas epistemológicas?

O título do artigo sugere exatamente a existência de uma crise conceitual, que deriva das não tão novas condições nas quais os conhecimentos têm se efetuado.

Ora, se a crise e a suspeição só se encerram quando se atinge a certeza e a segurança, ao que parece aceita-se hoje que o estado crítico não é uma situação passageira, mas antes uma condição permanente.

É como se atualmente, os interessados em investigar o sentido da ciência, de repente tivessem redescoberto que para ser realmente crítico, o saber precisa ser apenas um amor a *sabedoria* e não a *pretensão de sua posse*.

## BIBLIOGRAFIA

---

- ABBAGNANO, Nicola. *Diccionario de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALBERT, Hans. *Trabalho de Razão Crítica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- ARISTÓTELES. *Retórica da Díxion*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Conceitos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- BACON, Francis. *Novum Organum*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- CAPRA, frijof. *O Tio da Física: Um paralelo entre Física Moderna e o Misticismo Oriental*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- DESCARTES, René. *Discursos do Método: Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Os Pensadores).
- \_\_\_\_\_. *O Bem de Maná: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- GRANGER, Gilles-Gaston. *A Razão*. Lisboa: Edições 70, s.d.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*, 3ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- KONDER, Leandro. *O Futuro da Filosofia da Práxis: o pensamento de Marx no Século XXI*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MORIN, Edgar; MOIGNE, Jean-Louis Le. *A Indiferença da Complexidade*. 2ª. Ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Os Orígens do Pensamento Grego*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.



## Aos Colaboradores:

A Revista Margens, para o próximo número, aceitará Artigos e Ensaios relacionados ao tema *Fontes de Pesquisa*, e sua publicação estará condicionada à avaliação do Comitê Editorial.

Não serão aceitos trabalhos já publicados em periódicos nacionais.

## Normas para Artigos e Ensaios:

Os artigos e ensaios deverão vir formatados como segue:

- No Word 7.0 (no mínimo);
- Iniciar os parágrafos em espaço 10;
- Fonte Times New Roman corpo 12, para texto;
- Fonte Times New Roman corpo 8, para notas de Rodapé;
- Em uma coluna;
- Texto todo na cor preta;
- As notas de rodapé deverão já estar finalizadas.
- Cada artigo ou ensaio deverá ter, no máximo, 15 páginas.

## Resenhas:

A obra resenhada deverá ter sido publicada (ou reeditada) no máximo a dois anos, edição nacional, e no máximo há cinco anos, edição estrangeira. Deverá ter entre três e cinco páginas.

Os textos e artigos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade de seus autores(as), não refletindo necessariamente a opinião deste periódico.